



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

LUIZ GUSTAVO FONSECA DE ARAÚJO

Sujeito e formação:

um olhar a partir do contexto das tecnologias digitais

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Luiz Gustavo Fonseca de Araújo

3. Título do trabalho

Sujeito e formação: um olhar a partir do contexto das tecnologias digitais

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ GUSTAVO FONSECA DE ARAUJO, Discente**, em 11/10/2022, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita Márcia Magalhães Furtado, Professor do Magistério Superior**, em 11/10/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3252065** e o código CRC **5F27BFF1**.

Referência: Processo nº 23070.042179/2022-68

SEI nº 3252065

LUIZ GUSTAVO FONSECA DE ARAÚJO

Sujeito e formação:

um olhar a partir do contexto das tecnologias digitais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação (FE), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Cultura e Processos Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Rita Márcia Magalhães Furtado.

GOIÂNIA
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Araújo, Luiz Gustavo Fonseca de

Sujeito e formação: [manuscrito] : um olhar a partir do contexto das
tecnologias digitais / Luiz Gustavo Fonseca de Araújo. - 2022.
cxx, 120 f.

Orientador: Profa. Dra. Rita Márcia Magalhães Furtado.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,
Goiânia, 2022.

Bibliografia.

1. subjetividade. 2. formação. 3. tecnologias digitais. 4. visibilidade.
5. cuidado de si. I. Furtado, Rita Márcia Magalhães, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº **154** da sessão de Defesa de Dissertação de **Luiz Gustavo Fonseca de Araújo** que confere o título de **Mestre em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois (13/09/2022)**, a partir das **09h**, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/ztc-vdnz-ijx>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"Sujeito e formação: um olhar a partir do contexto das tecnologias digitais"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof^a. Dr^a. **Rita Márcia Magalhães Furtado (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **Universidade Estadual de Campinas**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Wilson Alves de Paiva (PPGE/FE/UFG)**, doutor em **Filosofia da Educação** pela **USP** - integrante titular interno e Prof. Dr. **Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo (UNICAMP)**, doutor em **Educação e livre docência em Filosofia da Educação**, todos pela **Universidade Estadual de Campinas** - integrante titular externo. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Prof^a. Dr^a. Rita Márcia Magalhães Furtado, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Rita Márcia Magalhães Furtado

Prof. Dr. Wilson Alves de Paiva

Prof. Dr. Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Rita Márcia Magalhães Furtado, Professor do Magistério Superior**, em 13/09/2022, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Alves De Paiva, Professor do Magistério Superior**, em 13/09/2022, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo**,



Usuário Externo, em 03/10/2022, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3146770** e o código CRC **41E11FDD**.

Referência: Processo nº 23070.042179/2022-68

SEI nº 3146770

AGRADECIMENTOS

Durante esta trajetória no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação desta Universidade Federal, muitas pessoas deixaram sua marca. Agradeço muito à querida professora Dra. Rita Márcia Magalhães Furtado, pela confiança e por suas contribuições que permitiram constituir outro olhar, mais crítico e sensível, acerca das relações humanas dadas *com e através* das máquinas.

Aos meus pais, que tanto admiro, Eliani e Cyllêneo, minha eterna gratidão pelo amor convertido em palavras e ações de superação cotidiana as quais tanto me servem como fonte de inspiração.

Aos meus irmãos, Marco Túlio e Pedro Henrique, pelo companheirismo e incentivo para seguir adiante nesta caminhada.

Minha tia Lilian, agradeço-lhe pelo seu apoio incondicional e pela escuta atenciosa.

Quero agradecer à banca examinadora, ao professor Dr. Sílvio Gallo, pelos importantes apontamentos e reflexões que serviram para aprimorar a pesquisa ao conferir novo fôlego, e também ao professor Dr. Wilson de Paiva, pelas observações igualmente fundamentais e instigantes para este trabalho. Com a partilha generosa do conhecimento e do tempo de ambos, minha admiração pela jornada acadêmica se fez ampliada.

Aos colegas do Grupo de Estudos em Novas Tecnologias e Educação (GENTE) e Núcleo de Estudos em Educação, Violência, Infância, Diversidade e Arte (NEVIDA), ocupantes de um espaço de acolhida e resistência neste país. Estendo meus agradecimentos aos professores e professoras que, por tantas vezes de maneira remota, conseguiram cumprir com seu propósito e colaborar com a minha formação.

Aos meus amigos e amigas, pelos momentos de diálogo intercalados com cafês e muito debate.

Reconheço ainda a importância dos alunos e alunas que, imersos na cultura digital desde tão cedo, dividiram a sala de aula comigo. Através deles a experiência da docência se fez uma grata convicção.

RESUMO

Esta dissertação indaga sobre a dinâmica firmada entre o uso dos dispositivos tecnológicos digitais e a ascensão de novos modos de ser. Na medida em que aquela permeia as interações sociais realizadas no contexto digital, procuramos abordar os desdobramentos impostos à formação e à subjetividade. Ao observarmos a peculiaridade desta conjuntura de promoção de experiências ligadas ao uso massivo de suportes tecnológicos conectados em rede, adotamos arcabouço conceitual em conformidade com a obra de Michel Foucault sem que tal debate ficasse adstrito ao pensador francês. Assumimos que a contribuição de demais teóricos que dialogam com esta matriz filosófica viabiliza um debate capaz de contextualizar preceitos foucaultianos ao contexto digital. Isso se deve à reflexão crítica sobre os dispositivos como computadores pessoais, *tablets* e *smartphones* como elementos importantes aos processos nos quais os sujeitos compreendem a si mesmos. A pesquisa, de natureza teórica, com abordagem qualitativa, parte da influência do neoliberalismo tomado como uma tendência social capaz de alcançar as formas de ser e estar beneficiadas pela adoção das tecnologias digitais nas práticas cotidianas. Ao observar a Educação em sua associação com os aparatos digitais, os processos emergentes implicam aquela como instrumento biopolítico de governamentalidade caro à cultura digital – o que acarreta um novo sentido e desafio para a formação. À luz da tendência neoliberal e interesse pela melhor gestão da conduta individual, a perspectiva de culto ao corpo, alavancado pelo uso dos dispositivos digitais, tenciona o cuidado de si conforme problematizado a partir do pensamento de Foucault. O propósito central deste estudo é contrapor noções como governamentalidade, biopolítica, relações de poder e cuidado de si com a formação empreendedora e processos de sujeição e modos de subjetivação nestes moldes do contexto digital.

Palavras-chave: subjetividade; formação; tecnologias digitais; visibilidade; cuidado de si.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the dynamics established between the use of digital devices and the rise of new ways of being. As long as such dynamics permeate the social interactions developed throughout the digital context, we intend to address its given consequences to subjectivity and formation. By observing the peculiarity linked to massive usage of on line technological devices, we adopted a conceptual framework in compliance with the bodywork of Michel Foucault even though the debate emerged from it doesn't get restricted to the French thinker. By assuming the contribution of other theorists that dialogue with his philosophical perspective, it enables a prolific debate that contextualizes the foucauldian precepts to the digital context. This is due to the critical reflection on personal devices such as computers, pads and smartphones seen as relevant elements in the processes in which subjects comprehend themselves. This theoretical research also focuses on the influences of neoliberalism taken as a social trend capable of grasping the ways of being by the application of digital technologies in everyday practices. By noting Education in its association with the usage of digital devices, the emerging processes imply that Education itself functions as a biopolitical instrument of governmentality relevant for the digital culture – this implies a new meaning and also a challenge to education as formation. Considering the neoliberal trend and its interest on self-management, the perspective of the body cult leveraged by the use of digital devices challenges the care of the self as problematized by Foucault. The main role of this study is to contrast conceptual tools given by Foucault's work such as governmentality, biopolitics, power relations and care of the self with the notions of entrepreneur aesthetics of being and processes of subjectivation and subjectification in the digital context.

Keywords: subjectivity; formation; digital technologies; visibility, care of the self.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O SUJEITO FRENTE ÀS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: CONJECTURAS AO CONTEXTO DIGITAL	19
1.1 Decursos de um novo panorama: perspectivas de valores filosóficos que alcançam o sujeito da cultura digital	28
1.2 Governamentalidade e tecnologias de poder: a condução do sujeito rumo às tecnologias digitais	35
1.3 Indícios do surgimento de um novo sujeito e modo de vida empresarial	44
2 O SUJEITO EM FORMAÇÃO PERANTE A MATERIALIZAÇÃO DE UM NOVO MODO DE SER.....	52
2.1 O sujeito frente as novas formas de controle e a diversidade tecnológica	59
2.2 A influência da cultura digital na formação	66
3 O CUIDADO DE SI AFETADO PELO CONTEXTO DIGITAL.....	85
3.1 A exigência da visibilidade como desafio às artes de viver	93
3.2 O olhar sobre a mediação imposta pela tecnologia digital	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

A ampla utilização das novas tecnologias digitais por parte de diferentes segmentos sociais no Brasil acena para a disseminação de variadas tendências de comportamento as quais são praticadas mediante forte influência de escala global. Para este movimento, novos modos de ser e estar emergem em forte associação ao panorama sociocultural inaugurado pela comunicação digital em massa. Desta transmissão se segue que a valorização da informação perpassa o estímulo ao seu acesso generalizado. Esta dinâmica pode ser ainda observada através da promoção da cultura digital que recebe um protagonismo cada vez mais extenso nos processos formativos – como no caso relativo ao âmbito escolar. Destarte, a temática desta dissertação repousa o olhar sobre um novo sujeito em formação, posto se encontrar imerso em um contexto digital no qual a materialização dos seus valores e interesses se dá através do formato de suportes tecnológicos conectados em rede.

As manifestações socioculturais desenvolvidas no decurso do século XXI, quando feitas com auxílio dos dispositivos digitais, acabam por ser disseminadas de maneira ilimitada no que tange ao aspecto do espaço/tempo. Assim, aquelas apresentam, nas plataformas e dispositivos digitais, seus maiores aliados para a geração de novas formas de organização de saberes e conhecimentos. Fruto de um entrecruzamento dual, as novas formas de condução da vida não se restringem à mera esfera das escolhas e práticas adotadas e impostas aos sujeitos livres, haja vista que aquelas transcorrem também na seara das relações de poder.

Acrescentamos que os dispositivos digitais, como *smartphones* e *tablets*, por estarem cada vez mais sofisticados em sua concepção funcional, propiciam formas de interação social aos moldes das configurações das aplicações mais populares. Esta gama é ampla como notamos através dos exemplos oriundos do YouTube, concebido para fins de produção e transmissão de conteúdo audiovisual, TikTok e Instagram, destinados à exposição de vídeos e fotografias ligadas às notícias pessoais ou de interesse público, bem como o WhatsApp e Telegram, dedicados à troca de mensagens instantâneas. Esta comunhão entre dispositivos e mídias digitais alcançam os processos que engendram o sujeito contemporâneo. Desse ponto decorre o problema imanente condizente à busca por compreensão dos processos de construção do sujeito no tocante aos novos modos de ser e estar no contexto digital que estejam alinhados aos próprios intentos do sujeito.

Com uma finalidade ancorada na Linha de Pesquisa Cultura e Processos Educacionais, dissertamos à luz da aludida problematização posto buscarmos partir de um panorama social

voltado para a promoção do uso de novas tecnologias digitais nas práticas culturais. É desta oportunidade que realizamos o exercício da reflexão crítica sobre os sujeitos colocados perante supostos processos formativos celebrados com o auxílio de ferramentas digitais - vez que tal exercício teórico se dá sob o prisma conceitual relativo à condução dos modos de ser.

Ao tema atinente à relação entre sujeito e formação a partir do contexto das manifestações culturais permeadas pelas tecnologias digitais, a condução deste estudo tem, como um de seus focos principais, a sua influência nos processos formativos caros à Educação. Isso se dá posto entendermos que esta área, quando interessada por se apresentar em compasso direto com dinâmicas socioculturais vigentes, acaba por ser fortemente alcançada pelas inovações tecnológicas. Partimos deste âmbito no qual se toma a ideia de que os processos formativos permeiam a maneira como ocorrem a elaboração, adoção e transmissão de saberes cotidianos coligados às produções intelectuais dos sujeitos influenciados pelo governo de suas vidas pela cultura digital.

Ao assumirmos a observação crítica sobre esta temática, ainda a contextualizamos ao apresentarmos mais alguns elementos relevantes a sua justificativa. Tomamos a consequente postura filosófica de distanciamento da ideia propagada pelo conhecimento popular e pela seara artística¹ acerca das relações culturais realizadas entre os sujeitos beneficiados pelo espaço interativo em rede trazido pela rede mundial de computadores. O ciberespaço seria, de acordo com as acenadas perspectivas, fomentado por vasta quantidade de dados diversos que se dariam livres de legislação, convenções e normativas, uma vez que, supostamente, serviriam como espectro para divulgações de olhares e vozes que se comunicariam plenamente livres. Resgatamos tal ponderação crítica basilar na qual se reforça que o espaço criado pela diversidade tecnológica digital é necessariamente afeito ao ato de conduzir e governar, posto que “Hoje, porém, sabemos que a Internet não é tão selvagem e sem governo como talvez tenhamos acreditado ingenuamente quando ela ainda estava em seus primórdios.” (VAIDHYANATHAN, 2011, p. 27).

Dessa maneira, esta própria condição intrínseca à internet serve de parâmetro para avançarmos do tema da dissertação que se revela potencialmente abrangente rumo à outra forma de ampliação, agora tomada pelo paradigma da formulação da problemática vista em sua natureza específica e definida pela sua limitação de recorte do objeto. Para o problema se

¹ Aludimos ao termo cunhado pela primeira vez na literatura através da obra *Neuromancer* (1984) na qual se tem o seguinte: “Ciberespaço. Uma alucinação consensual vivenciada diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças que estão aprendendo conceitos matemáticos [...]. Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas no não espaço da mente, aglomerados e constelações de dados. Como luzes da cidade se afastando [...]”. (GIBSON, 2016, p. 7).

segue que seu enfrentamento é firmado em torno dos seguintes eixos: a ideia de governar sob o prisma da tendência neoliberal, construção do sujeito na contemporaneidade e formação à luz da cultura digital. Em linhas gerais, este estudo dispõe a cultura digital como uma nova perspectiva para a concepção sobre o governo das condutas, bem como às relações travadas pelo sujeito para si mesmo. O objetivo geral é refletir sobre a viabilidade do resgate da construção autônoma do sujeito a partir de sua vinculação com os pressupostos e valores filosóficos atinentes às novas formas de ser e estar. Sob esta menção relativa aos sujeitos que traçam suas relações em rede, ampliamos a introdução do problema e objeto desta dissertação.

O uso massivo de mídias digitais e tecnologias de informação e comunicação (TICs) implica a problematização sobre como os recursos tecnológicos desta ordem se vinculam à construção dos interesses existenciais e potencialidades insurgentes dos sujeitos imersos na cultura digital. O sujeito contemporâneo, envolto às manifestações culturais associadas à internet, é desafiado a reconstituir a si mesmo e suas ferramentas digitais – neste caso, vistas como extensões de si – porém, emerge, como lacuna primordial ao problema, a necessidade de se compreender em que âmbito se dá essa construção, ponderar sobre a capacidade efetiva dos sujeitos em realizar tal feito e refletir se esses estão aptos a empregar uma conduta vinculada ao cuidado de si (este termo, a partir do viés foucaultiano) e ao exercício da liberdade.

Dessa forma, em recorte ainda mais preciso, o problema abarca o ensejo pela compreensão da importância que as tecnologias digitais conectadas em rede exercem na organização e na conduta dos modos de ser e estar dos sujeitos contemporâneos influenciados pelo contexto digital em suas práticas cotidianas – o que inclui o processo formativo educacional. Formulada em torno de uma questão central à pesquisa, perguntamos qual papel as novas tecnologias digitais exercem na experiência de modos de ser e estar dos sujeitos que se encontram atrelados à concepção estética da sua existência aos moldes trazidos pelo contexto digital. Assim, frente aos valores inerentes à adoção dos dispositivos tecnológicos e demais mídias digitais, há a possibilidade de saída da simples passividade (condição de usuários consumidores) rumo à esfera de sujeitos ativos e capazes efetivamente de se apropriarem de si mesmos e da tecnologia digital associada aos processos formativos?

Esta questão norteadora abrange, nesta dissertação, a maneira como Foucault estabelece sua concepção de sujeito. Para esse autor, ser sujeito é sempre estar em relação, uma vez que os modos de subjetivação/objetivação confluem em torno de uma dinâmica na qual o sujeito que constitui a si mesmo é também constituído por técnicas externas (FOUCAULT, 1995). Esta condição pressupõe um sujeito livre e capaz de resistências, no

entanto, resta indagarmos sobre o desdobramento constrangido ao sujeito que se entende dotado de uma liberdade supostamente ilimitada no ciberespaço. Este movimento se traduz como própria do espírito do tempo do século XXI: “Quanto mais as pessoas forem livres umas em relação às outras, maior será o desejo tanto de umas como de outras de determinar a conduta das outras.” (FOUCAULT, 2015, p. 280).

Notamos, de antemão, que a esteira de raciocínio desta dissertação perfaz o caminho celebrado por um arcabouço, teórico e metodológico, de cunho interdisciplinar², haja vista a complexidade da problemática. Para além das margens de uma disciplina específica, a possibilidade de extensão e os elos realizados com outros domínios do saber científico apontam o caráter interdisciplinar deste trabalho. Sobre esta caracterização da natureza interdisciplinar, José D’Assunção Barros (2019) explicita que as pontes interdisciplinares são elementos fundamentais para tal natureza investigativa ao trazerem para o interior ou afugentarem de si um conjunto de proposições, interditos e normas componentes de discursos, sendo que, para os fins desta pesquisa, postulamos que a rede humana/autoral, os interesses temáticos compartilhados entre as disciplinas, bem como o discurso e o conceito melhor atendem a esta condição.

À luz da explanação classificatória lembrada por Barros (2019), a caracterização em rede humana e autoral, ao se apresentar como ponte interdisciplinar, o faz também pelo fato de um pesquisador ser dotado de formação acadêmica e informações de saberes que ultrapassam os limites de uma disciplina única e rígida em seus limites.

Nesse aspecto, quando da adoção de referencial bibliográfico para a pesquisa em Educação, empregamos recursos discursivos e elementos estilísticos essencialmente filosóficos, ainda que em comunicação com outras disciplinas, posto melhor atenderem ao propósito da pesquisa. Assim, denotamos uma apresentação de produções intelectuais que caminham e se beneficiam das pontes interdisciplinares nos diversos saberes das Humanidades, tais como Filosofia, História, Ciências Sociais, por exemplo. Notadamente, perante a dificuldade hercúlea de afirmar quem é o detentor da temática condizente ao sujeito e a formação em um contexto beneficiado por elementos culturais coligados ao

² Conforme Documento de Área nº 38, que versa sobre o estado da arte da Educação elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a interdisciplinaridade viabiliza a aproximação de saberes e conhecimentos advindos de disciplinas próximas em seu escopo com o intuito básico de fornecer perspectivas ou critérios distintos para o problema da pesquisa científica; isto se dá à medida que a abordagem interdisciplinar torna flexível, renova e amplia o olhar crítico sobre o objeto a ser pesquisado, bem como promove em essência o diálogo salutar oriundo da articulação entre diferentes campos de conhecimento válidos e de interesse à área da Educação. (BRASIL, 2019, p. 7-8).

desenvolvimento tecnológico-digital, aludimos que tais elementos conceituais ligam-se à ponte interdisciplinar advinda das temáticas compartilhadas.

Ademais, Barros (2019) aduz que a migração conceitual viabilizada pelo entrecruzamento dos campos de investigação permite a reapropriação e ressignificação de um dado vocabulário, bem como a partilha de saberes tende a ser comum às diversas pesquisas acadêmicas, posto que um mesmo objeto de estudo possa tocar os interesses de disciplinas distintas: o rearranjo dos fenômenos naturais, biológicos e sociais representam alguns dos exemplos cabais que permitem esta condição de trânsito entre as diversas especialidades. Uma vez colocada a aproximação entre os campos do saber e superada a dificuldade pela via da intermediação interdisciplinar, o rumo adotado pela pesquisa explicita a condição mediada do objeto de estudo, haja vista o panorama advindo do espectro aqui tomado: as práticas de ensino e aprendizagem empregadas aos sujeitos em formação beneficiados pelo advento da era digital se dão fortalecidas pelo crescimento da informática³ cujo panorama traz o computador como elemento central a serviço do sujeito.

A tensão entre cultura e educação no contexto digital aprofunda, portanto, uma vinculação interdisciplinar na qual a estilística filosófica apresenta-se como a mais adequada para tal finalidade. Este estudo, tomado pelos aludidos preceitos, norte e linha argumentativa em sua metodologia, visa refletir sobre um problema contemporâneo e, na própria História da Filosofia, em sua divisão em ramos, segue-se que a atitude filosófica na contemporaneidade tem compreendido a reflexão em seu sentido de capacidade intelectual de observação introspectiva. Revela-se, ainda, como uma observação interior e advinda da consciência que se tem sobre as percepções mesmo que este conceito denote, “em maneira geral, o ato ou o processo por meio do qual o homem considera suas próprias ações.” (ABBAGNANO, 2000, p. 837).

Ainda que a reflexão sobre o problema mencionado se dê ao cargo do entusiasmo pelo uso acelerado de veículos comunicacionais em massa, estes recebem um enfoque crescente no contexto da cultura digital e seu interesse profundo denota-se frente às possibilidades inovadoras de realização das mais diversas atividades cotidianas – o que inclui os processos formativos de maneira geral. O contexto digital no qual se estrutura a dissertação também é o mesmo em que se extrai sua problemática, sendo que o presente estudo, ao observar a subjetividade e a formação afeitas aos novos paradigmas e valores intensificados a partir da

³ Conforme aponta Benjamin Loveluck (2008), a busca pela comunicação em massa, livre e estruturada em rede alçou a informática à condição de disciplina específica ainda no decorrer das décadas de 1960 e 1970. “De forma bastante sucinta, ela pode ser definida como a tradução técnica de princípios de organização e de processamento da informação, baseados na digitalização.” (LOVELUCK, 2008, p. 41-42)

década de 1960 e 1970, acaba por assumir um recorte teórico e bibliográfico majoritariamente contemporâneo. Consideramos que a adoção das ferramentas teóricas centradas em torno da obra de Michel Foucault, quando realizadas em diálogo com autores que se aproximam de sua matriz filosófica, tais como Byung-Chul Han, Paula Sibilia, Jonathan Crary, Claudine Haroche, Dardot e Laval, acaba por fornecer uma espécie de atualização à análise elaborada por Foucault acerca da governamentalidade e das relações do sujeito para si mesmo, posto que agora se coloquem perante o panorama sociocultural de cunho digital.

Ademais, situamo-nos em dado momento histórico no qual a crença de unicidade frente um panorama catastrófico de larga escala⁴ é amplamente propagada através das ferramentas de comunicação digital. Entretanto, para além da urgência típica do cenário no qual a dissertação adota sua forma, é a celebração de tais meios de comunicação o elemento propulsor do estudo. Adotamos esta perspectiva por entendermos que, “Assim, a pandemia não mostra apenas que o acontecimento é a revolução digital. Revela também, senão sobretudo, como é a revolução digital o acontecimento. E é-o, como gostaria de frisar, por meio do seu impacto sobre a capacidade de imaginar.” (CACHOPO, 2021, p. 16). A alteração das noções de espaço e tempo impelida pela colocação das tecnologias digitais em posição de protagonismo nos modos de ser atuais implica dupla convergência: tanto a técnica relativa ao encontro dos fluxos imagéticos, elementos sonoros e textuais em um só meio comunicacional (*smartphones* e *notebooks*, por exemplo) quanto a humana, na qual se abala o sentir e o contemplar igualmente.

Este fenômeno trazido pela revolução digital e ampliado pelo cenário pandêmico reforça a importância da investigação do objeto da dissertação residir na busca pela compreensão de seus efeitos quando da constituição dos modos de vida na contemporaneidade. Agrega-se a isso que a compreensão dos acontecimentos sociais relevantes da atualidade perpassa o intento da reflexão crítica acerca do modelo vigente aplicável ao capital.

Na estrutura adotada para a realização desta proposta, já no primeiro capítulo, acenamos para evidências da utilização exaustiva dos dispositivos digitais a qual se dá interligada com a vinculação do valor filosófico da liberdade em compasso com os preceitos da mobilidade e flexibilidade relevantes à infraestrutura na qual os dispositivos digitais se

⁴ Referimos à pandemia do vírus SARS-CoV-2, que, de acordo com o texto *Wuhan: no isolamento do coronavírus*, apresenta seu epicentro na cidade de Wuhan (China) e revela um esforço em abordar a propagação do vírus mediante um detalhamento cronológico. Disponível em: https://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/20200329722500.Wuhan_no_isolamento_do_coronavirus.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

amoldam. Através da breve apresentação do decurso histórico que culminou na tendência neoliberal aplicável ao comportamento humano, contrapomos a instauração de uma nova racionalidade governamental com o surgimento do contexto digital. Nesse sentido, notaremos que:

Agora, a economia global é impulsionada pelos computadores e pela internet, pela telefonia móvel com suas diversas redes de comunicação e informação, pelos satélites e por toda a miríade de *gadgets* teleinformáticos que abarrotam os mercados. Tudo isso contribui, de forma oblíqua e complexa – embora não por isso menos potente –, para a produção dos corpos e das subjetividades do século XXI. (SIBILIA, 2015, p. 27).

As contribuições oriundas da obra de Michel Foucault (1999, 2008a, 2008b) que melhor correspondem à ideia de governamentalidade e biopoder servirão como elemento para a compreensão da vinculação da noção de governo em sua dimensão neoliberal e de conduta assumidas em escala macro. Apontaremos que a ideia de empreendedorismo, em suas diretrizes, recomendações e objetivos, tende a vincular a conduta cotidiana aos interesses empresariais – elemento em que as contribuições de Dardot e Laval (2016) se fazem fundamentais.

Já no segundo capítulo, realizaremos a contraposição da concepção de Foucault sobre biopolítica com demais concepções filosóficas interessadas pela perspectiva de controle das condutas e administração estatística da população. Isso se dará ante sua vinculação com o prisma oriundo do contexto digital. Para tanto, propomo-nos a antepor a ideia de biopoder e conduta dos sujeitos com as noções de diversidade tecnológica e psicopolítica elaboradas respectivamente por Yuk Hui (2020) e Byung-Chul Han (2020). Como apontado por Loveluck (2008), a configuração do espaço criado pela internet se traduz por meio da assimilação de preceitos e elementos técnicos em compasso a certos valores filosóficos que permeiam a forma como a circulação de informação e conhecimento é engendrada. Frente ao contexto de cultura digital no qual a adoção de dispositivos como *smartphones*, *tablets* e computadores pessoais tende a afetar as práticas de ensino e aprendizagem, almejamos, à luz das contribuições de Coêlho (2012), ponderar sobre a eventual importância do resgate do papel da formação humana ante o desafio trazido pela ideia de empreendedorismo de si ao qual confere, à instituição escolar, a sua assimilação ao posto de organização (empresarial).

Já no terceiro capítulo, avançaremos nas possibilidades de se compreender a relação entre o sujeito e a formação à medida que o enfoque passa a ser também nas práticas e exercícios capazes de gerar uma estética da existência, assim como refletiremos sobre a viabilidade de uma constituição do próprio sujeito em moldes distintos. Ao expormos, no

capítulo anterior, os desafios impostos à esfera da atitude crítica, neste momento da dissertação abordaremos seus efeitos no sujeito ao âmbito do sentir. Assim, a partir da compreensão de que o olhar do sujeito empresário de si mesmo (Foucault, Dardot e Laval) ou de desempenho (Han) revela-se afetado pelos ditames e valores ligados à lógica de mercado, refletiremos sobre os desdobramentos trazidos pelo contexto digital no qual as experiências externas transmitidas e advindas dos dispositivos tecnológicos digitais se dão em rede. É este o prisma em que se dá a problematização da ideia de cuidado de si formulada por Foucault contraposta aos preceitos e interesses associados ao uso massivo das tecnologias digitais.

Com a apresentação da noção de cuidado de si pensada em conformidade à visão trazida por Foucault, pretendemos, ao final, apresentar a relevância do ocupar-se como forma distinta de se posicionar nas relações com o outro e para si mesmo - neste movimento, o olhar reflexivo reside na prática de reformulação das maneiras de ser e estar. A contraposição desta noção se dá ante o ato de deter-se com os dispositivos digitais e sua imposição por uma prática cotidiana centrada na injunção da visibilidade (HAN, 2021; AUBERT; HAROCHE, 2008). De sobremaneira, o embate entre a viabilidade de condutas centradas pelas técnicas de dominação ou pelas técnicas de si serve, neste capítulo, para a ponderação filosófica acerca da relevância da ética à arte de viver, momento em que se amplia a importância da estética em seu vínculo com a imaginação como pressuposto para a retomada de si por parte do sujeito contemporâneo.

1 O SUJEITO FRENTE ÀS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: CONJECTURAS AO CONTEXTO DIGITAL

Por assumir uma posição cada vez mais relevante frente aos novos modos de ser e estar dos sujeitos, o estímulo e o aprimoramento da comunicação realizada através de dispositivos digitais trazem em si tanto a implicação da alteração do volume de informação quanto a mudança da forma com que sua circulação em massa é propagada neste contexto. A assimilação cada vez mais natural de uma cultura do compartilhamento e de trocas de informação, do consumo de conteúdos, bem como da busca por alto desempenho, são sentidos que trazem em seu escopo uma tendência velada capaz de refletir a ascensão da comunicação como parâmetro emergente de novas formas de ser. Essas, imersas nos ditames da cultura digital, contam com o hibridismo que alcança corpo e máquina e que permeia a agitação por distintas concepções das interações humanas concebidas perante redes técnicas e sociais.

A conjunção destes fatores trazidos pelo limiar entre a digitalização e as práticas culturais empregadas no decurso do século XXI condiz com a promoção da manifestação plena de maneiras de comunicação distintas das mídias clássicas analógicas, bem como implicam o fomento de um espaço com potencialidades diversas em seu âmbito cultural, econômico, político e humano (LÉVY, 1999). A produção de novos dados sociais e individuais oriundos do uso das tecnologias digitais gera demandas nestas searas e o efeito produzido por aquelas nos modos de vida acarretam um movimento dual que é tanto criador quanto avassalador. Isso aponta o sentido deste prisma cultural digital ser tomado como distintivo, o que requer, por sua vez, uma reflexão crítica sobre este cenário interacional com efeitos que ainda se apresentam em plena construção.

Análogo a esta dualidade que alcança um conjunto de fenômenos que modificam a maneira como os sujeitos compreendem a si mesmos e a realidade que os cerceia, as novas formas de comunicação representam mecanismos que amplificam a urgência por espaços de atuação e representação de si e/ou da alteridade. Entretanto, a capacidade de afetação sobre o sujeito, a partir das inovações técnicas que são particulares às tecnologias digitais, faz destas um conjunto que se traduz em força cultural distinta - o que implica o enfoque de análise sob o legado de matrizes filosóficas e sociológicas, por exemplo. A transição do *status* dos dispositivos digitais ligados à internet para uma nova condição, a saber, como ferramentas fundamentais para a realização de diversas práticas cotidianas apontam para um panorama histórico aparentemente irreversível no qual o elemento humano se encontra desafiado pelo

protagonismo cada vez mais forte das máquinas. Nesse âmbito, o pesquisador Benjamin Loveluck (2018) recorda que, fruto da vontade por abertura e melhor circulação das informações, no tocante aos computadores pessoais, esses passaram da categoria de máquina destinada à realização de cálculos complexos que ultrapassam as limitações humanas para o ponto de serem tomados posteriormente como criações destinadas à facilitação e descentralização da comunicação. Ainda na perspectiva desse autor, esta reviravolta se beneficiou de um rompimento das barreiras atinentes aos princípios e concepções de telecomunicação por ora vigentes. Assim, as potencialidades múltiplas oriundas de um espaço com infraestrutura física criada para representar aspectos da realidade social culmina, portanto, em prospecto que intensifica as interações sociais de sujeitos envolvidos a valores humanos e econômicos desafiados à maneira própria da condição de inovação tecnológica digital. Sobre este ambiente emergente, Lévy (1999, p. 17) avança na compreensão sobre a questão ao definir que:

O ciberespaço (que também chamarei de rede) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico das informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

Inobstante o volume de informações disponíveis no ciberespaço, os usuários, tomados como navegantes do “oceano” de criações afeitas às tecnologias digitais, são alcançados por uma forte onda informacional que não esboça indícios de cessar. No Brasil, já se revela um panorama de superação quantitativa dos dispositivos digitais ligados à internet quando antepostos ao contingente populacional nacional. De acordo com dados recentes apontados pelo IBGE⁵, 82,7% dos domicílios utilizam a rede mundial de computadores, sendo que, dentre os dispositivos digitais preponderantes, manifesta-se um parâmetro em prol da universalização do telefone celular móvel, uma vez que 97,4% dos estudantes utilizam este recurso para acessar a internet.

Nessa via, conforme levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas⁶, aponta-se na direção de uma alteração comportamental significativa no emprego de *smartphones*, em

⁵ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua conta com o módulo que tem por tema a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. No ano de 2019, este módulo temático investigou os aspectos de acesso à internet nos domicílios particulares permanentes, bem como a posse de televisão e telefone móvel celular para fins de uso pessoal para pessoas de 10 anos ou mais de idade.

⁶ Realizada pelo Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGVcia) e intitulada Pesquisa do Uso da TI – Tecnologia de Informação nas empresas, FGVcia, avalia anualmente o uso da TI nas empresas e na sociedade, bem como analisa seu uso na gestão da TI em empresas. Influenciada pelos estudos de Mark Prensky, esta mesma pesquisa faz uso do termo “nativos digitais”, acepção cunhada pelo pesquisador no artigo científico “Digital Natives, Digital Immigrants”

especial no tocante à utilização para serviços bancários, práticas e ações educativas, bem como demais atividades laborais ligadas ao ambiente corporativo/empresarial. Segundo dados levantados por esta referida pesquisa, em contexto aplicado e validado para o ano de 2022, estima-se que 242 milhões de *smartphones* estejam em uso no país frente um total de 447 milhões de dispositivos digitais (no caso, computadores pessoais e *smartphones*). Ademais, disto assinala-se que a conduta dos nativos digitais neste panorama específico representa um fenômeno de ruptura à medida que tais sujeitos ensejam a formação de novos hábitos relativos ao uso desses dispositivos digitais para as searas das finanças pessoais, educação e trabalho. Da contraposição destes levantamentos formulados, ambos os estudos tendem a sugerir a manifestação de uma disposição pela adoção intensa e acelerada de aparatos digitais móveis. Isso acarreta a consequente substituição gradativa dos computadores pessoais por telas inteligentes e responsivas dos telefones celulares que melhor coadunam com modos de vida que priorizam a mobilidade e a flexibilidade.

Segundo Paula Sibilia (2014), frente uma obstinação por renovação tecnológica e apreço pela superação de padrões de resultado vistos como obsoletos se postos em perspectiva, a integração entre comunicação midiática e interesses de mercado confere desdobramentos socioculturais que recobrem a compreensão sobre os fenômenos cotidianos - o que inclui o léxico destinado ao contexto digital. É nesse âmbito que nos valem do dicionário Cambridge no qual, para o termo *buzzword*, toma-se que este remete à palavra ou expressão de dada área e que teve o seu uso popularizado por determinado tempo em mídias, tais como televisão e jornais. A condução em prol da digitalização de serviços públicos e a adoção de dispositivos *on-line* para processos de ensino e aprendizagem apontam como exemplos de uma nova tendência, como aos moldes de uma *buzzword*.

Esta mesma tendência designa uma formulação acerca da cultura digital e serve como exemplos sobre sua ação como força que coloca o sujeito usuário desses recursos em posição de conformidade com os desafios oriundos das inovações tecnológicas digitais. Desta dinâmica denota-se a inviabilidade da indiferença frente às mudanças impulsionadas aos modos de ser. Sobre a conjunção recorrente de esforços que se encarregam da vinculação homem/máquina, segundo Sibilia (2014, p. 14), “essa mania de aprimoramento sem pausa não aposta em qualquer direção; ela tem um norte bem preciso, no qual lateja o desejo de ajustar a própria compatibilidade com o tecnocosmo digitalizado.” Conforme extraído, por exemplo,

para se referir àqueles sujeitos que nasceram no contexto da consolidada cultura coligada à revolução digital. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/fgvcia_pes_ti_2022_-_relatorio.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

dos supramencionados estudos sobre o uso recente da internet no Brasil, notamos, nesta conjuntura, uma ampla utilização dos computadores pessoais e principalmente *smartphones*, sendo que, quanto à dinâmica de promover a cultura digital deste universo tecnológico, essa também se aplica para aparatos analógicos (como rádios ou jornais impressos). Deste ponto, no campo da digitalização dos modos de vida dos sujeitos, esses recursos analógicos também funcionam como meios de promoção para o uso corriqueiro de determinados termos alavancados pelo contexto digital, haja vista o vocabulário aplicável ser tomado como relevante para dado período ou em determinado panorama social.

Ao lidarmos com as tecnologias de comunicação e informação sob a condição de elementos dotados de força das manifestações culturais, as atualizações dos enunciados e emprego de novas terminologias capazes de melhores descrições dos fenômenos atinentes ao seu uso caracterizam parte do que se concebe como cibercultura. Esta última, além de ser considerada por si só uma *buzzword* que movimenta um nicho mercadológico específico, para fins desta pesquisa e no sentido exposto por Lévy (1999, p. 17), “quanto ao neologismo ‘cibercultura’, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.”

Ainda que a vasta gama de informações e serviços soe como produção de uma corrente de significados capazes de definir o *status* social de um novo sujeito emergente à luz da cultura digital, este não é o único escopo a ser observado. Conforme aponta o pesquisador Todd Gitlin (2003), a inevitabilidade do uso massivo das mídias tende a se vincular mais à questão de estar com estas do que se restringir à urgência por definição de significados que se aplicam aos sujeitos ou que por eles são impostos aos objetos representados nas mídias. De sobremaneira, a *relação* ou o fato de *se encontrar* envolto às experiências influenciadas pelas mídias não é fator estranho ao sujeito que visa compreender-se, “mas, em todo caso, o que acontece no processo de conviver com as mídias é, ao mesmo tempo, mais e menos do que ganhar um rótulo. *É estar com as mídias.*” (GITLIN, 2003, p. 19). A ênfase no cunho relacional ou de convívio com as mídias se apresenta como uma das implicações à subjetividade no contexto digital. Disso decorre o esboço pela problematização através do uso feito dos suportes tecnológicos; os impulsos por realização de relações centradas em trocas e compartilhamentos de informações sobre a realidade apontam para uma manifestação cultural advinda desse contexto.

Postulamos que a superação quantitativa de dispositivos digitais frente o contingente populacional é por si só um indicativo iminente para a análise dos desdobramentos impostos à

construção de modos de ser e estar trazidos pela cibercultura. Deste ponto, implica-se a emergência da tríade formada entre sujeito, sociedade e dispositivos de informação e comunicação digital, bem como a elevação do paradigma das *relações* travadas em especial pelos sujeitos usuários de aparatos tecnológicos. Esta dinâmica que vincula aquele que faz uso do dispositivo digital acarreta o apreço pela mobilidade e flexibilidade, como no caso do uso recente da internet por parte da população brasileira. Este uso interacional e sempre feito em relação a algo ou alguém é posto em compasso direto com a construção paulatina do espaço interacional que reforça o contumaz encontro entre sujeito e artefatos de comunicação em massa, conforme influência do pensamento de Pierre Lévy (1999) e Paula Sibilia (2014) sobre este aspecto da temática.

Soma-se a esta perspectiva um entrelaçamento de sujeitos, instituições, mercados, sistemas de infraestrutura tecnológica e Estados: esta imbricação se dá a partir da geração, captura e difusão de dados digitais intermediados por empresas globais como o Google. Disso decorre uma reviravolta que se realiza, por exemplo, através da questão da valorização das escolhas dos sujeitos usuários dessas tecnologias de informação e comunicação configuradas em conjunto com ferramentas de busca de conteúdos e informação (no qual o *website* Google se encontra). Tal configuração dos dispositivos digitais guarda proximidade com a maneira como é caracterizada uma sociedade organizada e beneficiada amplamente pela comunicação em rede.

A título de exemplo, como apontado por Vaidhyathan (2011), a força dos serviços oferecidos pelo Google reflete na organização burocrática dos Estados na qual seus governos armazenam enorme quantidade de dados sobre a população e os fornece à empresa em movimento de troca. Ademais, a onipresença da oferta de serviços do Google alcança a maneira como os sujeitos pensam e agem, âmbito em que a implicação cultural desta ubiquidade na comunicação ocasiona o surgimento de práticas novas e a transformação deste empreendimento empresarial à condição de verbo que designa ação frente a algo ou a alguém (VAIDHYANATHAN, 2011). Ante a valorização das tecnologias digitais, a constância do sujeito posto em relação com as mídias digitais implica na onipresença de uma força cultural que se fomenta pela elevação do papel da comunicação frente os modos de vida e organização social.

Ainda nos termos de Vaidhyathan (2011, p. 16), temos que “O Google influenciará o modo de agir de organizações, empresas e governos, tanto a favor como, às vezes, contra seus ‘usuários’”. No entanto, as mídias digitais, por exemplo, não têm seu alcance social restrito tão somente às grandes empresas globais ainda que seus efeitos indiquem uma

consequência dual avassaladora e construtiva. A comunicação em rede não se baliza apenas aos esforços isolados de dado grupo econômico, mas reside no apreço pela busca facilitada e generalizada de enorme gama de mercadorias e produções intelectuais em escala mundial e local - dinâmica esta construída gradativamente.

Nesse sentido, sobre as mudanças sofridas, Benjamin Loveluck (2018) assinala que a internet sofre uma mudança substancial desde seu surgimento na qual os esforços empreendidos tão somente por cientistas e militares para atender demandas burocráticas e bélicas dos Estados recebem, posteriormente, a adição aparentemente discrepante de demais atores sociais críticos da realidade vigente e ligados à contracultura⁷. Esta dinâmica inicial atinente à comunicação em rede revela um esboço acerca da consequente vinculação de setores sociais com a concepção da arquitetura dos sistemas informacionais *on-line* no século XXI; as formas de ensino adaptadas forçosamente ou em conformidade com as infraestruturas digitais, por exemplo, viabilizam novas experiências e práticas educacionais à distância, de maneira remota ou híbrida. Nesse aspecto, a crítica sobre as potencialidades humanas e os entendimentos sobre as formas de relações sociais coligadas aos aparatos digitais ocasionam a iminente reflexão sobre a estruturação das vidas humanas em torno dos avanços tecnológicos, posto que:

A rede se apresenta como uma montagem social e tecnológica em que são reconfiguradas com vigor as interações humanas, a constituição das identidades, o sistema econômico, as possibilidades políticas – ou, de maneira mais sucinta, *o poder de ação das sociedades sobre si mesmas*. (LOVELUCK, 2018, p. 12).

Em linhas gerais, em compasso com a tríade aludida (sujeito, sociedade e tecnologias de comunicação), o mercado também exerce uma função essencial à própria organização social, visto que, ao retrocedermos o olhar para as mudanças engendradas nos séculos XVIII e XIX, notamos que este importa pela promoção de um cenário de desenvolvimento tecnológico vasto. Dentre as transformações impulsionadas pela Revolução Industrial ainda na aurora daquela época, a máquina a vapor, a locomotiva, demais máquinas de tecelagem e principalmente o relógio ali empregado para ditar o tempo das tarefas e a produtividade laboral são exemplos das marcas impostas ao elemento humano em contato com mecanismos de vida ainda não digitais (SIBILIA, 2014). Nesse aludido panorama moderno que se apoia na evolução oriunda dos conhecimentos sobre a mecânica, o valor da liberdade recebe também uma projeção de especial relevância a qual permeia a defesa pela difusão do conhecimento

⁷ Entendemos que os movimentos de contracultura na década de 1950 e 1960, como a geração *beatnik* e os *hippies*, servem como exemplos de relatos de modos de vida centrados na valorização da *experiência* humana e que sua importância ultrapassa a influência tão somente restrita às expressões artísticas.

pela via da liberdade de expressão; os jornais em circulação são emblemas da ampla capacidade de relatar sobre o espaço público através da promoção da informação imposta pelo papel ampliado da imprensa.

Como aponta Loveluck (2018), este contexto histórico se associa à busca por um poder de Estado dotado de alcance limitado e pelo pleito da garantia dos direitos de um indivíduo que anseia por autonomia: o rumo do destino particular se dá perante um ambiente público articulado em torno de uma sociedade civil organizada aos moldes contratuais. Nesse âmbito, a partir da visão exposta por este autor e em conjunto com Sibilia (2014), consideramos que a dinâmica da liberdade de circulação de informação contribuiu para que o exercício da vida política interessada na autonomia individual obtivesse um ritmo ditado pelo relógio; a empreitada humana tem sua produtividade vinculada ao impulso advindo das máquinas, o que implica em configuração socioeconômica ditada pelos interesses de acumulação do capital.

Os avanços industriais auxiliaram, portanto, no reforço de uma nova concepção teórica sobre o papel do Estado frente os interesses dos governados sujeitos à economia política inicialmente voltada à troca, produção e posteriormente afeita à ênfase na noção de concorrência. Sob os efeitos deste movimento, também tomado como parte do progresso tecnológico subsequente, o surgimento da internet no século XX se dá sob as influências de parâmetros nos quais os valores do liberalismo se fazem importantes: a difusão/popularização da rede mundial de computadores encontra na reflexão sobre o papel do Estado - e seus limites de governo - um aspecto central para a ascensão de uma forma de capitalismo revista através do contexto digital (LOVELUCK, 2018). Como lembra Sibilia (2014), o aumento progressivo da automatização das etapas laborais nas indústrias configura um espectro social no qual o enfraquecimento da mão de obra humana abre espaço para o entusiasmo em escala global por mecanismos centrados no aumento exponencial da produtividade. O rastro deixado por tais transformações denota uma transição gradativa que culmina no apreço localizado cada vez menos nos recursos analógicos.

Dessa forma, o paradigma da promoção do recurso digital que advém dessa crescente automatização dá ensejo ao desenvolvimento de uma evolução técnica situada no dinamismo aplicado à produção e na livre-circulação de comunicação, a qual Loveluck (2018) entende como um sistema técnico estruturado em rede: “Articulação intelectual que se tornou incontornável, a rede é acompanhada por noções de descentralização, circulação, fluxo, emergência ou, ainda, de complexidade, que se opõem à rigidez centralizadora das entidades sociais e políticas – e, em primeiro lugar, o Estado.” (LOVELUCK, 2018, p. 16). A dinâmica

(mobilidade) e a liberdade (do sujeito em relação com a informação a ser circulada) inerentes ao uso da internet e os suportes tecnológicos no século XXI remetem, portanto, ao panorama histórico aludido, ainda que este movimento tenha apresentado resistências no passado – como a participação de movimentos de contracultura e seus modos de vida peculiares⁸.

Mesmo que o computador pessoal esteja potencialmente integrado às atividades cotidianas no século XXI, a compreensão sobre sua finalidade não se apresentou de maneira homogênea desde a sua invenção. Ainda que a aplicabilidade tenha variado entre fins civis ou de guerra, desde o seu surgimento um aspecto acerca da sua compreensão permaneceu o mesmo: a condição de ser uma máquina voltada à execução de tarefas que auxiliam na satisfação de objetivos específicos e que superem as limitações biológicas do sujeito. É nesse domínio que Lévy (1999) corrobora esta formulação ao recordar que o aparecimento dos primeiros computadores se deu ainda na década de 1940 nos Estados Unidos da América e na Europa como enormes máquinas capazes de realizar difíceis cálculos e estatísticas que atendessem aos interesses administrativos ou burocráticos de grandes corporações e Estados.

Notamos que a vinculação de um alcance à esfera da construção de novos modos de ser do sujeito e a invenção do computador não se deram como premissa fundante desta inovação tecnológica (o foco inicial não era relativo à interatividade aplicada à esfera da vida privada). No entanto, extraímos, pelas razões acenadas, o indicativo de que a intervenção nos padrões sociais vigentes pela via da inovação tecnológica, bem como a modificação da forma de realização de tarefas cotidianas a partir dos paradigmas da mobilidade e flexibilidade, é desdobramento que alcançou a esfera da subjetividade.

Assim como as referidas mudanças afeitas à primeira Revolução Industrial desdobraram um novo cenário sociocultural e econômico, as invenções tecnológicas (de cunho tanto analógico quanto digital) guardam efeitos de grande proporção aos modos de ser próprios do século XX e XXI. Para Pierre Lévy (1999), é exatamente um aprimoramento de um dos componentes físicos destas máquinas que gerou uma reviravolta em suas finalidades, posteriormente também assumida como de natureza econômica para atividades produtivas diversas: “O desenvolvimento e a comercialização do microprocessador (unidade de cálculo

⁸ O movimento *beatnik*, que emergiu na década de 1950, tem na figura de Jack Kerouac um de seus expoentes literários, sendo que seu estilo centrado no fluxo de consciência se traduz na estilística da obra *On the Road*, por exemplo. O apreço pela mobilidade e flexibilidade constantes é explorado pelos *beats* em uma dinâmica que associa o fluxo com a ideia de liberdade: a tomada do próprio destino é pensada através do deslocamento no espaço físico. O valor da liberdade também é, neste movimento, observado pela via da tomada da consciência do papel do sujeito frente os ditames socioculturais ora vigentes (isso se manifesta no fluxo de consciência de algumas obras literárias *beat*). Ainda sobre os movimentos de contracultura como força de resistência, como aponta Loveluck (2018), esta geração e suas obras funcionam como relatos da busca por mudança do indivíduo e sua consciência, das relações e da luta pela liberdade individual.

aritmético e lógico localizada em um pequeno chip eletrônico) dispararam diversos processos econômicos e sociais de grande amplitude.” (LÉVY, 1999, p. 31). Lévy sugere que o ponto de virada radical ocorreu na década de 1970 devido ao advento desta nova capacidade de processamento, entretanto, Benjamin Loveluck (2018) assinala que, ainda no final dos anos 1960, a ideia de compartilhamento de um mesmo computador culminou no esboço da computação interativa capaz de viabilizar o uso de um mesmo computador por mais de um indivíduo. Além da influência filosófica, os valores de mobilidade e flexibilidade também se devem à tentativa de compactação dos suportes técnicos.

Ao considerarmos a relevância destes exemplos de avanços relativos à técnica e que abrangem o decurso dessas duas décadas citadas, notável que, a partir dos preceitos de compartilhar recursos e processar informações, tenha culminado na revolução da compreensão do computador como meio para comunicar. Como define Loveluck (2018, p. 42-43): “Um computador, em princípio, é uma máquina que executa programas – ou seja, uma série de comandos previamente gravados (o algoritmo) que permitem transformar ou organizar a informação.”. Esta acepção vincula-se, portanto, ao progresso tecnológico no qual a sua dinâmica tem a condição basilar da microcomputação como um elemento de potencial transmissão de informação e ainda como fator voltado à interação comunicativa, dotado, por sua vez, de força cultural e socioeconômica.

Assim, o alcance tecnológico no panorama sociocultural culmina na modificação da forma como se dão a comunicação e a circulação da informação. Nesse prisma inicialmente apontado, as tecnologias digitais se revelam como dotadas de força cultural e uma tendência aplicável ao sujeito em formação. Em dado contexto que não restringe as inovações à seara técnica, essas abrangem também uma discussão sobre os valores nos quais determinadas práticas engendram formas distintas de relações - do sujeito com si mesmo e com as máquinas.

Segundo Loveluck (2018), a internet viabilizou a alteração da forma como o liberalismo se vincula à dinâmica socioeconômica em decurso no século XX: os valores liberais de defesa da propriedade privada e da liberdade individual frente o alcance do Estado se transmutam aos valores da cultura digital centrada na afirmação da liberdade da informação e apreço pelas trocas comunicacionais em rede ditadas pelo mercado dinâmico. É nesse âmbito que a formação de novos modos de ser e estar estimulados pela tecnologia digital e a interação social em rede se fazem atreladas ao cenário político e econômico, oportunidade na qual refletir sobre a subjetividade e a formação na contemporaneidade, a partir de um viés

filosófico, perpassa inicialmente a compreensão dos movimentos, mecanismos e dispositivos que engendraram uma trajetória com um destino neoliberal.

1.1 Decursos de um novo panorama: perspectivas de valores filosóficos que alcançam o sujeito da cultura digital

Ao acenarmos para conjecturas que culminaram na emergência de um cenário social marcado pela ascensão da relação travada entre homem/máquina no contexto digital, temos que a dinâmica firmada entre sujeito e tecnologias de informação e comunicação coincide com novas designações próprias para as particularidades impulsionadas pelas ideias de cibercultura/ciberespaço e neoliberalismo. O interesse pelas condutas do sujeito e a busca pela compreensão do governo destinado à população se vinculam às condições e valores filosóficos que deram origem ao cenário sociocultural atual, flexível e marcado pela concorrência. As relações socioeconômicas realizadas entre Estados, grandes grupos econômicos e os sujeitos implicam no desenvolvimento de novas formas de interação. Essas, centradas em torno da ideia de empreendedorismo, revelam-se cada vez mais beneficiadas pelas variáveis trazidas pela tecnologia digital e pela concorrência de mercado.

As maneiras distintas de se fazer, pensar e estar sugerem práticas suscetíveis à constante revisão e afeitas ao impasse entre adequação às normas que se aplicam aos sujeitos. Esses, por ocasião, apresentam-se cada vez mais estimulados à condução insinuada de um modo de viver supostamente dotado de liberdade. Entretanto, soma-se a isso a perspectiva engendrada de que governar a vida passa a ser parte de um projeto de acumulação de riquezas que interessa também ao Estado em um decurso com destino associado aos valores da liberdade e concorrência, ambos importantes para um destino neoliberal à subjetividade.

O olhar prévio e breve para o passado condizente ao liberalismo (visto como corrente filosófica) é motivado tal qual aos moldes da compreensão sobre os novos recursos tecnológicos caros ao século XXI: a dinâmica que levou aos suportes digitais tem sua origem calcada em preceitos oriundos da Revolução Industrial. Assim, ao procurar compreender a controversa trajetória de um sujeito em compasso com uma tendência neoliberal, a visão crítica acaba por se direcionar para o termo liberalismo, o que implica no resgate do período histórico que sucede à Idade Média. Ao partirmos da hipótese de que o neoliberalismo tenha moldado grande parte das ideias e as práticas sociais da atualidade, a sua origem histórica remete a uma nova organização social que durou cerca de três séculos para se evidenciar como aquela participativa ou formadora do destino dos indivíduos. Nesta visão explicitada por Laski (1973), o liberalismo surge de um rearranjo da ordem socioeconômica no qual a

emergência da classe burguesa traz consigo a delimitação da intervenção política do Estado no que tange ao campo da manutenção e da preservação dos direitos, em especial o relativo à propriedade. Com um viés oriundo de Marx, este autor aponta para a grande obra da classe burguesa: o Estado que, uma vez firmado sob um contrato, se torna garantidor do direito à propriedade advinda do trabalho.

Assim como no âmbito do discurso neoliberal, nuances peculiares também se aplicam ao liberalismo à medida que seu emprego definitivo só ocorre no século XIX, o chamado liberalismo clássico, que tem suas raízes ligadas aos esforços intelectuais prévios de figuras centrais como Locke e Rousseau. Merquior (1991) elucida que o liberalismo pode ser formulado como um aporte teórico conjunto centrado na defesa da liberdade civil e que almeja um Estado constitucional, sendo esse de alcance limitado e com controle efetuado pelos governados via consentimento.

Tendo em vista essa definição geral sobre liberalismo, Merquior (1991) procura discernir e classificar momentos distintos desse período histórico e, ao se referir ao termo protoliberalismo, esse autor remete ao fato de que a contribuição dos pensadores contratualistas se mostra fundamental, uma vez que essa repousa tanto na revisão da ideia de direitos naturais quanto na junção da noção de consentimento e individualismo. Esta formulação aponta para o sentido de que o papel do Estado e o seu alcance são compreendidos através da defesa de direitos a serem claramente definidos por leis que regem a ordem social - o que confere uma consequente ressignificação da cidadania na modernidade.

Para além desta nova concepção política esboçada no início da modernidade, Moraes (2001) assinala que, através das obras de pensadores como Adam Smith e David Ricardo, o liberalismo clássico acaba sendo evidenciado como doutrina ao se fundamentar na busca constante pelo lucro e na satisfação dos interesses individuais por via do trabalho. Percebemos que há um foco na harmonia social por meio da defesa da autonomia do pensamento, valorização do labor e da liberdade – ainda que essa última não seja tomada de forma igualitária. Ainda segundo Moraes (2001), a liberdade econômica defendida por estes liberais clássicos gerou a crença de que as determinações do mercado representam meio eficaz para se desenvolver uma sociedade mais justa e equilibrada com o devido proveito das potencialidades extraídas da natureza e do trabalho humano.

Ademais, na perspectiva exposta por Merquior (1991), a doutrina liberal clássica incorpora uma teoria sobre direitos humanos, a defesa de um governo pautado pelos ditames do constitucionalismo e o pleito pela liberdade econômica, sendo que esses elementos constitutivos e norteadores comungam com o pensamento iluminista voltado para a

valorização da capacidade racional do indivíduo – isto é, livre da necessidade de compreensão da Natureza e das relações sociais pelos preceitos da moral religiosa. O resultado é um esforço por uma nova dimensão do progresso humano.

Notamos assim que a recolocação epistemológica deste ser racional perante a Natureza - interessado em conhecê-la sem o apelo da fé ou do elemento sobrenatural - emerge acompanhada de uma nova percepção sobre a relação homem e sociedade. É nesse sentido que “o pensamento do Iluminismo veio a coincidir com a maior parte dos ingredientes do credo liberal clássico, sem ser sempre liberal em termos estritamente políticos.” (MERQUIOR, 1991, p. 49).

Dessa forma, na esteira do raciocínio exposto por Laski (1971), Merquior (1991) e Moraes (2001), extrai-se que preceitos importantes como a concepção individualista de homem, a proteção por meio de um contrato social contra males e prejuízos advindos de uma vida em sociedade e a compreensão teórica sobre o alcance do Estado são elementos caros a uma nova construção da sociedade e sua condução política. O constitucionalismo como movimento jurídico-filosófico também atendeu como auxílio a este fim, ao passo que as constituições modernas se revelaram como seus frutos mais perceptíveis. Ademais, a defesa da liberdade econômica e a associação do trabalho com a propriedade serviram também à formação de um panorama social voltado à crença no potencial pleno da razão e na redução do papel intervencionista do Estado frente o mercado.

Perante a emergência de novas relações sociais centradas e definidas em torno do capital, o caráter mutável ou dinâmico abrange todo o contexto histórico atinente ao capitalismo, o que inclui até mesmo a sua nova faceta na contemporaneidade (NETTO; BRAZ, 2006). Sobre esse aspecto, segue ainda que:

A história do capitalismo – a sua evolução -, portanto, é produto da interação, da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento de forças produtivas, de alterações nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 169-170).

Nesse âmbito, evidenciamos que o percurso até o neoliberalismo implicou mudanças estruturais na maneira de se pensar o indivíduo - seja este em relação com a sociedade ou com recursos naturais – e esta trajetória abrange uma noção de governo que combine com a percepção dos valores humanos e de direitos sob a égide do capital. Ampara-se isso com a formulação trazida por Netto e Braz (2006), os quais propõem uma divisão teórica do capitalismo nos seguintes moldes: uma fase inicial intitulada “mercantilismo” na qual a

acumulação primitiva de capital transcorreu a partir do século XVI (inclui-se aqui a prévia afirmação formulada acerca da classe burguesa contrária aos privilégios da nobreza fundiária), o capitalismo concorrencial ou liberal clássico que se inicia no fim do século XVIII com a forte urbanização e o desenvolvimento de mercado mundial pautado pelas indústrias, bem como uma terceira fase marcada pela concentração e centralização de capital em monopólios - cunhada por “imperialismo” e instaurada a partir de 1890 até a atualidade.

É na contemporaneidade, ante as forças deste capital, que as novas formas de ser e estar estimuladas pelo progresso tecnológico tendem a vincular os desejos, sentimentos e intelectos às implementações cambiantes do mercado dotado de limites geográficos cada vez mais flexíveis. As relações sociais contemporâneas se desenvolvem frente o questionamento constante do alcance do Estado à esfera individual de decisão e escolha, sendo que essa perspectiva, observada a partir do século XX, tem sido analisada sob a lógica do neoliberalismo. O esforço intelectual em investigar este novo cenário econômico, político e social produz diferentes definições e compreensões sobre aspectos importantes dessa natureza. Pierre Dardot e Christian Laval, em diálogo com a perspectiva trazida por Michel Foucault em suas pesquisas desenvolvidas a partir dos anos 1970, alertam para a mobilização dos elementos constitutivos do humano no sentido de servirem à consolidação do pensamento neoliberal.

Em uma dinâmica que se retroalimenta de panoramas de crise que permeiam o capitalismo, surge a premente dúvida sobre a superação do liberalismo, haja vista a observação de cenários cotidianos menos exitosos em sua diretriz central. Ao se considerar uma dinâmica que envolve crises, a condição oscilante entre períodos positivos e negativos se faz presente e a urgência por superação não se revela marcante – ainda que necessária para tantos setores sociais. Dardot e Laval (2016) apontam na direção de que o neoliberalismo apresenta uma característica ambivalente na qual se revela capaz tanto de gerar danos às conjecturas político-sociais previamente consolidadas através das instituições, como também se denota produtor de distintos contextos pautados pela imbricação entre os novos modos de ser e a lógica de mercado.

Ao ser possível a oposição entre elementos de destruição e construção, notamos que emerge a hipótese de potenciais retrocessos sociais em diversas áreas (como a Educação, por exemplo). A constituição de novos panoramas sociais orientados pelos interesses de mercado se dá na contraposição dessas forças contrárias. Voltemos o olhar para a carga positiva ou construtiva oriunda das inovações aplicadas ao indivíduo. Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é capaz de criar novas diretrizes para as políticas públicas e com isso acarretar

a aplicação de relações econômicas cada vez mais globalizadas, na polarização e diminuição do senso de coletividade ante a padronização das relações orientadas pela individualização. É nesse aspecto que esta argumentação direciona para a abordagem do neoliberalismo como uma racionalidade, ou seja, uma razão de ser atinente ao capitalismo.

Dardot e Laval (2016) abordam outro aspecto desta realidade contemporânea ao evitarem compreendê-la tão somente como fadada a uma ideologia ou política econômica neoliberal e assim concebem esta nova racionalidade como concernente a toda esfera governamental - inclusos os governados. Nessa visão de cunho filosófico, emerge assim um distinto modelo aplicável ao comportamento do sujeito, esse de tendência centrada nos moldes empresariais com a conduta social voltada para a concorrência entre os indivíduos.

Esta perspectiva pensada por Dardot e Laval tende a revelar o neoliberalismo como sendo um elemento vital para a condução das formas de ser e estar no mundo e por isso ele confere ao momento histórico uma plasticidade orgânica. É nessa medida que a ordem neoliberal se apresenta como normativa para os novos tipos de sujeitos, haja vista que “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Ao elaborar a compreensão sobre a emergência de um novo sujeito na contemporaneidade, Dardot e Laval (2016) recorrem aos estudos de Michel Foucault sobre as artes de governar nas quais a promoção da competição pelos ditames de mercado é fundamental ao neoliberalismo como via de formulação de práticas de conduta aplicáveis aos sujeitos isoladamente ou em grandes conjuntos (população); é a partir deste aporte teórico que defendem a ideia de que a racionalidade neoliberal perpassa os desígnios de controle sobre as condutas no que tange às formas de pensar, estar e sentir - desde que em conformidade com os novos dispositivos e procedimentos atrelados às instituições e ao Estado. A racionalidade aplicável ao Estado para a geração de uma capacidade de direção das condutas em escala macro (população) passa a se traduzir através de técnicas voltadas a controlar os sujeitos, orientar comportamentos estruturados em torno de um conjunto de tecnologias de poder analisado por Foucault – esta linha é adotada por Dardot e Laval para pensar o alcance do neoliberalismo à formação de um novo sujeito.

Ao associar o Estado neoliberal com o autogoverno dos indivíduos, uma mudança ocorre na esfera da liberdade daqueles, o que, por sua vez, força a adequação aos padrões normativos de conduta concebidos em macro escala. Esta compreensão proposta ao neoliberalismo almeja a concepção de novas formas de subjetividade na sociedade com

valores liberais: a alteração do panorama político e econômico muda o sujeito em sua esfera mais íntima, na sua maneira de conceber a si mesmo e de agir em conformidade com normas externas advindas de dispositivos diversos. É nesse aspecto que Dardot e Laval entendem o prisma neoliberal como uma nova racionalidade envolta à promoção do autogoverno individual e de relações sociais afetadas pela concorrência mútua, uma vez que

O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas em práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais. Além disso, devemos deixar claro que este sistema é tanto mais “resiliente” quanto excede em muito a esfera mercantil e financeira em que reina o capital. Ele estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade “contábil” pela criação da concorrência sistemática entre os indivíduos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 30).

Nessa esteira de raciocínio, Dardot e Laval (2016) alertam para uma nova razão do mundo e sua consequente construção de uma subjetividade contábil e financeira na qual a competitividade se aplica tanto ao princípio norteador dos Estados neoliberais como também afeta a própria maneira como os sujeitos percebem a si mesmos. Aqui os indivíduos devem constantemente ser tão resilientes quanto a economia neoliberal para, com isso, agregarem valor a si mesmos à medida que aqueles superam crises e se adaptam aos desafios das inovações ou períodos austeros.

A utilização massiva de tecnologias de informação e comunicação (como suportes obrigatórios ou não às atividades cotidianas) gera nos sujeitos a urgência por uma vida na qual seja possível creditar os êxitos e lograr adimplência em diversos campos não necessariamente restritos ao universo laboral. É através deste movimento, no qual o sujeito é responsável pelo sucesso de sua vida a partir do uso racional de suas escolhas, que o pensamento desses autores anseia ilustrar. Estes defendem o surgimento não só de uma política ou economia neoliberal, mas de uma “sociedade neoliberal”, haja vista que:

Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

Em contraposição à aproximação da teoria de Michel Foucault naquilo que tange a sua compreensão sobre a sociedade neoliberal problematizada a partir do apreço pela razão governamental das condutas voltadas a produzir um sujeito livre e gestor de si mesmo (capital humano), Dardot e Laval refletem sobre o neoliberalismo e sua investigação é viabilizada ao focar no viés das relações sociais e suas implicações na esfera de ação individual.

Na perspectiva apresentada por Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo trouxe consigo a criação de uma agenda política pautada pela construção de uma racionalidade centrada no fortalecimento das instituições, no estímulo à condição de adaptação do mercado e na administração do capital humano. Depreendemos, portanto, que toda a trajetória do capitalismo se dá em um tom de enfrentamento às crises no qual a emergência do neoliberalismo acarreta o conflito de interesses que é fruto da necessidade de administrar tanto o capital quanto a conduta dos indivíduos: as inovações tecnológicas trazem, em seu bojo, um desafio real à emancipação humana desenvolvida no cenário de novos interesses mercadológicos trazidos pelas elites econômicas – o que inclui a seara dos processos formativos.

Para Dardot e Laval (2016), o estabelecimento da concorrência como uma diretriz global se deu pela vinculação de um projeto político a um movimento que agregava produtividade, inovação tecnológica e interesses de mercado (consumo). Nesse panorama, caberia ao sujeito aceitar e se adaptar a uma realidade sem retorno, posto que o sucesso do governo de sua conduta implica a extração de boas escolhas supostamente livres. Nesse sentido, “em nível mundial, a difusão da norma neoliberal encontra um veículo privilegiado na liberalização financeira e na globalização da tecnologia.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 199).

Na visão trazida por Loveluck (2018), a elevação do computador pessoal ao papel de máquina destinada à ampliação da propagação da informação e com forte potencial comunicacional fez com que esta inovação tecnológica servisse como um elemento crucial para um rearranjo da organização de toda a sociedade. Dessa percepção extrai-se que a microcomputação tem seu ponto de virada quando da revisão de sua finalidade última, ao passo que o progresso científico a ela associado recebe ares revolucionários. A radicalização de um valor caro ao liberalismo, como a liberdade de expressão do indivíduo, provoca a transmutação do papel desempenhado pelos computadores ainda na década de 1960 - e que guarda seus efeitos no século XXI. Segundo Loveluck (2018), há uma tensão atinente aos computadores e que diz respeito aos valores envolvidos: a elevação da autonomia individual pleiteada pelos movimentos de contracultura está ligada à valorização da descentralização e livre circulação da informação, sendo que esse prospecto se contradiz com o uso restrito, centralizado e fechado dos computadores (inicialmente tomados como máquinas destinadas aos fins bélicos).

Nesse âmbito, há que se considerar o decurso neoliberal em sua vinculação com novos modos de ser a partir da ideia de descontinuidades e resistências. O surgimento dos

computadores guarda em si mesmo a dinâmica oriunda de forças supostamente contraditórias (com atores sociais teoricamente distantes, isto é, militares, empresários, acadêmicos e movimentos de contracultura). Dessas dinâmicas advindas de interesses aparentemente opostos emerge uma realidade distinta trazida aos moldes do ciberespaço. Os valores atinentes à cultura digital guardam uma correlação histórica com a emergência de uma nova governamentalidade, essa de cunho neoliberal. Ademais, o surgimento das tecnologias digitais coincide historicamente com a consolidação do neoliberalismo, mas postulamos que esta não se deve a uma necessária continuidade. Nessa esfera, segundo Dardot e Laval (2016), o sujeito se subordina a uma nova racionalidade política e governamental interessada pela transformação da maneira como o poder se liga à ideia de governo: a lógica neoliberal vinculada à ampliação da concorrência em escala global e redimensionamento da liberdade à esfera da gestão do capital humano acarreta, para esses autores em diálogo com Foucault, na assimilação de um novo modo de ser e uma reorientação dos comportamentos.

Assim, a visão de Dardot e Laval (2016) sobre a força do neoliberalismo aplicável ao surgimento de novas formas de ser e estar (marcado pelo empreendedorismo do sujeito sobre si) abrange um olhar que opera em conjunto com os preceitos concebidos por Foucault no que tange a uma arte aplicável às condutas e às relações humanas firmadas em torno do poder – este último visto como circundante, que permeia e acontece não em situação de posse, mas em relação.

1.2 Governamentalidade e tecnologias de poder: a condução do sujeito rumo às tecnologias digitais

A trajetória controversa atinente ao neoliberalismo implica um cenário no qual a disputa de interesses econômicos e políticos alcança a formação do sujeito e gera uma tensão à esfera da gestão de condutas. Em contexto histórico de transição das formas de condução das relações sociais para um panorama regido à luz da tecnologia digital, Bill Gates inicia sua obra *A empresa na velocidade do pensamento* (1999) com algumas perguntas motivadas pela crescente velocidade do fluxo de informação digital na condução empresarial. Como ponderado por Gates (1999), determinadas práticas destinadas a contribuir com a boa condução das empresas são sugeridas como normais ao se submeterem ao fluxo informacional, bem como servem ao propósito de o indivíduo tornar-se bem sucedido no mercado competitivo da era digital.

Esse olhar afetado por essas questões se volta para o futuro rumo às particularidades do século XXI, no entanto, o que essas colocações tendem a revelar remete à necessidade de análise do contexto prévio do passado: as condições e processos que culminaram em novas práticas e condutas. Isso abrange alterações nos modos de ser, estar e fazer aplicáveis a diversas áreas as quais a Educação em seus processos formativos se inclui. É nessa perspectiva que se visa indagar ao olhar para o passado e cujos esforços intelectuais de Michel Foucault servem como suporte fundamental para a reflexão crítica à abordagem sobre quem é o sujeito do presente no cenário atual.

Os contornos do trabalho acadêmico realizado por Foucault aparentam receber uma condução por meio de uma abordagem crítica que se denota filosófica, ainda que esta não se apresente restrita tão somente a determinadas obras da tradição ou à dada utilização de recursos conceituais ligados ao campo de conhecimento aludido. Foucault viabiliza uma argumentação de cunho crítico – notadamente em seus cursos ministrados a partir de meados da década de 1970 – na qual o foco de sua investigação tenderá, em linhas gerais, à tomada de valores morais e de constructos universais como sendo ambos os frutos das elaborações advindas dos fenômenos vividos pelos sujeitos históricos. É nessa perspectiva que o olhar de Foucault sobre diferentes períodos da História Ocidental promove uma abordagem sobre as condições vigentes na atualidade presente – mesmo que, para tal análise, esse pensador conceda também especial atenção aos processos desenvolvidos à luz do século XVIII, por exemplo.

Foucault (2014) sustenta que a reconstituição histórica das dimensões políticas e econômicas, por exemplo, se distancia de um historicismo e essa condiz mais com a busca pela caracterização daquilo que torna os seres vivos, o que são de fato em uma construção dotada de acontecimentos discursivos. A pretensão aqui repousa na compreensão da ligação entre aquilo que constitui o sujeito e a sociedade em primeiro plano, somando-se a isso a contraposição com os acontecimentos produzidos em um campo histórico que corresponde ao passado com a ontologia do presente; esse aspecto nota-se pela fala do próprio pensador em *Diálogo sobre o poder*⁹ quando afirma: “quero concentrar meu estudo no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade.” (FOUCAULT, 2015, p. 252).

Ademais, como redigido por Foucault em *O sujeito e o poder* (1995), o tema geral de seus trabalhos finais diz respeito ao sujeito, mais precisamente ao estudo sobre os modos pelos quais o ser vivo se constitui como tal. Portanto, ainda que Foucault tenha se ocupado

⁹ Entrevista datada de 1978 e compilada no Brasil através da obra *Ditos e Escritos Vol. IV: Estratégia, poder-saber*.

amplamente com a temática do poder propriamente dito no decorrer da década de 1970, este considera que somente as relações de poder não são elementos suficientes para a análise das tramas da sociedade, movimento que justifica o direcionamento desse pensador também para as relações éticas – este é o caso do interesse crescente pela noção de cuidado de si abordado também nas aulas do curso intitulado *Hermenêutica do sujeito*, de 1982.

No que tange à investigação realizada por Foucault durante a década de 1970 acerca dos processos e práticas de poder sobre a vida, essa apresenta enfoques em escalas a nível micro e macro¹⁰. Disso decorre que, ao argumentar acerca das tecnologias de poder, Foucault reflete sobre o governar que tem como foco a população (um conjunto de indivíduos tomados em massa) e aquelas aplicadas aos indivíduos e corpos por meio da microtecnologia do poder disciplinar. Como apontado por Castro (2009), o termo tecnologia é tomado por Foucault como associado às práticas realizadas em um cenário que se revela composto por táticas (tomadas como meio) e estratégias (vistas como fins), perspectiva tal utilizada para a análise das relações de poder afeitas ao biopoder e à disciplina, mas que alcançam, inclusive, a seara da ética vivida pelos sujeitos.

Antes de abordarmos a noção de biopoder, insta acrescentar que, para Foucault, o poder não merece ser observado por um prisma único e localizável, mas sim compreendido mediante funcionamento que se dá em cadeia, bem como a partir das relações de força que abrangem e emergem de vários pontos (não por um sujeito detentor do poder). Assim, temos que, nesta visão, “O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.” (FOUCAULT, 1999, p. 36). Ao alertar para o deslocamento, modificação, circulação do poder, esse pensador aduz que um dos efeitos do poder é a própria constituição do sujeito.

Ademais, com o avanço de suas pesquisas alinhadas aos formatos de cursos ministrados no Collège de France, Foucault objetiva, no final da década de 1970, demorar o olhar crítico sobre uma busca pelas funções e relações dos acontecimentos discursivos imbuídos de cunho diversificado, ou seja, aqueles atinentes ao cenário econômico ou de natureza institucional. Ao tomar as funções do discurso como um acontecimento justaposto a sua dimensão na seara política, por exemplo, Foucault se lança em uma análise filosófica que

¹⁰ Com fim elucidativo, recordamos que, em 1975, com *Vigiar e Punir*, Foucault se ocupa detidamente com as técnicas disciplinares destinadas ao corpo para, no ano seguinte, começar a valer de uma análise ampliada sobre as relações de poder em suas alçadas de nível macro. Isso conforme caminho de análise que pode ser observado através dos cursos *Em defesa da sociedade* (1976), *Segurança, território e população* (1978) e que culmina em *Nascimento da biopolítica* (1979) na reflexão sobre uma espécie de atualização do liberalismo - isto é, o neoliberalismo como um novo modo de vida levado pelos sujeitos na atualidade.

lida com as relações de poder em conjunto com as demais relações sociais. Disso decorre, por sua vez, uma investigação sobre os processos constituintes do curso da História, isto é, dos fenômenos históricos que engendraram o sujeito vivente:

A história é o discurso do poder, o discurso das obrigações pelas quais o poder submete; é também o discurso do brilho pelo qual o poder fascina, aterroriza, imobiliza. Em resumo, vinculando e imobilizando, o poder é fundador e fiador da ordem; e a história é precisamente o discurso pelo qual essas duas funções que asseguram a ordem vão ser intensificadas e tornadas mais eficazes. (FOUCAULT, 1999, p. 56).

Com isso, Foucault almeja abordar as condições que permitiram determinada compreensão sobre quem somos atualmente em um movimento que não implica mais a centralidade do poder soberano do Estado e sim a manifestação de um novo poder, conforme extraído das formulações relativas ao curso de 1976, *Em defesa da sociedade*. Uma visão conjunta sobre a sua obra, a partir dessa década, mostra que a perspectiva em que Foucault lida com a noção de poder é fornecida também por meio do volume I de *História da sexualidade: a vontade de saber* (2013) - esta como sendo algo distinto de uma força, estrutura ou instituição, posto ser tomada como uma designação de uma situação estratégica atravessada por uma dada sociedade. Na esteira desse raciocínio trazido por essa obra, obtém-se que a modificação da função exercida pelo poder nas relações sociais ocasiona a passagem rumo ao primado do biopoder. Foucault (2013) considera que o biopoder tem seu enfoque não mais em investidas sobre a morte aos moldes do poder soberano, tal qual pensado por Hobbes (i.e. soberania ligada ao fazer morrer para deixar viver), mas este poder aplicado à vida tem por essa seu interesse pleno ao visar extrair melhor desempenho do corpo individualizado e especificado sem perder de vista a interferência sobre os processos biológicos.

Nesse prisma de transição do poder soberano (e sua potência de morte) rumo ao biopoder destinado ao melhor governo sobre a vida, Foucault (2013) traça uma distinta compreensão sobre a própria noção de poder. Nesta, aptidões e a força dos corpos são tomados pela ótica da utilidade e adestramento dos corpos, isto é, a “anátomo-política do corpo humano”, ao passo que os cálculos e a aplicação de um saber estatístico, por exemplo, permeiam a necessidade por intervenção dos processos biológicos e sua consequente busca por controle de taxas de nascimento, longevidade, mortalidade. (FOUCAULT, 2013). Portanto, mediante este raciocínio é que o pensador assume que “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.” (FOUCAULT, 2013, p. 152).

Ademais, houve um período em que estas tecnologias (poder disciplinar e biopoder se faziam plenamente distintas) mesmo que presentes em instituições escolares e militares (FOUCAULT, 2013). No entanto, a ascensão do biopoder se deu beneficiada ainda no final do século XVIII pela tecnologia disciplinar de efeito individualizante dos corpos vigiados e punidos para fins de aumento de utilidade ainda naquele aludido século (FOUCAULT, 1999). O biopoder é visto pelo pensador como uma tecnologia massificante destinada não exatamente ao indivíduo, mas ao ser vivente tomado como integrante de uma espécie humana (uma massa global). Ainda sobre a noção de biopoder, temos que:

Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal qual definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (...). (FOUCAULT, 1999, p. 206).

Assim, já no curso ministrado no Collège de France, em 1978, Foucault desenvolve uma articulação que envolve uma descrição sobre a importância da população que traz como consequência a viabilidade sobre os desígnios desta tecnologia descrita pelo biopoder. Isso se dá em compasso com seu interesse em observar as relações de poder por outro ângulo, deslocado do peso conferido à soberania do Estado desenvolvido por obras de filosofia política, mas sem excluir a influência da inter-relação estabelecida entre soberania - disciplina - gestão de condutas em escala populacional. Ao refletir sobre os fins e a instrumentalidade aproveitada pelo governo a partir da importância dessa imbricação própria das relações de poder e tecnologias aplicadas, Foucault reforça um novo enfoque:

É a população, portanto, muito mais que o poder de soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. (Ela aparece) como consciente, diante do governo, do que ele quer, e também inconsciente do que a fazem querer. O interesse como consciência de cada um dos indivíduos que constitui a população e o interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais dos que a compõem, é isso que vai ser, em seu equívoco, o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações. Nascimento de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas. (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

Foucault considera (1999) que a biopolítica se volta à população, aos fenômenos relativos a esta coletividade (aleatórios em sua durabilidade e com desdobramentos econômicos e políticos), aponta que essa se dedica também à intervenção por meio de previsões ou cálculos reforçados ante a criação de mecanismos de regulamentação aplicáveis

aos processos biológicos do sujeito visto em espécie. É nesse sentido que a biopolítica mira em processos de larga escala (biológicos) ao ter como alvo problemas político-econômicos que merecem ser tomados pela via do controle fundamentado na tecnologia do biopoder. É por isso que, ao se indagar sobre estas novas implicações ao sujeito e as relações de poder que o alcança, o interesse de Foucault repousa também na ponderação sobre a questão do governo desvinculado da problemática da legitimidade do Estado soberano. Compreendemos que o elo entre as onipresentes relações de poder e o sujeito perpassa a elaboração da ferramenta teórica da governamentalidade:

Por esta palavra, a governamentalidade, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, as reflexões e análises, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo (e, por outro lado), o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144).

Ao apresentar a noção de governamentalidade atrelada aos problemas da população, de melhor condução da vida e do bem-estar coletivo, Foucault acaba, conseqüentemente, por partir rumo à direção de pensar estas aludidas questões em sua intersecção com a tecnologia do biopoder, especialmente apropriada pelo liberalismo. É nesse âmbito que, oriunda deste interesse pela ascensão de uma racionalidade aplicável ao governo, emerge a importância da governamentalidade que “em suma é, digamos, o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política.” (FOUCAULT, 2008b, p. 4). Assim, Foucault, ao se voltar para a racionalidade de governo, confere amplitude ao papel empregado pelo liberalismo naquilo que tange à prática governamental, perspectiva esta que amplia as condições de exercício dos modos de ser, estar e pensar como coligadas ao intuito da melhor forma de governar a conduta dos seres vivos.

O que se notará é que a reformulação do exercício dos direitos nas sociedades neoliberais no século XX, por exemplo, tende a reforçar a aproximação entre a maneira como se dá a condução e/ou gestão dos seres humanos em sua relação com uma esfera macro trazida pela governamentalidade dos Estados: a vida biológica em si torna objeto principal dos governos, momento este em que Foucault toma, no final dos anos 1970, a biopolítica como interligada à revisão da noção de economia política e tecnologias de poder. Como alude Thomas Lemke (2017), a noção de governamentalidade, adotada no curso de 1979, permite a

Foucault uma melhor saída à compreensão da noção de poder como adstrita tão somente ao ensejo do contrato e à questão da legitimidade política, bem como possibilita uma melhor vinculação do papel do Estado nas relações impostas aos corpos disciplinados. Isso confere que os processos de formação do sujeito e o interesse do Estado se dão, na perspectiva de Foucault, sob um mesmo viés do que é governar.

Sobre esse aspecto, Lemke (2017) elabora que esta trajetória foucaultiana percorrida emerge na compreensão da relação entre o papel do Estado e a formação do sujeito, os quais se englobam em uma dinâmica que culmina na tomada da questão da arte de governar liberal; esta como um elemento fundamental para a tendência socioeconômica destinada ao aumento da produtividade, acumulação de riquezas e condições de bem-estar individual do sujeito. Este cenário pensado a partir de Foucault demonstra-se composto por acontecimentos afetados por novas formas de relações sociais de poder as quais se apresentam realçadas em dado período histórico: da virada compreendida pelas soberanias monárquicas ao maior enfoque nos corpos disciplinados de interesse da emergente burguesia, parte-se, fundamentalmente, no século XVIII, rumo ao liberalismo e suas estratégias de poder – este último ponto especialmente analisado no curso *Nascimento da biopolítica*, de 1979.

Foucault observa a multiplicação de técnicas de apropriação dos corpos e controle via práticas políticas somadas à administração econômica que permeiam instituições escolares, por exemplo, e as ações de governos dos Estados em políticas voltadas aos processos biológicos aplicados à população – sem que, para tanto, esta outra tecnologia de poder (biopoder) seja associada e localizada pontualmente em cada um deles.

Intencionamos apontar que a forma neoliberal de governo esboçada no século XX tem, através desse prisma teórico foucaultiano - e que guarda conexão com o pensamento de Dardot e Laval -, a configuração de uma nova maneira de se gerir a vida, uma tendência em que o sujeito se constrói sentindo-se livre para tal, posto que, ao ser governado por uma nova racionalidade, aquele não se compreende plenamente coagido ou de sobremaneira restrito a certa subjugação externa no tocante às condutas. A imersão em um período histórico a partir do liberalismo clássico feita por Foucault nas aulas do curso de 1979 tem como um de seus objetivos compreender as práticas de governo adotadas pelos ditames desta corrente filosófica até as suas adoções sob os contornos peculiares vinculados a diferentes correntes de pensamento destinadas à emergência do neoliberalismo no século XX. Tal panorama viabiliza tanto uma nova dimensão do papel da biopolítica quanto as ações de governo, como também distancia o liberalismo de uma conotação tão somente ideológica.

Dado o mencionado esboço da vinculação do liberalismo com a biopolítica como um conjunto de práticas de administração calculado de vidas, segue que essa correlação parece confirmar o pensamento liberal como uma racionalidade de práticas – indo além de uma teoria sobre estruturas que regem e organizam a sociedade. Disso decorre que “devemos entender o liberalismo, então, como um princípio e um método de racionalização do exercício de governo” (CASTRO, 2009, p. 244).

Notamos que, ao pensar a governamentalidade praticada a partir do século XVIII, pela própria maneira como Foucault opta por caracterizá-la como *ratio* de governo emergente, esse pensador acaba por viabilizar a reflexão sobre contexto histórico de pós-guerra no século XX anteposto seu olhar para com a consolidação das sociedades capitalistas. Essa turbulenta configuração de escala global faz com que a análise de um panorama das relações de Estado não se destine tão somente à seara da legitimação: importa entender o alcance de processos destinados aos limites das ações do Estado interessado em gerir o aparato biológico por uma perspectiva que não acarrete mais necessariamente em um poder soberano de vida e morte – mas que entrelaça a governamentalidade com o biopoder.

Nessa perspectiva, no tocante às tecnologias de poder, essas apresentam uma correlação sem que, para tanto, haja uma convergência ao ponto de se confundirem em si mesmas. As condições para realização do biopoder tendem a repousar na consolidação do poder disciplinar que se destina aos variados grupos de indivíduos de uma sociedade afetada pelo controle das ações individuais via adequação dos corpos e do comportamento à norma. Segundo Foucault (2014), há uma multiplicidade de relações entre as tecnologias de poder e seu exercício no interior das forças produtivas à medida que o corpo em si mesmo é ditado pelo poder político associado às normas constituídas que marcam desde o espaço de ação cotidiana de um indivíduo até a forma como se comportar e reagir em dado contexto (seja este atinente ao trabalho ou não).

Nesse ponto, “o corpo humano é, nós sabemos, uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político.” (FOUCAULT, 2014, p. 253). Portanto, para se buscar melhor compreender a dinâmica das relações sociais em dado contexto ou as maneiras adotadas pelo sujeito para a formação de si como força produtiva, revela-se necessária sua análise em perspectiva às tecnologias de poder aplicadas.

Segundo Foucault (2008b), a razão governamental aplicada a partir do século XVIII se difere no que tange aos seus interesses da razão de Estado que, por sua vez, era focada no fortalecimento deste próprio Estado via geração de riquezas e preservação do território: ao

visar a autolimitação de governo, a razão governamental liberal muda a estratégia nas relações de poder.

Agora, o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio de mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses. (FOUCAULT, 2008b, p. 61).

Decorre assim que neste cenário histórico há o foco na multiplicação dos mecanismos de consolidação da razão de Estado centrada no bem de todo o corpo social e da divisão dos indivíduos em torno de sua produção e utilidade. Na visão de Foucault, a nova arte de governar liberal pensada no século XVIII pretende conjecturar os limites do governo através de um conjunto amplo e igualmente complexo de mecanismos internalizados, reposicionamento do papel do mercado, governo mínimo e valorização da liberdade. É nesse sentido que a liberdade é ressignificada pela governamentalidade liberal como elemento “(...) que dará a medida entre o governar demais e o governar na medida.” (FOUCAULT, 2008b, p. 86). Portanto, para Foucault, a liberdade é algo a ser produzido por esta governamentalidade liberal, haja vista que o liberalismo se interessa por ela para viabilizar a melhor administração de interesses.

Conforme lembrado por Castells (2016), a Primeira Revolução Industrial iniciada no final do século XVIII (marcada pela substituição de instrumentos manuais por maquinários e simbolizada pela máquina a vapor), quando tomada ao lado da Segunda Revolução Industrial aproximadamente um século depois com novas formas de comunicação e benefício energético, traduz mudanças nos processos de produção e na apropriação de riquezas destinadas às novas formas de consumo – o que despertou o ensejo pela administração de interesses dos Estados com ambições capitalistas. Ainda que o deslocamento do poder soberano não implique seu total desaparecimento, o transcurso histórico segue favoravelmente rumo às tecnologias de poder disciplinar que propiciaram as condições necessárias para o biopoder gerir vidas com enfoque na população – panorama abordado por Foucault.

A partir dessa perspectiva, postulamos que, em termos gerais, as relações sociais desempenhadas na atualidade, no século XXI, fortemente influenciadas pela relevância das tecnologias de informação e comunicação e a convergência tecnológica que a acompanha, se dão beneficiadas pelo progressivo e gradativo processo de massificação das relações sociais por meio das esferas jurídicas, de consumo e contratuais. Soma-se a essa dinâmica o peso conferido aos valores e procedimentos próprios de uma visão de gestão empresarial aplicável

aos novos modos de ser dos sujeitos e que se beneficiou do surgimento de uma governamentalidade liberal que abarca uma tecnologia de poder aplicável à população em geral.

1.3 Indícios do surgimento de um novo sujeito e modo de vida empresarial

Sugerimos, a partir da análise proposta por Foucault, que o alcance da construção dos modos de ser e a governamentalidade de cunho liberal se deram em associação descontínua com as descobertas de novos bens; dentre estes, temos as forças produtivas dos corpos disciplinados e o estabelecimento de uma economia política centrada no favorecimento do governo do Estado voltado à ampla concorrência de mercado:

Em suma, a passagem de uma arte de governar para uma ciência política e a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberano a um regime dominado pelas técnicas do governo se fazem, no século XVIII, em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política. (FOUCAULT, 2015, p. 294).

Nessa linha de raciocínio válida ao contexto histórico do liberalismo, segundo Foucault (2015), as relações políticas auxiliam na compreensão dos processos de formação do sujeito e na definição das formas de relações sociais, valendo-se de ferramentas de segurança, controle populacional e da própria tecnologia de poder disciplinar, haja vista que o problema da soberania também persiste sob a forma da busca de fundamentação jurídica do Estado. Ainda que a ideia de população alcance uma totalidade de indivíduos, para Foucault, o biopoder não consiste tão somente pela gestão de uma massa de fenômenos globais e totalizantes: esta compreensão de governo com foco na população inclui a gestão também sob o andamento de uma escala micro, haja vista que, “todavia, nunca, tampouco, a disciplina foi mais importante e mais valorizada do que a partir do momento em que se tentava gerir a população.” (FOUCAULT, 2015, p. 295).

Este movimento sobre a ideia de gestão ocorre, portanto, sob a condição necessária de efetivação do poder disciplinar focado no corpo individualizado e previamente adequado/conformado à norma. Ao apontar, em Foucault, para a relação existente entre a disciplina e a biopolítica, Castro (2009) explicita que estas são modalidades do poder em exercício na sociedade moderna do Ocidente, o que implica um processo de regulação da vida biológica (tomada como objeto fundamental do poder) em escala micro/individual e macro/populacional: com esta articulação entre a regulação dos indivíduos e da população apresentam-se ao olhar as sociedades de normalização.

Nesse âmbito, extrai-se do panorama teórico foucaultiano que as funções dos processos constituintes das sociedades capitalistas se dão perante tecnologias que focam, de maneira específica, nos indivíduos e nos corpos disciplinados pela adequação às normas, prisma este traçado à luz de um sistema político no qual a adoção conjunta de tecnologias voltadas ao governo da vida tem por intuito um alvo também massificante, totalizante e de conformidade.

Thomas Lemke (2017) elucida que a temática do governo remete à orientação das condutas e das ações dos sujeitos, sendo que aquela noção possui como elementos os fatores coercitivos ou de base consensual: este contexto paradigmático serve para compreender as relações de poder onipresentes às práticas de condutas reguladas por instituições ao entender a própria liberação da experiência corpórea de si como afeita por jogos estratégicos entre práticas de liberdade e estados de dominação. Como já explicitado, para Foucault, as relações de poder circundam e emergem em todas as direções, apresentam, portanto, uma extensão ampla nas diversas relações humanas - como aquelas afeitas no seio familiar até relações de cunho pedagógico/formativo. No entanto, há, devido à alta gama de complexidade, a possibilidade de existirem estados em que os jogos estratégicos se encontram estáticos, momento em que segue um impasse às práticas de liberdade. Sobre a relevância da liberdade e o impasse entre dominação e libertação em sua viabilização, segue que:

Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade de movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares –, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. (FOUCAULT, 2017, p. 260).

A partir dessa alusão ao estado assimétrico (dada sua condição hierárquica e limitante) constituinte da relação de poder ligada à dominação, há também a operação de jogos estratégicos entre liberdades e governo - a dominação completa uma tríade desta analítica das relações de poder. Lemke (2017, p. 26) elucida que o “poder como jogos estratégicos é uma característica ubíqua da interação humana, na medida em que significa estruturar o campo possível de ação de outrem.” Nesse sentido, a ideia de governo se liga à noção de sistematização de uma racionalidade por via de tecnologias de governo. Assim, através dos esforços ligados às aulas de *Nascimento da biopolítica*, notamos que Foucault questiona inicialmente a razão governamental afeita ao liberalismo. Esse pensador se volta para a investigação acerca da forma de racionalidade capaz de definir os objetivos e os meios para se realizar uma determinada conduta dos homens mediante revisão constante da extensão da ação governamental (governo mínimo).

O olhar de Foucault sobre a nova razão governamental liberal pensada a partir dos exemplos dos esforços da Escola austríaca (ordoliberalismo) e do exemplo estadunidense advindo da Escola de Chicago aponta para a importância dos jogos estratégicos entre governo e liberdade: isso se dá ao passo que a busca por um governo frugal no século XX implica a reflexão sobre as tecnologias de governo que sistematizam e intermediam as relações de poder.

Ao se elucidar a importância das práticas de liberdade para com o exercício das relações de poder que abrangem as relações entre os indivíduos inseridos em uma coletividade e aquelas realizadas pelo sujeito para si mesmo, lembramos que esta não importa tão somente à arte de governo liberal (e ao neoliberalismo que a segue). Nos dizeres de Castro (2009, p. 247), “como vemos, a liberdade, o sujeito e o poder não são tão somente temas intimamente entrelaçados; a liberdade é a condição de existência do poder e do sujeito.” Nesse aspecto, reforça-se que, para Foucault, o poder não é um elemento de exclusão ou eliminação das práticas de liberdade aqui tomadas tanto na esfera individual e ética quanto naquela que denota a liberdade política. O liberalismo e sua forma revisitada em determinados pontos pelo neoliberalismo viabilizado fundamentalmente no decorrer dos anos 1970 recebem de Foucault atenção quanto à vinculação existente entre liberdade e poder no campo das práticas, posto que:

Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo “governo” dos homens, uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Dessas condições tomadas a partir de Foucault emerge, com maior ênfase já no início do século XX, um cenário que se revelou afetado pela preocupação com as marcas das políticas realizadas à época das grandes guerras mundiais e permeado por novas relações de consumo intensificadas ou estimuladas pelo uso de distintos aparatos tecnológicos no cotidiano das cidades, por exemplo. Essa dinâmica mobiliza a reflexão sobre a imposição de um novo modo de pensar, estar e consumir alinhado com tal contexto de crise que se difere do liberalismo clássico, haja vista a emergência de um panorama social ditado pela ascensão da importância massiva das indústrias.

Ademais, importante mencionarmos que, ao ter servido à reunião de pensadores de diferentes áreas de formação e atuação, um colóquio realizado em Paris, no ano de 1938,

trouxe intelectuais que guardavam em comum entre si apenas a pretensão de organizar uma nova direção ao pensamento liberal. Notadamente, esse encontro, conhecido como Colóquio Walter Lippmann, pode ser compreendido, em seu significado, como oriundo desta junção de esforços que tiveram por foco o enfrentamento à suposta crise do liberalismo através dessa reorganização e renovação da concepção liberal.

A menção ao colóquio serve aos nossos propósitos, não para abordagem pontual de cada corrente teórica ali composta, mas como elemento para refletirmos sobre a formação de uma nova tendência que alcança a formação de um novo sujeito. Assim, acerca do cenário neoliberal, a concepção sobre como as elites econômicas lidam com o aparato estatal aparece como fator para reflexão sobre o decurso do liberalismo no qual, para a interpretação de Dardot e Laval sobre a origem neoliberal, esses adotam uma perspectiva diferente da oriunda do esquema histórico exemplificado por Netto e Braz (2006). Na visão de Dardot e Laval (2016), o marco do pensamento neoliberal se deu no Colóquio Walter Lippmann, oportunidade na qual os intelectuais reunidos teceram críticas ao liberalismo clássico que considera a propriedade como guiada essencialmente pelos ditames econômicos: o foco naquele encontro acadêmico está em evitar a ascensão e permanência de governos totalitários e fascistas, em atrelar a defesa da propriedade com o ordenamento jurídico e seus vínculos contratuais legais, bem como no pleito do não intervencionismo estatal. Portanto, um maior enfoque é dado à seara jurídica e, ainda que o papel da economia permaneça importante, os ajustes naturais do mercado não são o único eixo necessário para superar as crises do capital. Notadamente, o alcance do Estado deve ser revisto na ótica neoliberal, posto que “essa linha de não intervenção absoluta que se expressa no colóquio revela nesse plano a persistência de uma ortodoxia intocada.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 79).

Como elucida Dardot e Laval (2016), o encontro das vertentes teórico-filosóficas que pensaram um novo fim *para* ou *à* estruturação capitalista da sociedade apresentava em comum a busca por respostas à crise do liberalismo clássico através do pleito pela garantia da ordem social e da retomada de uma economia que assegurasse a prosperidade pela via da liberdade - e não mais do insuficiente *laissez-faire*.

A partir do pensamento de Dardot e Laval (2016), segue-se que os novos desafios de uma realidade social agravada pela depressão econômica de 1929, bem como o período entreguerras, serviram de fundamento para essas alternativas teóricas e filosóficas desenvolvidas em um contexto econômico peculiar ao século que se seguiu. Ademais, para Dardot e Laval (2016), o subsequente neoliberalismo pode ser tomado como um aprimoramento do “novo liberalismo” e sua perspectiva reforça a superação de práticas

governamentais passivas por uma constituição de Estado capaz de intervir ativamente no mercado a fim de garantir a ordem social e a ampliação dos interesses liberais via desenvolvimento da concorrência de mercado - isso em um quadro jurídico fomentador e garantidor de condições favoráveis. Quanto a este movimento questionador e de revisão ao liberalismo clássico, se segue que:

O novo liberalismo de 1880 ou 1900 consistiu em três elementos essenciais: uma ênfase na liberdade positiva, uma preocupação com a justiça social, e um desejo de substituir a economia do *laissez-faire*. Tal grupo de novos objetivos e pressupostos levou a uma nova visão política liberal, enquanto as velhas reivindicações de direitos individuais haviam aberto espaço para exigências mais igualitárias. (MERQUIOR, 1991, p. 218).

Extraí-se que os frutos desse movimento cronológico culminaram na eventual virada da noção de processos econômicos tomados passivamente (como pregado pelos termos liberais), sendo que aqueles estão representados nas figuras de uma nova forma de condução das práticas governamentais e das condutas individuais. Isto é, a aludida busca de revisão da intervenção no mercado implicou uma imposição de uma razão ativa tanto ao Estado quanto aos demais sujeitos coligados ao mesmo. Dardot e Laval (2016) elucidam que a relevância de um conjunto conceitual coerente permite que uma nova corrente de pensamento se torne vigente e capaz de influenciar os modos de ser e estar dos sujeitos através da cativação e mobilização de seus elementos psicológicos, físicos e morais. Assim, compreendemos que se abre a possibilidade para a construção de uma tendência neoliberal capaz de alcançar plenamente todas as esferas que tornam o sujeito aquilo que ele acredita, demonstra e almeja ser.

No que tange ao cenário analisado, a assimilação de tais elementos conceituais na esfera da conduta do sujeito ou, em seara mais ampla, na organização da coletividade (ao ponto de se enraizarem no cotidiano ordinário) pautou-se pelo esforço dos fundadores de uma nova perspectiva filosófica e socioeconômica. A verificação sobre quais elementos compõem este aparato capaz de nortear a construção da subjetividade na contemporaneidade perpassa o breve apontamento da importância retórica desenvolvida quando do Colóquio Walter Lippmann e da posterior Sociedade Mont-Pèlerin.

As correntes emergentes no início do século XX trazem consigo o embate ao Estado amplamente intervencionista, bem como o coletivismo fundamentado em práticas reformistas sociais que geraram a crise do modelo capitalista - o que acarretou na necessidade de uma elaboração argumentativa suficiente a lançar luz aos conceitos basilares à nova forma de

pensar, estar e consumir ligada à vinculação de um sujeito imerso em uma sociedade cada vez mais ditada pelas organizações empresariais.

Dardot e Laval (2016) apontam especialmente que o colóquio reforçou o neoliberalismo em suas correntes ao passo que acabou por facilitar, ao seu final, a aproximação da perspectiva estadunidense de influência austríaca à vertente intitulada ordoliberal. Portanto, houve o favorecimento ao surgimento das duas correntes que, paradoxalmente, se distanciavam em um primeiro momento em suas linhas argumentativas para virem, posteriormente, a convergir à medida que se inclinavam à formulação de uma originalidade própria ao pensamento neoliberal. Ao refletirmos sobre esta nova governamentalidade, temos que essa racionalidade atinente à lógica dos procedimentos que regem o governo dos sujeitos através da administração burocrática do Estado foi pensada pelos dois exemplos tomados por Foucault, primeiramente, o ordoliberalismo e o liberalismo refletido aos moldes da Escola de Chicago:

No primeiro caso, tratou-se de uma elaboração do liberalismo dentro de um marco institucional e jurídico que oferecesse as garantias e limitações da lei, isto é, que mantivesse a liberdade de mercado, mas sem produzir distorções sociais. No segundo caso, no entanto, encontramos um movimento oposto. O neoliberalismo busca estender a racionalidade do mercado como critério para além do domínio da economia (à família, à natalidade, à delinquência ou à política penal). (CASTRO, 2009, p. 244).

Segundo a perspectiva trazida por Foucault (2008b), os esforços realizados pelos neoliberais focaram na percepção do trabalho pelo viés de uma conduta ligada à economia, ou seja, ela é uma prática a ser aplicada para fins de mercado, afeita aos cálculos e passível de ser racionalizada: a compreensão de capital humano reforçada pela Escola de Chicago toma a conduta individual realizada pelo sujeito econômico como sendo relativa à seara do consumo e da produtividade. Ao indagarmos sobre as aproximações possíveis entre a subjetividade, o governo das condutas dos sujeitos - estes tomados tanto isoladamente quanto também compreendidos em conjunto (população) frente o alcance da biopolítica -, seguimos pela via da construção de modos de vida próprios aos valores e formulações de uma governamentalidade liberal. A tendência manifesta na atualidade, através de modos de ser ligados aos valores da cultura digital (como mobilidade e flexibilidade), guarda proximidade com o interesse pela liberdade vinculada à concorrência.

A partir da corrente ligada à Escola de Chicago, um novo modo de ser se fez presente através da reelaboração da forma do *homo economicus*. Conforme aponta Foucault (2008b),

esta noção se dá diferenciada do modelo liberal clássico centrado na troca, sendo que, no neoliberalismo,

O homo economicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão séria que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo economicus parceiro da troca por um homo economicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de (sua) renda. (FOUCAULT, 2008b, p. 311).

Da insurgência de um sujeito que é empresário de si associa-se a ideia de capital humano. O indivíduo, ao investir em si mesmo, amplia suas habilidades e torna suas competências uma via para a obtenção de uma renda produzida pelo seu trabalho. Extrai-se da análise de Foucault (2008b) sobre esta dinâmica trazida neste contexto neoliberal que o trabalho é observado pela via do comportamento humano, esse passível de ser melhorado ao se estimular o investimento em si mesmo a partir da formação extraída da Educação. Nesta dinâmica, o sujeito empresário de si conta essencialmente consigo e ainda, como apontado por Foucault, emerge o aprimoramento do capital humano auxiliado pela biopolítica.

Assim, é possível compreender que, na trama neoliberal, os meios representam a vinculação do consumo com o comportamento realizado pelo sujeito como empresário de si mesmo; já os fins abrangem a produção que atende a ele mesmo, posto que os fenômenos sociais seguem a lógica do aprimoramento da renda (capital). Há pontos ampliados por Dardot e Laval, bem como por Byung-Chul Han, acerca deste modo de ser do “sujeito neoliberal” (termo utilizado por ambos teóricos). Ao dialogar com Foucault acerca das noções de poder disciplinar e sujeito empresário de si mesmo, Han (2017) emprega essa mesma terminologia para designar esta subjetividade aplicável também ao século XXI. Entretanto, ao pensar o arranjo social afetado pelas tecnologias digitais, confere menos importância ao elemento da obediência advinda do poder disciplinar. Na atualidade, o desempenho e a produtividade são as marcas fundantes dos novos modos de ser (HAN, 2017).

Ainda sobre a visão trazida por Han (2017), dentre os fatores que diferenciam este sujeito (ao qual ele o classifica como indivíduo do desempenho), estão o excesso de positividade trazido pela ideia da vida ser um projeto movido pela autoiniciativa constante, bem como o excesso de velocidade ocasionada pela pressão por alta performance advinda de um modo de ser que exige habilidades e competências multitarefas. Esta maneira de ser do sujeito empresário de si, guiado em sua atenção pela exploração livre de si mesmo, é marcado pelo esgotamento psicológico: o corpo voltado ao alto desempenho (no trabalho e demais áreas) é arrebatado pelos efeitos de um comprometimento da saúde mental. (HAN, 2017).

Assim, ao pensarmos a partir da contribuição de Han sobre a sociedade do desempenho (e do cansaço), ainda que as tecnologias digitais não necessariamente se constituam em um mecanismo de poder disciplinar (aos moldes foucaultianos), essas servem à ampliação da noção de *homo economicus* neoliberal ou sujeito empresário de si mesmo. Ademais, à luz da perspectiva trazida por Foucault quanto às relações de poder, consideramos que essas guardam proximidade com a forma como se deu o desenvolvimento das tecnologias digitais no final do século XX e que têm, na circulação da informação realizada pelos dispositivos digitais, um de seus fundamentos. Podemos conceber que o que se segue neste cenário de ampla circulação da comunicação no contexto digital é a formação de um sujeito alcançado também pela circulação do poder manifesto nas diversas relações travadas.

2 O SUJEITO EM FORMAÇÃO PERANTE A MATERIALIZAÇÃO DE UM NOVO MODO DE SER

Dentre os desafios trazidos por uma nova governamentalidade, a urgência pela assimilação e utilização cotidiana dos dispositivos tecnológicos disponíveis representa um aspecto marcante de uma sociedade movida pela informação. A reflexão sobre as novas maneiras de ser e estar na contemporaneidade perpassa a problematização do uso das novas tecnologias digitais disponíveis e seu consequente impacto nas relações firmadas entre os sujeitos. Valemos aqui de uma ponderação filosófica sobre estes pontos a partir do campo da Educação, visto como um espaço privilegiado para se refletir pontualmente. Dessa maneira, a partir dos elementos abordados no capítulo anterior, seguimos rumo ao ponto de que a seara educacional, no contexto da atualidade, mostra-se marcada pela tendência neoliberal e por elementos da cultura digital, sendo que desse contato seguem elementos diversos aplicáveis ao sujeito em formação - tais como a proposta de um ensino híbrido e a imersão na realidade virtual das telas de distintos recursos técnicos.

Para Jonathan Crary (2012), os interesses institucionais e os padrões sociais dominantes estão alinhados com as criações artificiais apresentadas nas telas de dispositivos digitais como *tablets* e *smartphones*, estando, dentre os efeitos gerados no indivíduo usuário dessas tecnologias, a alteração dos corpos naturais e elementos representados, bem como o subsequente deslocamento da visão em um sentido cada vez mais distante do sujeito observador. No que diz respeito às mídias, aponta ainda que as inovações digitais se diferenciam das analógicas por difundirem um campo visual artificial que vai além do que é dado: o resultado desse desdobramento técnico é um modelo de visualização mais interessado pelos dados digitais do que pela realidade anteposta naturalmente ao olho do ser humano (CRARY, 2012). Notamos com isso que a globalização, alinhada à sociedade da informação, gera um *status quo* que se beneficia da evolução dos dispositivos técnicos e sua capacidade de alterar os sentidos e capacidades humanas – o que inclui a visão.

No que tange aos aparatos técnicos visuais, por exemplo, o que está em discussão é a ponderação sobre a capacidade dos mesmos em prejudicar ou impulsionar o potencial criativo dos indivíduos - a depender do uso que é feito de tais ferramentas digitais. Para Crary (2012), o sujeito observador é aquele que age conforme as normas, regras, práticas e convenções sociais e, ao segui-las, não necessariamente altera com isso a visão de si mesmo, mas tão somente se amolda às forças discursivas heterogêneas e mutantes. Dessa maneira, na esteira desse raciocínio proposto por esse autor, o sujeito que observa uma tela de um computador ou

smartphone não o faz como alguém que assiste passivamente a um evento mundano qualquer: a partir da modernidade observar também é estar em relação de adequação e conformidade com a ordem social vigente.

O ensino híbrido e o incentivo ao uso constante de ferramentas digitais nos processos de ensino e aprendizagem comungam com a emergência de um novo modelo educacional e sua consequente imposição por uma nova subjetividade. Ainda que os novos aparatos visuais sejam importantes à perpetuação de uma tendência comportamental neoliberal, a influência e os desdobramentos técnicos no sujeito observador não são uma particularidade típica do neoliberalismo. Conforme alerta Crary (2012), um aprimorado conhecimento científico e uma diversidade de práticas sociais iniciadas no século XIX acarretaram uma modificação profunda na definição do sujeito observador, isto é, junto aos modelos técnicos que alteraram a visão veio um novo *locus* do saber e do poder sobre o aparato biológico.

Se ante ao neoliberalismo os computadores pessoais geram impactos profundos na capacidade de compreensão da realidade, para o contexto prévio a esta atualização do capitalismo, a câmara escura e o estereoscópio também foram cruciais para novas interpretações sobre o mundo real, posto que “tais dispositivos ópticos, de maneira significativa, são pontos de interseção nos quais os discursos filosóficos, científicos, e estéticos imbricam-se a técnicas mecânicas, exigências institucionais e forças socioeconômicas.” (CRARY, 2012, p. 17).

As inovações empreendidas no campo da visão denotam uma construção lenta de um modo de ser moldado em conformidade com novos parâmetros epistemológicos e diretrizes impostas pelo capital. Da contraposição de aparatos visuais advindos do século XIX – quando da consolidação de uma ordem liberal clássica – bem como do século XXI e seus contornos do imperialismo, segue-se uma aproximação marcante: a valorização da razão e a busca pelas tecnologias disciplinares analisadas por Foucault. Sob a influência teórica desse pensador, Crary (2012, p. 18-19) aponta que:

O mesmo saber que permitiu a crescente racionalização e o controle do sujeito humano em função das novas exigências institucionais e econômicas foi também uma condição de possibilidade para novos experimentos no campo da representação visual. Desejo, portanto, delinear um sujeito observador que é a um só tempo causa e consequência da modernidade no século XIX. Em linhas muito gerais, o observador sofre um processo de modernização que, juntos, podem ser definidos, de modo vago e talvez tautológico, como “modernidade”.

Dessa forma, a câmara escura e os óculos de realidade virtual acoplados aos *smartphones* (estes últimos cada vez mais populares entre os educandos da Rede Básica de

Educação no Brasil) apresentam uma convergência que supera suas capacidades técnicas distintas - analógica e digital, respectivamente. Sob a influência da perspectiva trazida por Crary (2012), é possível que ambos os aparatos sejam a tradução de um saber imposto ao observador o qual apreende seu conhecimento sobre a realidade circundante através do recurso técnico ao mesmo tempo em que se alinham aos interesses científicos, políticos e econômicos que não necessariamente colocam o sujeito como prioridade.

A racionalização como vertente crescente desde a modernidade traz, em seu bojo, o interesse pelo domínio da Natureza posta sua constante elaboração intelectual por meio de símbolos e cálculos, entretanto, a criação de tecnologias analógicas e digitais acarretou uma produção de conhecimento científico que afeta o sujeito em uma dinâmica de poder. É este o sentido direcionado por Crary (2012, p. 19) no que tange à relação entre capital e sujeito:

A modernização é um processo pelo qual o capitalismo desestabiliza e torna móvel aquilo que está fixo e enraizado, remove ou elimina aquilo que impede a circulação, torna intercambiável o que é singular. Uma dinâmica que abarca corpos, signos, imagens, linguagens, relações de parentesco, práticas religiosas e nacionalidades, além de mercadorias, riquezas e força de trabalho.

Dessa forma, desde o pensamento liberal até os tempos vivenciados pelos educandos no contexto brasileiro, o mercado tem lidado com forças cambiantes. O interesse contemporâneo pela adoção de mídias digitais na realização das mais diversas atividades (inclusas as educativas) aponta no sentido dos interesses mercadológicos mutáveis. Dardot e Laval (2016) explicitam que, à luz da compreensão das correntes que fundamentaram o neoliberalismo, o indivíduo é visto como sujeito-empresarial e, sob esta lógica proposta, o mercado transfigura a subjetividade aos preceitos e à condição de capital humano.

Ainda nessa perspectiva abordada por Dardot e Laval (2016), a subjetividade é marcada pelo empreendedorismo e o mercado se traduz como um processo que modifica os sujeitos, sendo que sua regulação permeia elementos de cunho psicológico e competências pontuais. Ainda quanto a esta noção de mercado, haja vista sua lógica processual, “a coordenação não é estática, não une seres sempre iguais a si mesmos, mas produz uma realidade cambiante, um movimento que afeta os meios nos quais os sujeitos evoluem e os transforma também.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 139).

Depreendemos que, frente a esta compreensão sobre o mercado e suas determinações universais nas maneiras de gerir a própria vida, o sujeito globalizado se encontra atrelado aos ditames dos fluxos cambiantes do mercado. No que tange aos dispositivos conectados às mídias sociais digitais, o estímulo ao uso nos processos de ensino e aprendizagem em escolas

implica a coleta de dados pessoais dos educandos, bem como a determinante influência de algoritmos concebidos sob a égide dos interesses empresariais – esses últimos em grande parte desenvolvidos pelas companhias do Vale do Silício, nos Estados Unidos da América.

Ademais, se na atualidade o fluxo sensorial constante propagado pela lógica de mercado neoliberal toma o sujeito em uma avalanche de informações e imagens, o seu resultado revela-se ainda mais avassalador, posto que o novo sujeito observador/usuário de tecnologias digitais acaba sendo normatizado pela dinâmica de controle social. Nesse sentido, “novos modos de circulação, comunicação, produção, consumo e racionalização exigiram e deram forma a um novo tipo de consumidor-observador.” (CRARY, 2012, p. 23).

Sob esta dinâmica própria do capitalismo, a padronização das experiências visuais em escala global toma forma, o que implica uma nova relação do sujeito com o aparato tecnológico, esta desenrolada perante os moldes estabelecidos pelo mercado: a personalização da aprendizagem no ensino híbrido é um exemplo de como o sujeito contemporâneo é controlado pelas instituições - o que inclui a Educação. Crary (2012) faz menção ao pensamento de Foucault ao se referir a este sujeito observador administrável e disciplinado, uma vez que as novas tecnologias representam formas de controle institucional. Elucida ainda que, a partir da Revolução Industrial, o saber sobre os corpos administráveis gerou o surgimento de indivíduos direcionados à padronização de todas as esferas da existência humana.

Segundo Paula Sibilia (2012), o uso de dispositivos digitais interfere em larga amplitude na forma como as relações sociais são desempenhadas no ambiente escolar, uma vez que o conflito existente entre o espaço físico repleto de normas comportamentais e os sujeitos conectados à internet provoca a renovação do controle social. Denota-se disso que os interesses econômicos do contexto neoliberal se beneficiam de uma herança cultural prévia na qual a formação das habilidades e competências dos indivíduos está associada à ideia de utilidade.

A partir do século passado, novas formas de uso do tempo e espaço foram empregadas valendo-se da divulgação massiva de mecanismos de controle consentidos, o que culminou no abandono de uma sociedade disciplinar centrada essencialmente no confinamento e punição (SIBILIA, 2012). Nesse sentido, a visão exposta pela autora direciona um novo olhar sobre o espaço escolar formativo, uma vez que esse faz uso contumaz de dispositivos digitais para desenvolver metodologias ativas capazes de reter a atenção dos educandos e gerar sujeitos adaptados à tendência atual centrada nos valores da liberdade, mobilidade e flexibilidade.

Corroborar-se esta interpretação através da notável ressignificação dos aparatos tecnológicos que se inicia, antecipadamente, já na segunda metade do século XX:

Afinal, foi naquele momento que os corpos dóceis, obedientes, esforçados, reprimidos, confinados, trabalhadores, disciplinados e úteis iniciaram sua alegre conversão para os corpos vorazes, ansiosos, flexíveis, performáticos, hedonistas, narcisistas, hiperativos, mutantes, consumidores, conectados e úteis da atualidade. (SIBILIA, 2012, p. 179).

Esta perspectiva apresentada aos educandos envoltos à narrativa da lógica neoliberal vincula todas as dimensões da subjetividade a um prisma tecnológico – o que se inclui uma distinta apreensão das noções espaço/tempo e a adequação psicológica às regras da ordem socioeconômica estipulada pelo projeto político atual. Claudine Haroche (2013) elucida que o fluxo imagético exposto nas telas dos dispositivos digitais cria uma injunção da visibilidade na qual o sujeito condiciona a prova de sua existência a uma visibilidade desejada pelas instituições sociais. A ansiedade pela invisibilidade tomada como fenômeno próprio da atualidade é confrontada constantemente com a injunção da exposição permanente de si, haja vista que o deslocamento do espaço e tempo acarreta na angústia da ausência de garantias da realidade vivenciada. (HAROCHE, 2013).

À luz desta interpretação, notamos, como exemplo, que o currículo escolar, ao definir conteúdos e centralizar um conjunto de habilidades e competências, o faz sob o paradigma da utilidade em associação com a injunção da visibilidade. Portanto, a tendência neoliberal impõe sua diretriz econômica aos sujeitos imersos na avalanche de estímulos sensoriais digitais e isso ocasiona à seara educacional um novo tipo de educando. Para este, o desenvolvimento de habilidades e competências úteis ao mercado se torna uma urgência, bem como a exposição de si uma obrigatoriedade, haja vista que “a invisibilidade teria se tornado sinônimo de inutilidade, de insignificância, até mesmo de inexistência.” (HAROCHE, 2013, p. 102).

Depreendemos que os efeitos oriundos do contexto neoliberal, desenvolvido com o auxílio das elites econômicas e concebido mediante o auxílio de intelectuais preocupados com a intervenção estatal, afetam tanto a percepção dos sujeitos sobre si mesmos quanto acerca do processo formativo condizente com o ensino básico realizado nas unidades escolares¹¹. Isso

¹¹ No que tange à realidade educacional brasileira, a título exemplificativo, o olhar sobre as unidades escolares organizadas sob a égide do Sistema S apontam nesta aludida direção, posto que, ainda que apresente uma personalidade jurídica privada, essas se realizam como colaboradoras do Estado: os objetivos do setor privado são conciliados com os parâmetros impostos pelo Poder Público em uma condição de natureza híbrida. É nesse sentido que o Decreto-lei nº 9.403, de 1945, dentre outras providências, confere à Confederação Nacional da Indústria a criação e gestão do Serviço Social da Indústria (SESI), o qual deve contribuir para a melhoria do

aponta para uma nova direção na qual a compreensão sobre a plenitude do direito à educação no Brasil perpassa dificuldades próprias de se conciliar interesses privados e públicos. A partir do impasse em harmonizar as forças variáveis, percebemos que a escola do século XXI - voltada aos interesses de mercado e gerida como empresa - deixa de ser uma instituição plenamente destinada à formação e disciplina de cidadãos e se renova de tal forma que “seu objetivo é capacitar os clientes, em vez de formar todos os alunos de cada nação.” (SIBILIA, 2012, p. 94).

Ainda conforme Sibilía (2012), o âmbito escolar, ao lidar com as imposições do mercado, acaba por se distanciar gradativamente da organização estatal e isso acarreta aos educandos uma mudança radical de postura, uma vez que cabe a estes estudantes/clientes sujeitar-se aos percalços da busca pela carreira bem sucedida em um contexto social fragmentado e difícil. Sob esta ótica, postulamos que os sujeitos em processo formativo na rede básica de ensino, por exemplo, estão predispostos à adoção de tecnologias digitais como elemento integrante das metodologias de ensino tomadas como inovadoras, haja vista seus contornos ligados à cultura digital. Conforme aludido, esta condição apresenta-se paralela à imersão dos ditames cambiantes do capital, o que reduz esses sujeitos à condição de uma formação sob a lógica mercantil flexível – sem que para isso haja a necessidade de que as unidades escolares possuam natureza jurídica híbrida¹². Corrobora-se este cenário através da diretriz de consumo fortemente ligada ao fluxo constante de informações e imagens disponíveis nos dispositivos digitais: sua associação às práticas formativas transforma os educandos à condição de clientes e empreendedores em potencial – o que se soma a uma potencial formação de um novo *homo economicus* (Foucault) ou sujeito empreendedor de si mesmo (DARDOT; LAVAL) no âmbito profissional.

Sibilía (2012) admite que a inserção de novas tecnologias no ambiente escolar serviu como um elemento de enfraquecimento da obediência de normas e regras, posto que, ao estimular a personalização das experiências, os educandos relativizam a necessidade de seguir padrões institucionais e morais impostos. Estimulada pelo uso das tecnologias criadas em compasso com a ascensão da tendência comportamental neoliberal, a flexibilização das condutas se contradiz com a solicitação de observância estudantil aos preceitos morais

bem-estar social dos trabalhadores do setor industrial, bem como desenvolver o senso de solidariedade entre as classes por meio do aperfeiçoamento de valores caros ao Estado.

¹² As unidades escolares ligadas ao Sistema S (como aquelas da rede de ensino SESI) foram concebidas em contexto histórico prévio à adoção plena dos preceitos neoliberais e, perante os desafios da diversidade tecnológica digital, seus educandos têm a experiência de um processo formativo fortemente voltado para os interesses econômicos impostos pelo mercado ainda que tais escolas tenham um viés de colaboração frente o Estado.

universais: o educando cada vez mais cliente e empreendedor de si se percebe preso a uma cidadania flexível nas outras esferas da existência. Sobre este desafio imposto às aludidas escolas tomadas como objeto de análise decorre que:

O mercado e a mídia, assim como os ritmos de vida característicos da contemporaneidade, levam à composição de outros modos de ser, cujas operações básicas diferem em grande medida daquelas regidas pela lei universal ou pela figura centralizada e hierárquica do Estado nacional. Assim, quando o aparato escolar solicita a esses novos corpos que ponham em prática tais habilidades e recursos, o desajuste se faz evidente. (SIBILIA, 2012, p. 98).

A adoção de metodologias ativas ligadas ao “empreendedorismo e projeto de vida” e o investimento escolar em laboratórios de robótica, bem como o estímulo da adoção da *cultura maker*, revelam parte do movimento neoliberal exigido à seara educacional. Sua adoção no currículo dos educandos em escolas que prezam por tal perspectiva didática revela que o alcance do discurso neoliberal é intenso e em velocidade adaptada à rapidez exigida por um mundo globalizado e ditado mediante dinâmicas geradas pela internet. É neste cenário cambiável e dotado de flexibilidade que Dardot e Laval (2016) propõem o emprego do termo sujeito neoliberal mediante os seguintes contornos: a emancipação do indivíduo perante as amarras da moral e tradição foi iniciada ainda quando do contexto liberal clássico com a crescente urbanização e mercantilização da vida social, porém, seu engajamento pleno só ocorre na contemporaneidade.

A subjetividade propagada nos moldes da racionalidade neoliberal transcorre através da cultura do engajamento e protagonismo individual na qual os sujeitos são estimulados a cumprirem objetivos pessoais que se mesclam com a ideia de maximização de resultados. (DARDOT; LAVAL, 2016). As metodologias voltadas ao “empreendedorismo e projeto de vida”¹³ trazem o modelo empresarial para a esfera individual ainda durante o ensino fundamental e sua proposta é intensificada durante o ensino médio da educação básica. Os educandos são estimulados através da inserção destes conteúdos e projetos no currículo a agirem e pensarem como empresários de si mesmos, posto que “empresa é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328).

A inclusão dos conteúdos relativos ao “empreendedorismo e projeto de vida” na carga curricular dos educandos de ensino médio Brasil revela-se como um elemento novo e próprio do neoliberalismo. Para Dardot e Laval (2016), a grande novidade criada pela racionalidade

¹³ Cada vez mais comuns às unidades escolares do Serviço Social da Indústria (SESI), pois a inserção no currículo disciplinar não se restringe tão somente ao Ensino Médio e seus educandos em idade legal para estágio ou trabalho como menor aprendiz.

neoliberal é a promoção de uma subjetividade empreendedora centrada em torno de relações sociais caracterizadas pela competitividade entre os indivíduos. Os sujeitos empreendedores de si devem procurar aprender constantemente, demonstrar interesse genuíno pelo trabalho e desenvolver a resiliência perante as drásticas mudanças oriundas de cenários de crise econômica. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Os desdobramentos do neoliberalismo na subjetividade dos educandos aqui analisados envolvem um panorama social de injunção tanto da visibilidade (a se desenrolar através das telas dos dispositivos digitais) quanto da competitividade (forma básica para sobreviver às exigências do mercado). Uma nova ética de cunho empresarial se apresenta como paradigmática aos sujeitos empreendedores que concebem suas vidas como carreiras:

Dessa forma, a empresa torna-se não apenas um modelo geral que deve ser imitado, como também uma atitude que deve ser valorizada na criança e no aluno, uma energia potencial que deve ser solicitada no assalariado, uma maneira de ser que é produzida pelas mudanças institucionais e ao mesmo tempo produz melhorias em todos os domínios. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 332).

A partir das habilidades manuais aprendidas através da *cultura maker*, bem como por meio do raciocínio técnico estimulado nos laboratórios de robótica, os educandos se formam mediante um trabalho interno constante pautado pela resiliência, autorrealização dos desejos e superação pessoal. Portanto, “precisamente a grande inovação da tecnologia neoliberal é vincular diretamente a maneira como um homem ‘é governado’ à maneira como ele próprio ‘se governa’”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 332-333).

Nesse sentido, a tendência neoliberal interfere tanto nas práticas políticas quanto nas ações individuais, posto que, ao se modificar a maneira de pensar, observar e sentir a sua própria existência, o sujeito que se autogoverna almeja também se transcender e ao fazê-lo se conforma com a realidade imposta pelo mercado e sua ética empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016). Sob este panorama problematizado também por Sibilia (2012), o modelo de escola pautada pelo poder disciplinar é superado em sua lógica de administração institucional dos corpos por algo totalmente novo: a insurgência de sujeitos que se governam em observância aos preceitos neoliberais e com um olhar mediado pelas tecnologias digitais.

2.1 O sujeito frente a novas formas de controle e a diversidade tecnológica

Na visão de Byung-Chul Han (2020), o neoliberalismo reforça uma nova forma de subjetivação na qual os sujeitos aceitam livremente a sua transformação em projetos

inacabados, contexto em que se toma forma a coação imposta por si mesmo em prol do alto desempenho, das práticas que visem aperfeiçoar esforços e do êxito na realização de tarefas cotidianas. Compreendemos que esta dinâmica esteja interligada à percepção dos dispositivos digitais ligados em rede como um artifício central para a promoção de valores que interessam à acumulação de capital e que favoreçam a consolidação de uma tendência comportamental centrada, em grande parte, na valorização do empreendedorismo. É nesse sentido que a emoção, o lúdico e as formas de comunicação tendem a ser exploradas sob o pretexto de se experienciar práticas ligadas à liberdade. Esta dinâmica reduz esse valor caro para a perspectiva neoliberal à condição do capital, bem como vincula o sujeito empreendedor de si mesmo à necessária realização de empreitadas dotadas de propósitos que ampliem suas forças produtivas (HAN, 2020).

Por se deter aos efeitos gerados pela necessidade de transparência e comunicação ilimitadas, Han (2020) começa a se distanciar da compreensão de controle imposto ao sujeito no contexto neoliberal ao ponto de conceber uma distinção entre o panóptico da sociedade disciplinar, conforme analisado por Foucault, e o panóptico digital da sociedade de desempenho na qual o controle é aferido em grande parte pelo desejo de transparência e exposição voluntárias. Segundo Han (2020), o neoliberalismo consegue transformar o sujeito em consumidor por meio do dispositivo da transparência associada à aceleração própria dos aparatos de comunicação em massa: o *smartphone*, tomado como elemento de subjetivação, é também um exemplo cabal de objeto digital fadado à coação interior, por isso emerge em sua visão a crise da liberdade e o fim da pessoa. Consequentemente, consideramos aqui que a afirmação que eleva os objetos digitais à condição de dispositivo neoliberal direciona a reflexão crítica ao duplo sentido da liberdade: esta seria a causa da ascensão e da derrocada do sujeito. Ante este panorama digital, não necessariamente contemplado por Foucault devido ao seu falecimento que inviabilizou um prolongamento dos seus estudos sobre os novos modos de ser, diferentemente da noção de biopolítica elaborada por aquele, Han (2020, p. 23) considera que o sujeito neoliberal passa a vivenciar os efeitos do que ele concebe por psicopolítica:

Hoje, caminhamos para a era da psicopolítica digital, que avança da vigilância passiva ao controle ativo, empurrando-nos, assim, para uma nova crise da liberdade: até a vontade própria é atingida. Os big data são um instrumento psicopolítico muito eficiente, que permite alcançar um conhecimento abrangente sobre as dinâmicas de comunicação social. Trata-se de um conhecimento de dominação que permite intervir na psique e que pode influenciá-la em um nível pré-reflexivo.

Entendemos que esta formulação teórica feita por Byung-Chul Han reacende a compreensão cartesiana dualista de corpo e mente, vez que, adaptada aos propósitos de sua análise sobre as formas de subjetivação na sociedade digital, a dominação e a experiência do valor da liberdade se dão ante o embate entre controle do corpo ou da psique. Han procura se diferenciar de Foucault ao analisar os efeitos do neoliberalismo na formação de nova subjetividade, uma vez que a psicopolítica compreende que o controle da conduta se realiza através do alcance da mente e não dos elementos biológicos e do corpo propriamente dito – como válido em linhas gerais à biopolítica pensada por Foucault. Essa perspectiva teórica confere, portanto, que a subjetividade no contexto digital se revela nesse prisma de controle da psique enquanto moldada pelos ditames do panóptico digital (via *smartphones* e aplicativos inseridos nos *tablets*, por exemplo). Este impasse é gerado pela transfiguração da coação/dominação em otimização da liberdade. Nessa esfera, “o corpo como força produtiva já não é mais tão central como na sociedade disciplinar biopolítica. Em vez de superar resistências corporais, processos psíquicos e mentais são otimizados para o aumento da produtividade.” (HAN, 2020, p. 40).

Compreendidas mediante a condição de artifícios e meios favoráveis à perspectiva neoliberal de gestão da vida em larga escala, insta compreendermos também se a mera adoção das tecnologias digitais acarreta por si mesma processos formativos que convergem na direção de novas formas de ser, estar e pensar, as quais se configurariam inseridas em um referencial cultural local homogêneo e totalizante. Em contraposição à compreensão basilar amplamente difundida no Ocidente acerca da natureza universalizante da tecnologia, o pensador Yuk Hui, em sua obra *Tecnodiversidade* (2020), se lança sobre este aspecto da temática ao focar fundamentalmente na questão dos avanços tecnológicos frente a um panorama distinto: a diversidade é tomada como eixo principal para a reflexão sobre o papel da tecnologia, posto que, nesta hipótese levantada (i.e. a tecnodiversidade), sua configuração é vista como plural e global aos parâmetros difundidos comumente na contemporaneidade.

Para Yuk Hui (2020), o questionamento sobre as maneiras como os sujeitos assimilam e empregam os dispositivos tecnológicos no cotidiano abarca a problematização acerca da influência do pensamento ocidental-europeu na elaboração e compreensão vigentes no tocante às experiências cotidianas afetadas pelas tecnologias modernas. Dessa maneira, o viés teórico desenvolvido por Hui se pretende como uma distinta reflexão alternativa aos preceitos e elaborações advindos do modelo europeu desenvolvido ainda na Modernidade acerca do papel e das características da tecnologia. A ponderação e a imaginação sobre uma realidade social transformada e condizente às necessidades locais abrangem a crítica sobre a perspectiva

homogeneizante aplicada aos avanços tecnológicos, uma vez que aquelas atravessam a seara dos interesses de mercado concebidos à maneira neoliberal dada sua renovação e transmutação por meio de dispositivos digitais¹⁴.

Essa supracitada abordagem parte, portanto, da condição dual dos avanços tecnológicos digitais, vez que esses possuem, em sua dinâmica, a capacidade de realização em escala global ainda que também guardem em si o potencial de geração de efeitos em âmbito local. Tal ponto de vista trazido por Hui (2020) acerca da relação entre tecnologia e filosofia política propõe evitar uma concepção colonial, posto que esse viés emprega uma reflexão crítica acerca da ordem mundial permeada pela globalização unilateral (i.e. guiada pela perspectiva ocidental). Para Hui (2020), esta organização, que alcança a tecnologia e que se firma nestes moldes globais, apresenta a capacidade de universalizar e alçar uma perspectiva epistemológica de uma localidade à condição hegemônica (como a visão eurocêntrica e ocidental de mundo), além de fazer determinar a concepção preponderante de tecnologia como totalizante ao panorama mundial vigente. É nesse sentido que:

Até agora a assim chamada globalização tem sido em sua maior parte um processo que emana de um só lado e traz consigo a universalização de epistemologias particulares e, através de meios tecnoeconômicos, a elevação de uma visão de mundo regional ao status de metafísica supostamente global. (HUI, 2020, p. 23).

Dessas ponderações, extrai-se que a adoção constante de dispositivos tecnológicos digitais tende a afetar o potencial criativo humano ao ponto de vir a influenciar a elucubração de distintos futuros viáveis à humanidade, essa ligada às dinâmicas socioeconômicas trazidas pela globalização¹⁵. É neste panorama de enfrentamento à compreensão totalizante e homogeneizante sobre a tecnologia que Hui (2020) toma a importância da ideia de tecnodiversidade e a vincula frente sua relação estabelecida entre técnica, política e natureza, uma vez que a reflexão sobre a multiplicidade tecnológica aponta para a iminência de

¹⁴ Para Hui (2020), as formulações europeias sobre a concepção da tecnologia atendem a uma visão sobre o mundo feita a partir desta localidade e atendem aos seus referenciais. Para o autor, a crítica à apropriação eurocêntrica acerca do que é a tecnologia e o que ela propõe resolver deve ir além do embate à colonização deste poder que advém das novas tecnologias, ou seja, é preciso confrontar a visão de mundo formulada a partir da tecnologia ao rever criticamente suas formas de atualização e transformação (a invenção de novas tecnologias digitais configura uma transmutação do capitalismo). Assim, ainda de acordo com Hui (2020, p. 19), “o capitalismo evolui ao investir em máquinas, ao se atualizar constantemente de acordo com os avanços tecnológicos e ao criar fontes de lucro na invenção de novos *dispositifs*.”

¹⁵ Elucidamos que esta perspectiva trazida por Hui toma as tendências tecnológicas como fatos universais devido aos efeitos da globalização. Em sua visão, a moral e o cosmos que abrangem as atividades técnicas são concepções particulares, porém, afetadas pela globalização. Através da interpretação de seus artigos elencados na obra *Tecnodiversidade* (2020), extraímos que Hui observa a globalização como sendo um processo no qual se deu uma colonização tecnológica e sua consequente unificação pela via da convergência de temporalidades históricas distintas (estas baseadas numa interpretação epistemológica atrelada ao Iluminismo desenvolvido na Europa).

diferentes formas de ser, de compreender o cosmos e de lidar com os componentes materiais da natureza. Para Hui (2020), este prisma aponta, portanto, para a recusa da abordagem sobre a tecnologia como uma produção humana única, estreita e enviesada pelos preceitos ocidentais advindos da Europa, posto que o enfrentamento deste paradigma universalizante se direcione rumo ao questionamento sobre a latente consolidação de uma concorrência global tecnológica.

A concepção de multiplicidade de cosmotécnicas defendida por Hui parece apontar para o embate à redução das diversas histórias e culturas produtoras de técnicas transformadoras do meio natural, posto que, em sua compreensão, não há uma só perspectiva para a tecnologia, a saber, universal, totalizante e ditada em um único sentido - como um seguimento de progresso e aceleração unívocos. Notamos que esta ponderação teórica não revela um despreço pelos potenciais transformadores dos avanços tecnológicos em áreas como a Educação e na seara da comunicação em massa, o que significaria uma postura de embate ao emprego dos dispositivos tecnológicos digitais no cotidiano, mas, pelo contrário, amplia sua compreensão à luz da reflexão filosófica sobre desdobramentos de economia política que também se aplica à natureza. O enfrentamento da adoção de um paradigma universal à questão das inovações digitais reforça a existência de um contexto competitivo entre as nações e afeito à aceleração tecnológica como eixo fundamental de um panorama epistemológico totalizante e único¹⁶.

Ao suscitar a possibilidade de resgate do valor histórico e do sentido de tecnologias distintas e até mesmo milenares, Hui viabiliza o enfrentamento da aparentemente necessária e global concorrência tecnológica digital. Este embate se deve, em grande parte ou à primeira vista, à difusão da ideia de aceleração e singularidade que culminam na percepção de que o marco do presente serve de parâmetro para a evolução do sujeito fadado ao progresso pela via ampliação das capacidades humanas (simbiose humanos/máquinas). Ao observar o contexto digital pelo ângulo da diversidade tecnológica, a perspectiva levantada por Hui tende a evitar uma vinculação política à questão e postula que formas múltiplas de ser, estar e lidar com o mundo e seus elementos materiais passam necessariamente pelo resgate da história e dos valores de culturas diversas tidas como obsoletas – o que implicaria, consequentemente, o distanciamento da associação única e totalizante dos valores de mercado à tecnologia digital.

¹⁶ É nesse sentido que, para Yuk Hui (2020), “na realidade, o que acontece é que estamos vendo a concorrência de certas inteligências para ver qual é a mais eficiente, ou qual é a mais rápida. Estamos em um tipo de concorrência global de tecnologia.” Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/603881-uma-nova-compreensao-da-tecnologia-poderia-ter-um-efeito-transformador-entrevista-com-yuk-hui>. Acesso em: 1 dez. 2021.

É neste panorama múltiplo imaginado por Hui (2020) que o pensador defende a noção de cosmotécnica, posto que:

(...) cosmotécnica é a unificação do cosmos e da moral por meio das atividades técnicas, sejam elas da criação de produtos ou obras de arte. Não há apenas uma ou duas técnicas, mas muitas cosmotécnicas. Que tipo de moralidade, qual cosmos e a quem ele pertence e como unificar isso tudo variam de uma cultura para a outra de acordo com dinâmicas diferentes. (HUI, 2020, p. 39)

Na esteira de raciocínio que questiona a relação do sujeito e seus aparatos digitais conectados em rede como elemento central para a conduta subjetiva, demais autores divergem quanto à atribuição de protagonismo na aceleração tecnológica do contexto digital posto nos moldes atuais. Ora atribuem maior peso à influência gerada por empresas prestadoras de serviço na internet¹⁷, ora àquelas criadoras de *gadgets*¹⁸ que permitem a vinculação de dados pessoais. Para o primeiro cenário, Vaidhyathan (2011) considera que a maior prestadora de serviços *on-line* alcança os sujeitos por meio dos dados pessoais (i.e., esfera da conduta e interesses), afeta o “mundo” entendida pela ordem de sua infraestrutura técnica global dotada de um tipo de vigilância permanente e, por último, o Google permeia amplamente o conhecimento produzido pela via da acumulação e concentração de bancos de dados diversos. Em outro caminho – relativo ao uso dos dispositivos digitais -, Byung-Chul Han (2022) alude que a política do tempo na atualidade, à medida que se vê afetada pelo predomínio da informação em detrimento da produção de saberes e conhecimentos (que demandam distanciamento e contemplação), encontra, no vasto banco de dados fomentados pelo uso dos *gadgets*, a impossibilidade de gerar pensamentos transformadores. Frente a estes exemplos paralelos ao tensionamento formulado por Yuk Hui sobre a diversidade tecnológica, interessa a esse pensador chinês reposicionar o olhar do sujeito sobre seu próprio destino, momento em que a recusa de um futuro totalizante, universal, homogêneo e definido aos preceitos de uma única cultura, releva-se como atitude primeira. Na perspectiva trazida por Hui, somente esta é capaz de viabilizar a estética do viver ao invés de associar a vida ao mero domínio da técnica e saber-fazer.

¹⁷ Compartilhamos da perspectiva que considera o Google como uma empresa de ampla relevância para a questão, dada sua vasta capacidade de compilar e apresentar ideias, interesses, conhecimentos e práticas cotidianas de maneira individualizada ou sob o âmbito coletivo. Notadamente, “O Google põe ao nosso alcance recursos até pouco tempo inimagináveis – bibliotecas imensas, arquivos, um enorme arsenal de documentos governamentais, uma imensidão de produtos e mercadorias, a vasta movimentação de boa parte da humanidade. É isto que entendo por ‘googlização de tudo’”. (VAIDHYANATHAN, 2011, p. 16).

¹⁸ Aqui nos referimos aos dispositivos digitais conectados a *world wide web*, tais como *smartphones*, *tablets*, *notebooks* e computadores pessoais.

À questão levantada por Han acerca da política do tempo atinente ao sujeito de desempenho neoliberal, para além de uma afetação da possibilidade de produção de pensamentos contemplativos, Hui (2020) pondera que a aceleração e a singularidade tecnológicas acarretam uma unificação temporal (rumo ao progresso tecnológico aos moldes modernos estabelecidos desde o Iluminismo) e uma sincronização via necessidade de modernização das práticas cotidianas hodiernas. A partir dos mencionados questionamentos, no que tange à esfera dos sujeitos em formação e tomados em seu âmbito escolar (importante espaço de formação), faz-se necessária a ponderação sobre quais valores (humanos ou mercadológicos) a inclusão formal de um saber relativo à cultura digital no currículo acadêmico propicia àqueles imersos em tal força cultural. Em resgate à proposta formulada por Hui, a globalização unilateral - fortemente desenvolvida na Europa e Estados Unidos da América – advém em parte pela imposição da sincronização e modernização e implicou no enfraquecimento da democracia e da liberdade de mentes plurais, posto que “o poder tecnologicamente mais forte exporta conhecimento e valores para o mais fraco e, como consequência, destrói interioridades.” (HUI, 2020, p. 62).

Depreendemos que o espaço propiciado pelas tecnologias digitais em rede e destinado às manifestações culturais dos sujeitos serve para o embate entre tecnologias tradicionais/consolidadas e aquelas tidas como disruptivas/inovadoras. Para Lévy (1999), as transformações socioculturais geradas com auxílio de dispositivos computacionais apresentam seu foco na suposta autonomia individual e ampliação das habilidades e capacidades cognitivas desses. O ciberespaço, visto como campo cultural colaborativo, viabiliza o uso de aparatos de transmissão de informação em massa que, usados em comunhão com mídias tradicionais, implicam necessária alteração do tecido social: em decorrência disso, a cibercultura se dá sob o ditame de *técnicas*, vez que os interesses das organizações afeitas ao universo digital não correspondem plenamente àqueles dos demais setores da sociedade (LÉVY, 1999).

Acerca da relevância das técnicas e aposta inicial na possibilidade de se alavancar o potencial criativo humano através das interações tecnológicas afeitas à cibercultura, notamos que Lévy procura se distanciar de um sentido geral para a noção de técnicas. No entanto, Hui parte deste ponto inicial comum para, posteriormente, se distanciar, vez que, ao postular pela diversidade tecnológica, o faz como elemento de enfrentamento da singularidade tecnológica redutora de conjuntos epistemológicos distintos.

Aos moldes do pensamento de Hui (2020), sua concepção sobre uma cosmopolítica se dá alinhada à cosmotécnica¹⁹ e dessa relação postula-se pelo fim da globalização unilateral (perspectiva essa tomada como decolonial sobre a tecnologia digital). Isso se realiza pelo enfrentamento desta configuração geopolítica global a qual minimiza epistemologias locais vendidas e celebradas como culturalmente hegemônicas. Estas manifestações culturais hegemônicas são, inclusive, capazes de mitigar leituras de mundo diferentes e formulações de valores diversos. Desse aspecto, podemos, portanto, conceber que no segmento educacional, por exemplo, a mera adoção dos aparatos tecnológicos digitais e a adequação das instituições formativas ao processo de modernização e sincronização tecnológico não implicam necessariamente o abandono de uma perspectiva conteudista tradicional – ainda que esta última tenha sua importância aos processos formativos educacionais. Ou seja, a compreensão sobre a tecnologia digital e seus desdobramentos, quando feita e tida somente a partir dos referenciais hegemônicos (eurocêntrico e ocidental, como sugerido por Hui), não gera necessariamente a formação de um sujeito livre, crítico, aberto à diferença e dotado de um pensamento vivo.

Quanto às práticas nos processos formativos vinculados à Educação, o paradigma da diversidade tecnológica merece estar em compasso com a valorização das diferenças para assim destituir o apreço exagerado à sincronização e não estar unicamente atrelada à celebração da aceleração da tecnologia. É nesse sentido que “Esta destituição pode levar ao surgimento de epistemes diferentes daquela da sincronização hegemônica inerente à singularidade tecnológica.” (HUI, 2020, p. 72).

2.2 A influência da cultura digital na formação

Ante o contexto suscitado, seguimos pela perspectiva de que o emprego de novas tecnologias digitais nas múltiplas atividades cotidianas revela-se como um paradoxo, haja vista seu alcance com efeitos (des)construtivos à maneira como o sujeito entende a si mesmo. Esta dualidade que alcança fundamentalmente a Educação pode implicar em adoção de práticas com referenciais esvaziados de propósito, caso se proceda pela ausência de reflexão crítica. Para Ildeu Moreira Coêlho (2012), a destinação pautada por objetivos, enfoque na

¹⁹ Para Yuk Hui, a diversidade tecnológica pode resgatar o elemento humano, viabilizando a formação de um sujeito e novas visões de mundo distintas ou diversas. Para tanto, é preciso reconstruir o elemento humano com a retomada da diversidade tecnológica. A partir desse movimento, segue-se a defesa da pluralidade das cosmotécnicas, isto é, a junção do cosmos com a moral através das técnicas. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606507-yuk-hui-e-a-terceira-via-fragmentar-ocupar-e-resistir>. Acesso em: 26 jun. 2022.

gestão, ênfase na avaliação e produção escolar são exemplos de ações por vezes desconexas e notadamente carentes de ponderação sobre seu sentido e desdobramentos. Esta dinâmica atinge em especial a escola como espaço de formação.

Somada às múltiplas alterações substanciais que a adoção das inovações digitais ocasiona no sujeito (com sua condição ligada ao consumo), a busca por modificação do contexto social, via produtos e serviços cada vez mais dependentes da internet, produz novas práticas em importantes áreas – o que inclui a Educação. Este panorama denota-se amplamente vinculado aos interesses da tendência neoliberal de mercado idealizada ante a estrutura trazida por tecnologias disruptivas e/ou aquelas já largamente tomadas e assimiladas por grande parte do público usuário (como no caso da busca por conteúdo informacional via plataformas de vídeo). A tendência das experiências imersivas serve de exemplo sobre como a tecnologia apresenta-se no cotidiano de maneira disruptiva – inclusa sob a forma de desafios à comunidade escolar. Para Coêlho (2012), a perspectiva que prioriza a produtividade em detrimento do senso de humanidade, bem como a adequação aos interesses estatais e de mercado em prejuízo à promoção de valores humanos (como a liberdade e a igualdade), funciona como elemento dinâmico que esvazia o sentido da escola.

Entretanto, no que tange à crescente influência da tecnologia digital, o sujeito em formação é afetado pela força cultural atinente a esta onda informacional trazida por dispositivos como *smartphones* e computadores. Influenciado em sua formação, aquele ainda assim demanda por experiências dotadas de sentido e os seus significados persistem em uma relação na qual a existência mundana se realiza mediante tensionamentos no campo da razão e do sentir. No *Dicionário de Filosofia* (2002) elaborado por Nicola Abbagnano, o verbete “formação” abrange acepção específica que remete à perspectiva processual de educação ou de civilização. A partir da formulação de Abbagnano (2002), a compreensão da noção de formação pela via dos processos expressos na educação e no sistema de valores confere à cultura uma posição fundamental. Nesse contexto, as inovações tecnológicas, trazidas pelo mercado e impostas aos sujeitos, ocasionam e formam efeitos que alcançam a este e sua realidade social – o que inclui o espaço de produção de conhecimento.

Frente os desafios trazidos pela adoção de novas tecnologias na formação dos sujeitos contemporâneos, Lévy (1999), ao elucidar sobre a interação entre as práticas do cotidiano trivial e a produção da informação realizada com auxílio de dispositivos conectados em rede, aponta na direção de que as transformações socioculturais têm no foco da autonomia e na ampliação da inteligência coletiva suas justificativas concretas. Sob esse aspecto, as técnicas são caras ao novo sujeito que se realiza em um universo cultural vasto e em constante

aprimoramento – sendo este previamente denominado como ciberespaço. Inobstante à vinculação de interesse da Educação com as temáticas da autonomia intelectual do sujeito e pleno desenvolvimento das capacidades cognitivas durante o processo formativo, o meio artificial relativo às tecnologias de informação e comunicação alcançou naturalmente a maneira como se pensa e se realiza a formação.

Assim, perante a adoção e popularização do elemento midiático digital na realização de diversas práticas cotidianas, insta compreender como estes sujeitos podem vir a se beneficiar da contribuição advinda do uso destes diversos dispositivos digitais no ideal de autonomia e ampliação do potencial cognitivo. A reflexão crítica sobre a formação - mesmo quando esta se dê imbuída de forte influência tecnológica - revela-se atrelada à problematização de novos modos de ser e estar na contemporaneidade. Como aponta Coêlho (2012), não há danos ao questionar o sentido da formação, posto seus processos e instituições se apresentarem mediante constante dinamismo. Portanto, a atitude crítica não se traduz como um problema ao fluxo de aceleração imposto pelo cotidiano presente. Questionar o papel da formação e seu rumo implica uma postura tal qual:

Formar supõe ensinar, transmitir, passar, numa perspectiva totalmente aberta, a cultura que, por sua vez, está vinculada ao que a precedeu, aos saberes ancestrais que permanecem vivos porque ainda têm algo a dizer. Essa apropriação e reelaboração da cultura não diz respeito somente à sua condição de inércia, mas também sua dinamicidade. (FURTADO; GALLO, 2020, p. 312).

Ao considerar a escola como espaço, em excelência, destinado à formação, Coêlho (2012) aponta que, na seara da Educação, a busca pelo sentido das ações e práticas (aquelas voltadas ao processo formativo) acarreta o questionamento e postura crítica sobre a natureza constituinte das inovações tecnológicas e seus preceitos, por exemplo. Assim, a formação humana perpassa o paradigma da transmissão, o que implica um movimento que a coaduna com o dinamismo do progresso tecnológico digital: a formação do sujeito imerso e integrante do ciberespaço insinua um olhar não somente voltado ao progresso ou tempo futuro ditado pelas máquinas. Formar sugere também um elo entre presente e passado de um sujeito em constante mudança.

Segundo Paulo Freire (2019), no que tange ao saber pedagógico, a própria prática docente implica algumas demandas, tais como a criticidade, o respeito à diferença e a busca por uma relação dialógica com os educandos, desvinculando a mera transferência de conhecimento como fator principal da formação, posto que a viabilização de suas oportunidades para a construção e produção daquele é crucial para a modificação dos sujeitos formadores/formandos. Esse viés trazido por Freire auxilia a pensar o emprego de tecnologias

digitais restritas tão somente ao entusiasmo pela sua capacidade de transmissão de informação e reforço ao conteudismo, características que se associam à capacidade de transmissão de dados em ampla velocidade, como observado nos dispositivos digitais conectados à internet. À esteira desse raciocínio, esta compreensão defende que, na relação entre os sujeitos do processo formativo, se configure o abandono à ideia reducionista de transmissão de conhecimento via ensino, bem como à crença equivocada de que a formação alcance um momento de cessação, posto que:

É preciso que, pelo contrário, desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. (FREIRE, 2019, p. 25).

Desse ponto, notamos a relevância conferida à contribuição pela elaboração crítica sobre a realidade social na qual o foco também repousa na compreensão da importância do estímulo às habilidades que vão além do mero desenvolvimento cognitivo racional, como a promoção do protagonismo, a disponibilidade ao diálogo, o apreço pela ética e estética, bem como pela esfera socioemocional humana. Em amplo sentido, a adoção acelerada do uso de dispositivos digitais impõe transformações aos sujeitos envolvidos e ainda à maneira como estes compreendem e realizam suas práticas laborais. No entanto, este paradigma revela-se complexificado, posto que, conforme aludido por Claudino Piletti (2015), a lógica do consumo ditada pelo mercado e pelos objetivos do Estado reduzem o processo educacional ao âmbito da sobrevivência e satisfação das necessidades vitais por parte dos sujeitos envolvidos, contexto tal em que a apropriação utilitária do papel do conhecimento impacta e direciona a relação formador/formando à mera transmissão de conhecimento.

Este é, pois, um ponto de desafio às escolas em contato com o ciberespaço (i.e. instituições educacionais), haja vista as provocações trazidas pela cultura digital que avançam para além da práxis e adentram a seara epistemológica. No que tange à Educação, a concepção teórica adotada para as práticas emergentes (como aquelas trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação) se liga à necessária reflexão crítica sobre as metodologias empregadas quando da busca de uma formação plena do sujeito autônomo e emancipado. É nessa acepção que a reflexão sobre o sentido da escola se apresenta como figura central neste cenário social afetado pela cultura digital repleta de fluxos imagéticos constantemente produzidos através das mídias digitais e por esses estimulados através da transmissão de informação.

Como assinalado por Briggs e Burke (2004), a relevância do papel da informação foi intensificada em grande parte pela alteração da compreensão dos parâmetros de espaço e tempo, sendo aquela impulsionada pelas transformações industriais no século XIX. Ademais, em compasso com esta premissa levantada pelos aludidos pensadores, entendemos que a ampliação da promoção do uso das tecnologias digitais, nos séculos XX e XXI, aponta tanto para a intensificação da percepção das distâncias e da velocidade quanto indica uma vinculação entre informação e formação em todas as áreas caras ao desenvolvimento humano – o que não se restringe somente ao ciberespaço. A ação voltada à informação já denota isso desde sua aceção, posto que “o verbo ‘informar’, derivado do latim, originalmente significava em inglês e francês não somente relatar fatos, o que poderia ser incriminador, mas ‘formar a mente’.” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 193).

Nesse âmbito, a problematização sobre a formação (e a informação) se vincula à finalidade social da escola. Uma formação humana voltada para o bem-estar coletivo deve ter, nas figuras do professor e dos alunos, a condição de personagens centrais do processo formativo. Com isso, a interação social influenciada pelas inovações tecnológicas promotoras da informação engendra um sujeito imerso na realidade ordinária em contato e formada com preceitos culturais em constante dinamismo. Assim, indagar sobre a escola imersa no oceano informacional, no qual o sujeito educando/educador navega por conteúdos educacionais e de entretenimento, também é criticar as alterações nas noções de espaço e tempo, bem como a própria concepção que o sujeito elabora/forma sobre si mesmo. Nesse sentido, segue que:

Houve mais mudanças do que continuidade na educação e no entretenimento durante os séculos XIX e XX. A maioria delas é explicável em termos econômicos e sociais, desde que se incorpore na análise a tecnologia, tratada como uma atividade social, envolvendo pessoas, produtos e patentes. A tecnologia requer e produz mudanças sociais e organizacionais. (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 194).

Há que se questionar, portanto, em vista de um resgate do sentido da experiência humana. Apropriar-se acarreta a condição que mitiga a passividade na experiência do processo formativo, haja vista que o estímulo imposto aos professores para o uso de dispositivos tecnológicos denota um cenário em que a prática pode tender a se confundir com a técnica de um saber fazer específico. Nessa dinâmica, tem-se que a formação é alcançada por um viés utilitarista e a reflexão crítica sobre o sentido esboça um elemento de fissura no contexto da cultura digital.

Inobstante o apreço do sujeito contemporâneo pelo espaço interacional propiciado pela internet, o elemento artificial das tecnologias de informação e comunicação alcançou a forma como se pensa e se impõe as práticas relativas ao saber desenvolvido através da escola, por

exemplo. Nesse caso, a adoção e a popularização das mídias digitais antecedem o interesse pelo ensino híbrido potencializado pela urgência pandêmica, situação em que o potencial de apreensão e elaboração de conhecimentos por parte dos educandos denota-se permeado por estratégias que aproximam a formação para com o tecnicismo – ainda que revisitado à luz da tendência neoliberal e por esta adaptada ao século XXI. Na perspectiva trazida por Coêlho (2012), a redução da escola à condição de ambiente de formação ditado pelos impulsos mercadológicos faz com que essa se converta em organização - e não mais instituição, ainda que nessa visão aconteça a propagação de um saber instituído, transformado à lógica de mercadoria.

Como exemplo dos desdobramentos do espaço escolar alterado de sua condição de instituição à esfera organizacional, segue-se a potencial dificuldade imposta ao sujeito em formação naquele ambiente ditado pela gestão pautada pela tecnologia digital: o que parece estar em jogo com este distanciamento da valorização do pensamento crítico nos processos formativos é o informar (ou formar a mente vazia) consumidores. Entretanto, para Vaidhyathan (2011), o sujeito que se vale dos serviços do Google não assume tão somente a forma de consumidor, mas também de produto daquela empresa. Esta situação imposta à formação no decurso dos acontecimentos do século XXI, impulsionados pelo contexto digital, traz a emergência do sujeito que é consumidor e mercadoria.

Esta dinâmica trazida pelas mídias digitais, quando desvinculada da busca pelo sentido da escola, gera aquilo que Coêlho (2012) entende por ser um reducionismo do saber a experiências e informações organizadas com auxílio do apreço por dados: isso objetiva a exaltação do apreço por competências, treinamento das mentes e um saber fazer ligado à mera transmissão de conteúdos. A escola mitigada em seu sentido implica na afetação prejudicial do ensinar, transmitir saberes abertos capazes de conectar valores de tempos históricos distintos: é a perpetuação da lógica de formar produtos eficientes através da informação consumível.

Notamos uma perspectiva empreendedora marcada pelos avanços tecnológicos já no início da década de 1990 e, no contexto atual da cultura digital, seu alcance apresenta fôlego renovado ante o emprego de dispositivos como *smartphones* e *tablets* ligados em rede, bem como frente o entusiasmo pela adoção de plataformas digitais sociais não necessariamente pensadas para fins educacionais – como no caso do YouTube.

Neste panorama de entusiasmo desmedido pela cultura digital nos processos formativos, o sujeito, portanto, se forma ser reduzido em sua criticidade, pois usuário de ferramentas digitais que não questiona seu sentido. Nessa dinâmica, a escola se transforma em

organização e “torna-se instrumento, meio para que a economia e os indivíduos alcancem seus objetivos e metas.” (COELHO, 2012, p. 62). Para que se apresente de modo diferente em um cenário de ênfase na digitalização dos processos formativos, a escola precisa se fazer como ambiente de estímulo à crítica e da indagação, promotora de um saber aberto ao diálogo. No entanto, as mudanças na forma como a sociedade percebe a comunicação em massa a partir da década de 1970, e intensificada com a propagação do protagonismo dos computadores pessoais na formação dos sujeitos já na década de 1990, implica um impasse a este resgate da instituição escolar. Um grande desafio à formação no século XXI reside no esboço arquitetado no final do século passado no qual: “A informática e internet não são vistas como objetos técnicos que devem ser estudados e compreendidos, ou como ferramentas suplementares úteis à aprendizagem, mas como alavancas revolucionárias que permitirão mudar radicalmente a escola e a pedagogia.” (LAVAL, 2019, p. 143).

Para além da redução da temática ao domínio técnico do uso das ferramentas digitais, o diálogo com a argumentação elaborada por Freire sobre a vinculação da ética à formação apresenta-se hábil para relativizar a importância central e isolada do papel da tecnologia e um saber técnico a ela vinculado. Segundo Freire (2019), a constituição da formação é complexa e deve estar vinculada também ao campo ético e estético, haja vista a condição humana também abranger atos de valorização, realização de escolhas, rupturas, tomadas de decisão. Em sua visão, a experiência educativa deve ir além do estreito domínio dos elementos técnicos, posto o potencial prejuízo à propriedade formadora da Educação.

Ao passo em que o uso da linguagem audiovisual pode alavancar a produção de conteúdo pedagógico (como no caso de videoaulas divulgadas na internet e voltadas para os componentes curriculares do Ensino Médio no Brasil), uma tênue linha entre o domínio da técnica por si mesma por parte dos educadores e a vinculação de temáticas desconexas à elaboração do potencial crítico dos educandos pode vir a enfraquecer a relação entre os sujeitos do processo formativo. Como aludido por Lévy (1999), a sociedade é condicionada – e não determinada – por suas técnicas produzidas pela sociedade imersa em dados parâmetros culturais, sendo que neste paradigma consideram-se as influências do contexto e da compreensão da forma sobre como se realiza o emprego dos dispositivos nas práticas criativas. Frente esta perspectiva de cunho utópico que tende a escapar do determinismo social imposto pelos avanços tecnológicos, advém, em paralelo, a compreensão de que “educar é substancialmente formar. Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado.” (FREIRE, 2019, p. 35).

À primeira vista e sob os efeitos do senso comum, o ensino híbrido mostra-se como alternativa à necessidade de continuidade nos estudos por parte daqueles com dificuldades de deslocamento físico, mas a compreensão da origem do termo e sua discussão sobre a ampliação de inovações disruptivas atreladas às aulas remonta aos esforços estadunidenses, haja vista a consolidada popularização da internet naquele país já na primeira década dos anos 2000. Ante o empenho posto sobre o tema, compreendemos ensino híbrido como um processo de aprendizagem misto no qual o estudante, ainda que sob uma supervisão e fora de sua residência, complementa seu processo de aprendizagem de maneira *on-line*, obtendo assim controle sobre tempo, ritmo, local e caminhos a serem tomados, mas a novidade aqui reside na reflexão sobre a combinação da tecnologia disruptiva nos problemas educacionais²⁰ (CHRISTENSEN; HORN; STAKER, 2013).

Ao partirmos da compreensão de que a cibercultura se desenvolve perante a adoção cotidiana de tecnologias de informação e comunicação, verificamos que há uma linha divisória entre aquelas tomadas enquanto consolidadas (i.e., tradicionais) e as demais observadas como inovadoras e que, por sua vez, objetivam uma aplicabilidade diferenciada – ou disruptiva. Disso decorre uma dificuldade de se calcular o alcance e o emprego usado em favor da realização plena do potencial humano ante a ausência de articulação integrada dos saberes (mesmo aqueles restritos ao domínio técnico). Postulamos que esta dinâmica tem suas raízes na propagação do paradigma da convergência. Essa era designada somente à integração entre os computadores e demais meios de telecomunicações, mas, na década de 1990, passou a ser empregada para a promoção da tecnologia digital, haja vista a sua capacidade em transmitir diversos tipos de informação sob uma forma digitalizada (BRIGGS; BURKE, 2004). Entendemos que uma utilização de aparatos digitais sem uma visão sistêmica dos processos formativos pode ganhar força, isto é, neste panorama problematizado, o uso isolado de uma plataforma digital não acarreta necessariamente a exploração da potencialidade plena advinda daquela tecnologia somente devido ao seu caráter de convergência. Isso se dá caso haja a falta de contextualização de conhecimentos e esvaziamento do sentido na formação no século XXI.

Ao converter a educação, o saber, as letras, as artes, a filosofia e as ciências, em realidades dadas; e a escola em organização, a sociedade e a mídia negam a dimensão questionadora e criadora das instituições e obras de cultura, formadoras de outro homem, que não se entrega ao servilismo, não se deixa escravizar pelos bens materiais, dinheiro, poder, mercado e consumo. (COÊLHO, 2012, p. 69).

²⁰ Esta posição é formulada aos moldes de um modelo que se pretende disruptivo. Disponível em: https://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

Assim, a convergência tecnológica pode implicar no câmbio da instituição escolar em organização pautada por valores, tais como protagonismo, visibilidade e fluxo de informações constantes. Tomada isoladamente como um único elemento compreensivo sobre o sujeito, a plataforma e ferramenta de publicação de conteúdo audiovisual YouTube, por exemplo, ainda que funcione como banco de dados capaz de se conhecer elementos atinentes aos usuários (como dados pessoais), não necessariamente acarreta a compreensão sobre a subjetividade daqueles envolvidos no processo formativo. Isso se dá posto que a cultura digital trazida pela narrativa audiovisual, se tomada distante da realidade social dos sujeitos ou ausente da relação dialógica, torna-se esvaziada, dada a desconsideração pela experiência do sujeito em sua relação com o mundo e os demais. Freire (2019) aduz que, mesmo que haja fatores externos condicionantes, o sujeito deve perceber-se como ser inacabado em sua constituição histórica e social dado a sua inserção no mundo ser ditada por essas mesmas condições cambiantes que o afetam.

Ainda na perspectiva trazida por Freire (2019), a presença humana no mundo não se dá em isolamento ou alheia às forças externas advindas da economia, política e cultura, bem como a conscientização da não conclusão de si pode funcionar como elemento de direção rumo à condição oposta à de objeto: ser sujeito formador de sua história. No entanto, como no âmbito trazido pelo ensino híbrido, depreendemos que, dado o emprego desmedido de dispositivos digitais e suas plataformas, esses também se revelam inconclusos em sua condição, posto a própria natureza da dinâmica da evolução tecnológica (i.e. há a possibilidade de se tornarem obsoletos). Fruto do impasse entre os seres humanos e os dispositivos digitais - observados sob a ótica da condição de não conclusão – emerge a necessária reflexão crítica sobre a formação (essa em sua acepção ligada à educação) e o saber-fazer.

A mera promoção da produção e criação dos vídeos realizada perante os parâmetros de troca de informações constantes reforça a implicação da instrumentalização do conhecimento e uma consequente negligência do movimento dialógico. Esta aludida postura amplifica a dicotomia dualista entre o humano e o saber técnico por meio de uma eventual priorização dos conteúdos curriculares ligados aos processos avaliativos formais. A associação da condição de determinação do itinerário formativo com o auxílio das ferramentas digitais é, nessa perspectiva, diferente da determinação de um sentido para a formação de si e da sua própria realidade social:

Convertido em consumidor de informações e ideias, o aluno, às vezes, se sente no direito de definir o que deseja estudar, fazer e ouvir do professor, o *produto* e a duração do que pretende adquirir e consumir, negando a dimensão intelectual e formativa do trabalho docente, da escola e da universidade. (COELHO, 2012, p. 70).

A partir deste recorte, a aplicação das videoaulas de maneira complementar ao ensino presencial ou como recurso assíncrono em uma realidade de ensino híbrido alcança a maneira como a escola é compreendida – e, consequentemente, a formação. No contexto da cultura digital, a aprendizagem tomada e aferida prioritariamente através da transmissão de conteúdos via tecnologias de informação e comunicação ocasiona a mudança da percepção do papel da escola ou da universidade. A assimilação desta alteração perpassa a compreensão da modificação de elementos condizentes tão somente ao poder disciplinar, mas também abarca as noções de ritmo, tempo, localidade e caminhos controlados – todos estes pontos caros à noção de ensino híbrido. Paul Virilio, em *A Estética da desapareição* (2015), problematiza a maneira como a informação é capturada pela visão, sendo cada vez mais alterada pela velocidade das inovações tecnológicas. Em sua compreensão sobre o controle da aceleração e do tempo, critica a cronofotografia e o cinema para com isso questionar acerca da congruência do olhar e das máquinas: a possibilidade de ver algo ou alguém se dá pela manipulação da aceleração, sendo essa notada pela alteração da emissão de luz sobre os objetos.

À esteira desta linha de raciocínio trazida por Virilio, a problematização da adoção por parte das escolas do uso de videoaulas através da mídia social YouTube direciona a reflexão para os recursos imagéticos ali contidos na tela que contam com elementos do dispositivo digital (como botões de velocidade de reprodução do vídeo) capazes de alterar a apreensão da velocidade da apresentação do conteúdo. Isso ocorre em um prisma no qual as implicações e desdobramentos do discurso do educador/apresentador sobre aquele conteúdo teórico não necessariamente ocasionam no educando/espectador a necessidade de compreensão dos fatos históricos e científicos associados à temática da videoaula ou mesmo das influências de uma corrente filosófica para além do exposto naquele conteúdo digital. Neste conjunto se inviabiliza a compreensão de sujeito como ser inacabado e defendido por Freire em sua obra *Pedagogia da Autonomia*.

A partir dos elementos fornecidos por Virilio para pensarmos a relação do olhar com a forma automática de captação da informação, lançar luz sobre um ponto do conteúdo exposto no vídeo do YouTube, mesmo que através de imagens associadas à fala, é alterar a consciência, tornar visível o que antes não era visto sem que para isso seja necessário enxergar outros aspectos correlatos ao problema. Apresentar na tela o conteúdo programático é fornecer ao sujeito espectador aprendiz uma possibilidade de sentir-se em movimento,

mesmo que seu desejo seja o de não estar ali percebendo pelo olhar as imagens de um conteúdo de um componente curricular. Ainda que isso se coloque como um desafio, na medida em que, como aponta Paul Virilio (1993, p.73), “observamos que aquilo que é próximo e comum encontra-se desacreditado pela imediatez do que está longe”, essa forma de mediação, que institui “a presença da ausência” trazida pela cultura digital, não deixa de ser uma influência perturbadora sobre aquilo que consideramos como o idílico no contexto escolar. É nesse sentido que as plataformas digitais voltadas e/ou adaptadas aos propósitos educacionais demandam uma reflexão crítica sobre a formação, posto que as mídias digitais possam ser tomadas como ferramentas ou meios de comunicação prioritários – situação em que se reforça a problemática da dicotomia socialização/instrumentalização aos moldes das novas tecnologias digitais na tendência neoliberal.

Ademais, à luz dos argumentos apresentados, podemos formular que a dinâmica da reprodução técnica do conteúdo não auxilia necessariamente na metacognição dos alunos, posto que estes recursos não sejam por si só meios suficientes para a verificação e monitoramento da efetividade do processo formativo: situações recorrentes de ausência da mediação do professor via interação dialógica servem como entraves para o êxito nesse processo educacional afetado pela cultura digital. Sob esse panorama de protagonismo artificial e sentido dicotômico da ausência - vez que restritos à ordem da reprodução ilimitada do conteúdo - a tendência do uso de dispositivos digitais tende a adotar a personalização como um aspecto basilar na formação.

Notamos que a formação vinculada à inclusão dos dispositivos digitais conectados à internet – estes vistos como ferramentas capazes de auxiliar o processo de ensino e aprendizagem – revelam-se como tendência ampliada em dados contextos como o atinente ao ensino remoto e intrínseco ao ensino híbrido, o que exige do educador uma postura crítica sobre a formação no que tange à pesquisa, escolha, conhecimento e adoção válidos ao saber aberto. Como apontam Furtado e Gallo (2020), é pela via da formação que o sujeito se lança em uma dimensão temporal diferente, é alcançado plenamente pelo conhecimento de outras épocas que transforma a compreensão sobre sua existência a partir da valorização da alteridade. Nesse sentido, a formação recomenda a estima pelo outro, pelo diferente, e necessita da abertura pela via do diálogo e crítica do saber instituído:

Pensar não é produzir, processar e armazenar informações, como se a mente fosse um computador e o pensamento o resultado de seu funcionamento, o que seria desconhecer e negar por inteiro o que é a reflexão. Pelo contrário, é interrogar a razão, as verdades, o mundo, a existência humana, o real, o imaginário, as crenças,

os mitos e a ideologia. É pôr em questão a memória, a tradição, o estabelecido, o já-dito, o já-feito, os costumes e a prática. (COELHO, 2012, p. 71-72).

A promoção do pensamento sob a lógica da formação humana sugere uma atitude que promova a ética desvinculada de um protagonismo centrado tão somente na técnica. Para Dardot e Laval (2016), o contexto em que se fundamenta uma ética neoliberal gera a tomada de formas sutis de afetação da subjetividade que ocasionam, por sua vez, a adoção de métodos de avaliação variados destinados à vinculação das maneiras de ser e estar com a lógica de gestão da carreira.

Dessa perspectiva se tem a emergência de um impasse trazido por este contexto digital à esfera da Educação, haja vista sua concepção contraditória à autonomia dos sujeitos em formação. Ademais, da contraposição a ela aplicada seguem-se dois aspectos paralelos que se antepõem. Primeiramente, em perspectiva favorável à formação pautada pela liberdade e igualdade, a personalização do processo formativo pode vir a favorecer a diminuição das condições limitantes do sujeito, posto cada um apresentar seu próprio ritmo e realidade social. No entanto, como no caso trazido pelo ensino híbrido em âmbito pandêmico, este também pode revelar-se como elemento de redução do processo formativo aos ditames neoliberais de utilidade e efetividade prática – isso sobre o pretexto da difusão de um ideal de promoção da autonomia do sujeito. Este desafio, que se traduz como paradoxo entre forma e conteúdo (COELHO, 2012), é trazido pela aceleração tecnológica digital que altera, consequentemente, a maneira como o sujeito toma a si mesmo e o outro - contexto em que a formação se associa à mera busca por instrução.

Segundo Coelho (2012), a tecnologia tem limitações no que tange aos processos formativos. O elemento principal não é a informação e o mero apreço pelo senso de novidade, mas a criação dotada de rigor crítico e capaz de viabilizar a compreensão e apreensão de si e da realidade circundante. Conforme propagado pelo interesse da inclusão das tecnologias digitais como ferramentas de atualização dos espaços formativos na década de 1990, o simples entusiasmo pela inovação gerou, na Europa, a alteração do papel desempenhado pelos sujeitos envolvidos em espaços de formação como a escola e a universidade: “o papel do professor não é mais transmitir conhecimentos, mas motivar, orientar, avaliar.” (LAVAL, 2019, p. 144). À medida que este cenário não ficou adstrito ao prisma europeu, esta alteração recebe uma caracterização de cunho global e totalizante, tal qual o potencial trazido pelas próprias tecnologias digitais. Se o enfoque na formação se apresentar tão somente nestes moldes de mero saber-fazer tecnológico e ligada à simples instrução, o sentido da formação e

dos papéis dos sujeitos envolvidos apresenta-se prejudicado no contexto digital, haja vista que nesta perspectiva:

Para atender a uma demanda de personalização e estimular a autonomia de seus alunos, o professor exerce menos seu papel de palestrante, pois os estudantes podem obter toda a instrução teórica on-line. Além de guiar o aprendizado do aluno de acordo com suas necessidades, a docente precisa também de características de coach, motivando o estudante a traçar seu próprio caminho de aprendizagem. O papel do coach está vinculado ao profissional que ajuda pessoas a atingir seus objetivos por meio do desenvolvimento de novas habilidades. (LIMA, MOURA, 2015, p. 96).

Segundo Dardot e Laval (2016), o viés neoliberal toma a ideia de “formação” enquanto associada à sabedoria prática na qual o paradigma da gestão se amplia rumo ao controle das habilidades cognitivas e socioemocionais. Na linha de raciocínio desses pensadores, dentre as técnicas empregadas, o *coaching* serve para o melhor fortalecimento de si pela via da adaptação e flexibilidade ante os desafios trazidos pelo mercado. Nesse ponto, a compreensão do uso das tecnologias digitais nos processos formativos como elemento de sua personalização encontra-se em crise: por um lado, há a perspectiva dos valores de adaptação e resiliência ante a realidade social enfrentada e, por outro, a via da modificação e alteração de seu meio social através da capacidade de tomar-se como sujeito de sua própria história – esta última, à luz do aludido pensamento de Freire (2019) sobre a autonomia.

Denotamos, portanto, que a postura autônoma por parte do sujeito durante o processo formativo não diz respeito tão somente ao uso das tecnologias digitais e à possibilidade criada para o acesso ilimitado dos conteúdos em qualquer tempo (como no caso das videoaulas assíncronas). Esta depende, também fundamentalmente, que as possibilidades criadas através do ensino híbrido, por exemplo, preservem e privilegiem momentos de interação humana entre os sujeitos do processo formativo nos quais as noções de espaço e tempo não sejam reduzidas unicamente à questão da manipulação de recursos técnicos.

No entanto, esta ainda se apresenta fortemente vinculada aos preceitos de mercado e ditada pela aceleração tecnológica que afeta a contemplação necessária ao conhecimento, pois, conforme Han (2017) - e sua elaboração sobre sociedade do cansaço aplicável ao contexto da cultura digital - há uma alteração da economia da atenção e se atribui ao sujeito focado no alto desempenho um interesse crescente pelas atividades que sejam multitarefas. É nesse sentido que a adoção de dispositivos digitais com telas, que permite a visualização de diversas informações, conteúdos e objetivos, ocasiona a formação de um modo de vida distanciado da contemplação. Para Han (2017), a postura contemplativa demanda tempo, desaceleração, repouso e recolhimento ante a exposição daquilo que é diferente e contrário ao

sujeito observador mergulhado na alteridade que o surpreende. A partir desse raciocínio, consideramos que a formação do sujeito imerso no oceano informacional trazido pelas tecnologias digitais só privilegia a elevação da forma do potencial humano pleno, caso aquele ser racional seja capaz de mergulhar no outro ao invés de tão somente navegar no fluxo do saber organizado, instrumentalizado e fechado.

No entanto, afetada pela perspectiva traçada desde o liberalismo e renovada sob os preceitos neoliberais, a formação apresenta-se ainda alcançada pelos ritos da descontinuidade, aceleração e intensificação, sendo estes aspectos a serem considerados nesse contexto que funda uma nova dinâmica do cotidiano escolar. A formação tem, em especial no século XXI, a cultura digital como um elemento central que nos convida a revitalizar o seu sentido. Sem dúvida, tal força cultural não se reduz à escola, mas esse é um dos espaços que se torna mais sensível às consequências dessa mudança, potencializando e expandindo seus efeitos para o coletivo da sociedade. Ainda no tocante à autonomia do sujeito observador do conteúdo da aula exposta na mídia digital, esta parece ser mais condizente e restrita à dúbia sensação de controle sobre a aceleração das imagens do vídeo e do tempo da reprodução do conteúdo, caso a ênfase do olhar crítico se dê centrada no apreço desmedido do uso das tecnologias de informação e comunicação.

Assim, sobre o caminho a ser tomado pelo educando espectador de uma videoaula repleta de imagens ilustrativas de falas informativas, defendemos que mais relevante que memorizar os dados expostos ou escolher qual outro vídeo será visto a seguir é a ação da compreensão sobre os motivos da escolha em si mesma: aqui o sentido da formação se dá pela ênfase do pensamento crítico. A simples utilização de uma tecnologia digital, ou o conteúdo a essa vinculado, não faz com que, necessariamente, a atitude crítica emergja, posto que, conforme recorda Coêlho (2012, p. 75), “só a forma dá sentido, vida, faz ser, cria novas realidades, pensantes e interrogantes.”. E, neste âmbito, o pensamento só apresenta um dinamismo vivo quando dependente da integração com outro sujeito pensante, vez que aquele só se dá quando em conformidade com as vicissitudes do contexto referenciado pelo diálogo e indagação (COÊLHO, 2012).

Esta atitude crítica ligada à forma (pensamento vivo), quando destinada ao caminho formativo, pauta-se pela pausa para reflexão, contemplação e busca pelo diálogo. Esta confluência, ao priorizar o fator humano, se distancia da simples convergência da tecnologia digital, pois vai além do aspecto técnico e corrobora uma formação não necessariamente ditada pela dinâmica da fragmentação trazida pelas mídias digitais. Como exemplo, a ausência de comentários sobre a videoaula postada na mídia social sugere uma eventual

fragilização da busca pelo autoconhecimento no sentido socrático à medida que se limita à possibilidade de se dar à luz aos novos elementos formadores da consciência crítica. Em prol de uma aprendizagem significativa, assumimos que cabe aos sujeitos em formação empregarem um sentido humano na exposição de conteúdo nas telas dos dispositivos digitais que vá, portanto, além do mero arrebatamento pela adoção e imersão da tecnologia nos processos educacionais.

Acerca da relação dos sujeitos do processo formativo, o ensino híbrido tem na figura do professor um facilitador e mediador da busca de conhecimentos fundamentais para a formação do educando, caso não esteja afetado pela influência do papel de *coaching* (como aludido por Dardot e Laval). A condição em que o educador se posiciona como um intermediário crítico entre o aluno e a informação pode ser difundida em diversos meios, tais como plataformas de vídeo, *sites* e livros digitais (LIMA; MOURA, 2015). Apesar disso, a aplicabilidade do conhecimento com um viés de produtividade destinado aos problemas cotidianos coloca os sujeitos do processo formativo na ordem da utilidade prática para fins de bom desempenho no mercado. Esta situação reduz o lado humano do sujeito formador/formado à condição de meio/elo e atribui às tecnologias digitais a sua compreensão latente de ferramentas destinadas a um fim específico – por vezes, tão somente focado no desenvolvimento do sujeito do desempenho de tendência trazida pelo neoliberalismo.

Assim, o papel das novas tecnologias digitais desafia a formação e alcança a figura do educador como sujeito capaz de engendrar cenários que visem à superação da redução do processo formativo aos mecanismos de instrumentalização do saber. É a partir deste aspecto que a formação e a cultura digital passam a ser afetadas pela temática da competência.

No entanto, a utilização de recursos tecnológicos digitais tende a seguir em sentido oposto se observada ante a narrativa do uso destinado tão somente à ampliação das capacidades pessoais e obtenção de maior eficiência por resultados – como difundido pela redução da formação à condição de projeto de vida. Ainda que as plataformas digitais funcionem como ambiente de promoção da individualidade através da exposição constante da esfera da intimidade, a compreensão sobre a formação deve buscar reverter esta condição – mesmo nos casos em que seja beneficiada fundamentalmente pelas tecnologias e mídias digitais (como no ensino híbrido). À luz da argumentação trazida por Coêlho (2012), bem como por Dardot e Laval (2016), a formação humana só se impõe como instigante ao pensamento vivo quando essa assume e ocupa o espaço escolar ou universitário, por exemplo, livre da redução aos ditames da concorrência de mercado e empreendedorismo como enfoque único:

Mais do que computadores e outros artefatos tecnológicos, criados e impostos às instituições e indivíduos, de modo mais ou menos sutil, num poderoso jogo de interesses empresariais, a condição fundamental para o trabalho de ensinar e formar é a existência de professores e alunos que buscam o saber, boa biblioteca e, à medida que o ensino exige, bons laboratórios. (COELHO, 2012, p. 77).

Ainda que o elemento da atitude crítica seja fundamental para a formação humana, o sujeito não se apresenta tão somente como um ser racional. Sua complexidade existencial também repousa na esfera do sensível. A ação formativa influenciada pela cultura audiovisual, alavancada pelas plataformas digitais, exige uma integração do saber fazer técnico com o elemento da ordem do sensível, ocasião em que ao educador, na condição análoga de produtor/criador de vídeos com conteúdo curricular, é apresentado a um caminho fértil para ultrapassar a limitação do utilitarismo mercadológico. Nesse, o desafio consiste em fornecer um sentido amplo à formação humana centrada na valorização dos elementos culturais simbólicos do sujeito e no fortalecimento dos direitos coletivos através da compreensão estimulada por processos educacionais que demandam ritmo próprio e distinto. Sobre esta particularidade:

O tempo livre, próprio da reflexão, da leitura, do estudo e do trabalho intelectual, é sempre lento; enquanto o tempo da produção, dos serviços, da microeletrônica e da mídia é o tempo veloz e ligado aos negócios, aos interesses, particulares e contingentes; depende e a eles atende. (COELHO, 2012, p. 84).

É no paradigma trazido pela formação que valoriza a ordem do sensível que se encontra uma alternativa para mitigar o eventual prejuízo às dimensões da estética e da técnica oriundo da fragmentação da formação imposta pelo uso das tecnologias digitais na Educação. É preciso, pois, reforçar os momentos de interação dialógica ligados à alteridade, conceder outro ritmo à formação (mais lento e contemplativo) para assim dar cabo a um conhecimento significativo melhor adaptado à realidade do aluno usuário das plataformas digitais.

Inevitavelmente por meio do panorama trazido pela cultura digital, um novo agir, pensar e sentir emerge através da forma de acordos, costumes e práticas aceleradas traduzidas nos termos de uso das plataformas digitais. O uso nos processos formativos de recursos extraídos do YouTube, por exemplo, acarreta a configuração de uma relação de poder na qual a internet funciona como um espaço político. Nesse aspecto, Rios (2010) aponta que a ação docente de qualidade é aquela que vai além do domínio técnico isolado, visto que, frente à pluralidade contida na competência, a sua combinação às dimensões política e ética viabiliza

um agir reflexivo e dotado de significação numa construção da subjetividade integrada ao bem comum de uma coletividade.

Ainda assim, o desafio imposto pela própria maneira como as tecnologias digitais foram concebidas desde seu surgimento (i.e. aceleração e convergência tecnológicas) não se restringe ao progresso técnico. O viés aplicado ao saber competente e de qualidade no contexto cultural digital encontra-se comumente colocado em uma encruzilhada com rumos distintos: por uma formação humana ou aquela destinada aos preceitos de mercado. Para este entrave que se conecta ao questionamento sobre quem desejamos nos tornar no contexto digital, as normativas específicas da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aplicável também ao Ensino Médio, e elaborada sob princípios éticos, estéticos e políticos, apresenta-se como exemplo para investigação.

Este documento apresenta uma lista de habilidades constituintes de um saber fazer específico que, uma vez organizados em um espectro harmônico, formam competências gerais discriminadas formalmente e essenciais à orientação dos processos de ensino e aprendizagem e ao futuro exercício de uma atividade profissional. A referida normativa serve para um agrupamento de habilidades específicas em torno de uma competência geral ligada à cultura digital que vise enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais informacional:

Competência 5: compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2017, p. 9).

Notamos, porém, que a supracitada competência geral da Educação Básica estimula a reflexão e o uso de tecnologias digitais para fins educativos sem excluir plataformas ou mídias digitais que tenham sido concebidas para a prática do entretenimento. Isso pode sugerir um efeito que remonta ao interesse mútuo, tanto pelo elemento lúdico quanto educativo, quando da busca pela popularização dos computadores pessoais. Como elucidado por Briggs e Burke (2004, p. 291), “(...) em retrospecto, é certo que o elemento jogo na popularização da nova tecnologia foi tão importante no início da história dos computadores quanto na história do telefone.”. Para além deste fato que vincula educação e formas de entretenimento, ao se estimular o uso indistinto desses recursos para a produção de conhecimentos, a ênfase conferida por esta diretriz da BNCC repousa em uma participação ativa dos atores envolvidos sem que necessariamente implique a valorização da experiência prévia do sujeito em formação. Entendemos aqui que esta competência elaborada sob tais termos não culmina assertivamente na elaboração de uma postura que preze

fundamentalmente pela sensibilidade para com os direitos coletivos ou mesmo pela valorização de preceitos que humanizem as diversas práticas do cotidiano - indo além do protagonismo individualista e da cultura do sujeito de alto desempenho.

Ao problema suscitado, parte-se, através da discussão destes elementos, que o conjunto harmônico das competências deve abranger não só o estabelecimento das habilidades elencadas nesta aludida diretriz curricular comum, mas, principalmente, deve incluir as dimensões da competência à formação integrada em todas as suas dimensões – incluso o trabalho intelectual desenvolvido em harmonia com a dimensão sensível da formação. Ao ser tomada dessa maneira, viabiliza-se um redimensionamento da formação humana, posto que a valorização do potencial humano não teria seu foco único nas tendências empresariais (ambiente formador como organização). Nessa lógica, esta dinâmica estaria em comunhão com a necessária diminuição da velocidade e concessão de maior tempo contemplativo em compasso com a alteridade para a realização da melhor forma das criações humanas:

Incorporar o universo cultural dos alunos e, ao mesmo tempo, questionar os interesses que permeiam esse universo, refletindo criticamente sobre os aspectos que segregam e impedem o acesso aos bens culturais comuns da humanidade é uma das formas possíveis de superação de um modelo centrado na transmissão e na apropriação de saberes, ainda presentes em diversos contextos educativos, instituindo assim uma racionalidade dinâmica e vital que promova encontros no âmbito pedagógico e uma reflexão sobre a dinâmica da formação. (FURTADO; GALLO, 2020, p. 313).

Ademais, sem a certeza sobre a finalidade social embutida nos processos formativos, o estímulo à participação ativa no contexto educacional da cultura digital tende somente à espetacularização da Educação. A inovação tecnológica advinda da tendência neoliberal (que libera o *coaching* à formação, por exemplo) aponta na direção do compartilhamento de conteúdo ou conhecimentos fragmentados pela flexibilização do espetáculo da formação - situação em que o brilho desta se reduz às telas dos dispositivos digitais usados na Educação. Entretanto, o papel da escola ou demais espaços formativos voltados à realização plena das potencialidades humanas reside na transmissão de um saber emancipatório por meio de uma mediação que facilite a compreensão de conhecimentos construídos ao longo da história do pensamento científico, filosófico e artístico, sendo esse o verdadeiro brilho desses espaços de formação.

Entendemos que o ambiente propiciado pela escola remete à configuração de um espaço destinado ao saber partilhado e que tem nos educadores a figura que o melhor apresenta por torná-lo vívido e atrelado ao mundo do sujeito (por isso a necessidade da

reflexão crítica sobre os processos formativos). Assim, os saberes construídos pela humanidade e de cunho artístico, científico e filosófico não merecem ser apresentados sob a condição da espetacularização gerada pela instrumentalização da escola e de seus recursos (inclusos aqueles de cunho digital), mas, sim, deve-se torná-los visíveis pelo questionamento pautado pelo resgate do sujeito em constante formação e que merece indagar sobre os modos de vida que pretende seguir. Este mesmo sujeito é composto por elementos também da alçada do sensível.

Sob o signo da influência perturbadora na Educação que reduz a relação do sujeito à racionalidade técnica ditada pelo mercado, a formação que privilegia o sensível através da relação dialógica conecta e articula os saberes produzidos, sem abrir mão dos princípios fundamentais. Essa agora os reformula ou os adota sob uma nova ótica, a da invenção, tornando-se uma forma potente de fazer emergir processos significativos pautados pela dinâmica da navegação *on-line*, na simultaneidade, na construção de conhecimento. Este, utilizando-se da diversidade tecnológica digital, integra a realidade trivial à complexidade da vida, ligando, selecionando e transformando os recursos oferecidos pelas redes digitais. A partir dessa potencialidade, insta ponderarmos sobre a viabilidade de tal empreitada no âmbito da cultura digital atual.

3 O CUIDADO DE SI AFETADO PELO CONTEXTO DIGITAL

Ao indagarmos sobre os efeitos das tecnologias digitais na constituição de novos modos de ser e estar, a urgência da reflexão sobre a dinâmica formativa nos confronta, posto que os efeitos nesta produzidos através da cultura digital alcançam o sujeito sob a lógica da propagação da comunicação em determinados campos - como o relativo ao conhecimento do qual a Educação se atém. Dessa oportunidade emerge a possibilidade da crítica sobre um novo sujeito a partir do recorte que perpassa a observação acerca da formação à luz das tensões vinculadas. Estas permeiam, dado o panorama traçado pelos capítulos anteriores, a relevância do valor filosófico da liberdade, o que inclui sua aproximação com os interesses mercadológicos (produtividade aliada ao consumo) e a concorrência firmada entre indivíduos cada vez mais afeitos à mobilidade e flexibilidade das tecnologias digitais.

Apresentamos que tal dinâmica se materializa através dos aparatos tecnológicos que vinculam a forma como os sujeitos usuários consomem e realizam suas condutas perante práticas e processos atinentes às relações de poder que os circundam e envolvem. Nesse âmbito, o papel da atitude crítica, bem como da relevância do sentir, é redimensionado ante o questionamento sobre a viabilidade de uma diversidade tecnológica não reduzida à condição de força cultural de homogeneização das visões de mundo. Soma-se a isso a tomada da problematização acerca da importância da forma como a governamentalidade alcança o sujeito, momento no qual ampliaremos, neste capítulo, a compreensão sobre o mesmo como ser vivente guiado e “ocupado” pela ideia de gestão e alto desempenho. De tal modo, o reposicionamento da reflexão crítica frente a formação assume estes mencionados elementos como fundamentais para a ponderação sobre outras subjetividades, ou seja, distintos e novos modos de ser.

Nessa perspectiva, as contribuições de Foucault sobre a biopolítica podem ser ainda mais aproximadas de um hodierno contexto trazido pelas tecnologias digitais, vistas em sua congruência com as relações de poder ali associadas. Isso se dá ao consideramos sua abrangência na forma empregada pelo sujeito para constituir sua relação consigo. A dinâmica firmada por este em contato usual com diversas mídias – não restritas ao domínio analógico - acarreta diretamente o empenho para se compreender novos modos de ser trazidos pela cultura digital. A *cultura maker*, por sua vez, ou a adoção curricular da disciplina “projeto de vida e empreendedorismo” no âmbito escolar são exemplos do entusiasmo pelo uso midiático na formação do sujeito e se traduzem como alguns de seus desdobramentos. Como efeito desta abordagem expandida neste capítulo, temos que a análise decorre da ampliação da

necessidade de se pensar a posição deste sujeito tido como “hipermoderno” afetado, inclusive, em seu sentir (HAROCHE) e guiado com auxílio dos vieses da mobilidade e flexibilidade dos dispositivos digitais (LOVELUCK). É nesse ponto que Dardot e Laval (2016) alertam para a emergência de uma normatização subjetiva distinta, posto ser ligada à produtividade e capaz de alcançar a economia psíquica.

Se existe um novo sujeito, ele deve ser distinguido nas práticas discursivas e institucionais que, no fim do século XX, engendraram a figura do homem-empresa ou do “sujeito empresarial”, favorecendo a instauração de uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322).

Nesse sentido, é atribuído um novo alvo às relações de poder, a saber, a economia psíquica relativa à mente humana como um todo, desde o plano da atenção até a elaboração de emoções e sentimentos. Contrapomos esta perspectiva aos estudos de Foucault sobre governamentalidade, que atendem novamente em sua importância como elemento analítico, vez que seus esforços contam com uma virada a partir da década de 1980. Referimo-nos ao ponto de que, em suas pesquisas, Foucault passa a refletir sobre a subjetivação a partir dos modos de sujeição, bem como das práticas de si, movimento tal que expande a reflexão sobre o governo e a conduta dos sujeitos.

No entanto, o recorte aqui aplicado para se pensar acerca da viabilidade de uma ressignificação crítica por parte do sujeito sobre os modos de ser influenciados pelas tecnologias digitais abrange mais especificamente dado conjunto de ferramentas teóricas trazidas por Foucault no curso *Hermenêutica do Sujeito*, de 1982. Ainda assim, este se dá em conjunto com entrevistas ou demais escritos desse período, antepostos aqui ao diálogo com outros autores contemporâneos, especialmente Han, além de Dardot e Laval. Ainda que Foucault tenha realizado contribuições importantes sobre a problemática relativa às relações de poder, isso não encobre seu premente interesse pelo sujeito, vez que do deslocamento da noção de governamentalidade extrai-se esta dinâmica.

Ao visarmos contrapor as tecnologias de poder (em especial a vinculação do biopoder ante o cenário posterior da cultura digital) com as técnicas de si, cabe ponderarmos que, para Foucault (2017), o sujeito não deve ser visto como dotado de uma essência, mas como um ser histórico e mais precisamente como uma forma, pois, assim, evita-se apreendê-lo como uma substância universal a despeito da visão moderna cartesiana que confere um novo sentido à vinculação entre conhecimento e verdade. À problemática do sujeito, Castro (2009, p. 407) corrobora que “O que Foucault entende aqui por ‘forma’ depende, precisamente, de que ela não é idêntica a si mesma. Com efeito, o problema do sujeito é, para Foucault, o problema da

história da forma-sujeito.” Disso decorre que o empenho de Foucault sobre a questão do sujeito perpassa os modos de sujeição e subjetivação os quais, por sua vez, ensejam uma coexistência. Em sua visão, o sujeito constitui-se com auxílio de práticas de liberdade, bem como perante aquelas ligadas à adequação para com a normatização e suas condições de dominação. Esta elucidação se vincula à visão trazida por Foucault sobre a subjetividade na qual a importância das práticas é realçada perante um sujeito que não é visto como universal, mas sim contingente:

Sou muito cético e hostil em relação a esta concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através de práticas de sujeição (assujeitamento) ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural. (FOUCAULT, 2017, p. 284).

É deste sentido que Foucault viabiliza a busca por uma compreensão do sujeito não necessariamente reduzida à explicação somente ligada aos mecanismos oriundos das relações de poder. Foucault (2017, p. 256) parte da subjetivação como “processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito” e esta concepção permite, por sua vez, um olhar distinto sobre a Antiguidade; o processo de subjetivação passa a ser visto como elemento recursivo capaz de pensar as práticas de liberdade como constituintes do indivíduo. No tocante ao posterior aprimoramento do interesse pelos processos de subjetivação que viabilizam a construção da subjetividade, temos que, nesta trajetória teórica de Foucault, em um primeiro momento, a governamentalidade auxiliou na reflexão sobre a importância do liberalismo e abriu caminho para postulação sobre a insurgência de um sujeito empresarial posto em conjunto com as tecnologias do poder²¹. No entanto, Foucault avança ao se servir da investigação sobre a conduta do sujeito no tocante às relações por ele estabelecidas com si mesmo, panorama em que a forma como este sujeito se conduz é observada à luz das relações éticas.

Nesse ponto, Foucault passa a se interessar também pelas artes relativas ao viver, ou seja, focaliza na estética da existência e na consequente apreensão da vida como obra a ser criada e aprimorada no decurso histórico. Para isso, amplia-se o foco mais em direção à subjetivação do que rumo aos modos de sujeição. Como recordado por Castro (2009), o assujeitamento remete à maneira como o indivíduo firma suas interações com as normas e se reconhece perante as mesmas, sendo este um ponto caro ao indivíduo como sujeito moral. Porém, no tocante às práticas nas quais o sujeito se volta para si, ou seja, quanto aos processos

²¹ Tal qual movimento extraído dos cursos do Collège de France de 1978 e 1979.

pelos quais este ser toma a construção de si (modos de subjetivação), a ética ganha seu protagonismo frente seu entrelaçamento com a liberdade.

Na perspectiva trazida por Foucault, importa aos gregos, em suas relações éticas, que as práticas de liberdade compreendam não se sujeitar plenamente ao outro, mas também não se comportar como ser determinado por uma relação com os outros. A questão da reflexiva prática da liberdade conjectura, portanto, uma forma de conduzir a si mesmo e a relação com os outros. É nesse ponto que o cuidado de si recebe especial enfoque em sua vinculação com o governo do sujeito, posto que “O cuidado de si mesmo foi o modo pelo qual os gregos colocaram a questão da liberdade como ética.” (CASTRO, 2009, p. 157). Foucault aponta que a ética tem sua forma através da prática da liberdade, oportunidade na qual o cuidado de si se apresenta como elemento caro à subjetividade:

O cuidado de si constituiu, no mundo greco-romano, o modo pelo qual a liberdade individual – ou a liberdade cívica, até certo ponto - foi pensada como ética. Se se considerar toda uma série de textos desde os primeiros diálogos platônicos até os grandes textos do estoicismo tardio – Epicteto, Marco Aurélio... - ver-se-á que esse tema do cuidado de si atravessou verdadeiramente todo pensamento moral. (FOUCAULT, 2017, p. 261-62).

Foucault (2002) expressa, inicialmente, no curso *Hermenêutica do Sujeito*, que a noção grega de *epiméleia heautoû* foi traduzida na cultura latina como uma ocupação, uma preocupação e, mais ainda, um cuidado que se tem consigo. Assim, esse termo foi tomado em sua conotação ética e visto perante sua dimensão de postura ativa, de inquietação e enfrentamento livre da passividade aplicável à vida política. É justamente desse dinamismo ético atinente ao processo de subjetivação que a condução da melhor relação estabelecida consigo provoca um aprimoramento da relação instituída com o outro.

Para realizarmos a problematização da apropriação atual deste modo de subjetivação no contexto digital - no tocante às pesquisas de Foucault sobre uma tecnologia que alcança as relações éticas - ficaremos adstritos ao diálogo com sua obra em um âmbito trazido por elementos da cultura antiga greco-romana. Por ser visto por esse pensador como idade de ouro da noção de cuidado de si, Foucault procura, entretanto, dar certa ênfase inicialmente à importância da *epiméleia heautoû* através do diálogo socrático *Alcebiades I*. Ali, este termo se vincula ao *gnôti seautón* (a saber, o conhece-te a ti mesmo advindo do oráculo delfico), sendo que as interações dialéticas de Sócrates reforçam a ocupação de si enquanto conectada (atrelada) ao cuidar de si e se exprime como atividade na qual se instiga o despertar da alma (FOUCAULT, 2002).

Ainda que a abordagem sobre a *epiméleia heautoû* se dê primeiramente através de um diálogo de Platão, o interesse por esta prática não se restringe à figura de Sócrates. Como apontado por Foucault (2002), a aludida noção também importa aos estoicos, cínicos e epicuristas, sendo que o cuidado de si aproxima a vida filosófica de dadas regras a ela associadas, ou seja, nele, a direção do olhar se atrela ao agir com viés ético em movimento que acarreta certa racionalidade moral. Foucault (2002) elucida que a observação daquilo que é viável deve servir para pautar a boa conduta de si, isto é, atender no controle do que se faz. Explana ainda que o interesse na Antiguidade pela liberdade reside fundamentalmente na busca por não se compreender como um escravo de si mesmo ou de seus desejos/paixões: disso se denota um olhar voltado para si como também uma atitude para consigo. É nesse sentido que, ao abordar a *epiméleia heautoû*, Foucault formula a compreensão de que até o século II, na cultura greco-romana, a conduta que se beneficia de uma ação e visão filosóficas é aquela ligada a um modo de ser que privilegia a relação consigo como um trabalho objetivado e a ser realizado:

Acredito que (...) nos gregos e romanos – sobretudo nos gregos -, para se conduzir bem, para praticar adequadamente a liberdade, era necessário se ocupar de si mesmo, cuidar de si, ao mesmo tempo para se conhecer – eis o aspecto familiar do *gnôti seautón* – e para se formar, superar-se a si mesmo, para dominar em si os apetites que poderiam arrebatá-lo. (FOUCAULT, 2017, p. 262).

Um dos pontos fundamentais apontados por Foucault quanto ao diálogo *Alcebiades I* está na ponderação de que o cuidado de si é uma atitude que viabiliza o acesso à verdade e propicia, conseqüentemente, o melhor governo de si para então, a partir desta etapa, bem governar a cidade conseqüentemente: “É preciso ocupar-se de si antes de colocar em aplicação o princípio délfico. O segundo princípio se subordina ao primeiro.” (FOUCAULT, 2014, p. 268). É nesse sentido que a insuficiência daquilo que se conhece (a exemplo da acentuação da ignorância de Alcebiades estimulada pelo método socrático) se mostra como um elemento fundamental para o despertar de si revelado como um acordar da alma. Apontamos que, nesse aspecto, Sócrates é aquele que zela pelo cuidado de si e por isso Foucault (2002) explicita que, no acenado diálogo, a busca pela verdade não se traduz meramente em elaboração de um projeto político para governar a cidade, mas um intuito pela atitude de distanciamento da ignorância: ocupar-se consigo é a própria atitude política em excelência.

Ainda que este mote do acesso à verdade esteja fortemente marcado na obra de Platão pelo dualismo presente no cerne de sua filosofia, o cuidado de si, especificamente em sua vinculação com a questão da alma, também permeia toda a Antiguidade ocidental com

nuances mais amenos. Para ampliar essa perspectiva, Foucault (2002) assinala que o cuidado de si se demonstra como elemento necessário para transformação do modo de ser do sujeito: ao ocupar-se de si esta atividade ligada à espiritualidade consolida a transmutação do sujeito, uma vez que esse passa a ter a condição de acesso à verdade. No entanto, esse pensador complementa que já no decurso do século I e II a atenção e um conjunto de práticas também passam a ser importantes (não necessariamente com foco no *gnôti seautón*). Dessa dinâmica decorre a ascensão de uma estética da existência caracterizada pela arte da condução do viver, cara aos pensadores Sêneca, Marco Aurélio e Epicteto, por exemplo. Da concepção da vida enquanto uma obra, o sujeito se transforma a partir do conjunto de práticas que compõem as tecnologias de si e que o distancia primeiro para, na sequência, o reaproximar de um retorno para si mesmo.

Assim, se Foucault evita uma noção universal para o sujeito é porque não pretende se aproximar da sua compreensão como substância ou tomado como essência. A sua apreensão sobre sujeito-forma parece estar, portanto, em compasso com o papel desempenhado pela alma-sujeito na *epiméleia heautoû*. Isso porque, como comenta Foucault (2002), o cuidado de si na Antiguidade greco-romana não abrange ocupação para com a alma-substância, mas sim se volta à alma-sujeito, posto ser esta sempre um “sujeito de”. Aqui, essa expressão é entendida como um “(...) sujeito de relações com o outro, sujeito de comportamentos e de atitudes em geral, sujeito também da relação consigo mesmo. E sendo sujeito, este sujeito que se serve, que tem esta atitude, este tipo de relações, que se deve estar atento a si mesmo.” (FOUCAULT, 2002, p. 53).

O que se assenta como um dos aspectos fundamentais para Foucault é que, no tocante ao cuidado de si, esta intencionalidade que coloca o sujeito (visto como forma) como um ser dotado de atitude e de ação pautadas pela postura filosófica é o foco aplicado por aquele. Como trazido por Foucault, através do exemplo de *Alcebiades I*, o cuidado de si faz, por sua vez, com que a alma seja o alvo deste trabalho importante para a boa condução da vida. Naquilo que concerne ao “si” deste cuidado, a alma é vista como sujeito de todo esse referido agir, posto que, ao ocupar-se consigo, acaba-se, consequentemente, por se ocupar da alma que se vale do corpo. (FOUCAULT, 2002). Desse ponto, emerge a necessidade por se compreender a maneira escolhida para se realizar a atividade de cuidar de si. Como fruto do apreço pela vinculação do autoconhecimento com o zelo da alma, ainda no marco histórico do cuidado de si trazido pelo platonismo, emerge a fundamentação do encontro do sujeito com este si ao qual ele se preocupa, posto que:

(...) para ocupar-se consigo, é preciso conhecer-se a si mesmo; é preciso olhar-se em um elemento que seja igual a si; é preciso olhar-se em um elemento que seja o próprio princípio do saber e do conhecimento; e esse princípio do saber e do conhecimento é o elemento divino. Portanto, é preciso olhar-se no elemento divino para reconhecer-se: é preciso conhecer o divino para reconhecer a si mesmo. (FOUCAULT, 2002, p. 66)

Através da metáfora do olho/espelho, Foucault (2002) explicita que encontramos, na Antiguidade ocidental (através do exemplo oriundo de Sócrates em sua vinculação *epiméleia heautoû* com *gnôti seautón*), que alma só pode se conhecer se o fizer como uma atividade. E esta ação, baseada em princípios constitutivos de uma racionalidade moral, se dá de maneira reflexa, posto se realizar como um olhar voltado ao espelho: cuidar de si perpassa conhecer a si mesmo através da preocupação com a alma que contempla o elemento divino (distante do corpóreo).

Notamos que dialética tenha sido um elemento importante para o cuidado de si e, em decorrência disso, segue-se a relevância da relação travada com o mestre - Sócrates é visto como exemplo cabal disso. O interesse pela atitude reflexa de um sujeito que tem preocupação com a alma, ao visar à contemplação do elemento divino, abrange, em Platão, tanto a esfera da compreensão da limitação da pedagogia (que implica a necessidade pelo cuidado de si a ser adotado em todas as situações) quanto o imperativo da presença de alguém que cuida da busca pelo cuidado de si – a saber, a figura do mestre (FOUCAULT, 2002). Através do viés trazido por Foucault (2002), temos que o cuidado de si é tomado desde o platonismo como uma forma de melhor estruturar as práticas de si: sua assimilação atribui um sentido distinto à ideia arcaica aos gregos de retiro e purificação (ambas importantes à alma), bem como confere um novo sentido (ligado à racionalidade moral) à relação de si como atinente ao contato com os demais. Na seara das relações éticas, este contexto traz esses elementos como componentes do início da história das técnicas de si, posto que:

O *êthos* também implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade ou nas relações interindividuais o lugar conveniente – seja para exercer uma magistratura ou para manter relações de amizade. Além disso, o cuidado de si implica também a relação com um outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade. Assim, o problema das relações com os outros está presente ao longo desse desenvolvimento do cuidado de si. (FOUCAULT, 2017, p. 265).

Nesse sentido, Foucault (2017) recorda que, na ontologia do cuidado de si alusiva à cultura greco-romana, a relação firmada com o outro se dá em decorrência daquela estabelecida primeiramente consigo: ao pautar-se por neste *êthos* que não inverte o outro à condição primária da boa conduta de si, acaba-se por viabilizar uma melhor conformidade do

bom governo de toda a comunidade (polis). Essa, aliás, no contexto que relaciona *epiméleia heautoû* com *gnôti seautón*, é uma consequência própria desta ocupação de si com ênfase conferida pelo platonismo.

Ainda assim não há, portanto, na Antiguidade, segundo Foucault, uma inversão do sentido da liberdade como elemento caro à conduta de si, no sentido de que essa não é concebida restritamente a partir das limitações trazidas pelo outro: a reflexão sobre a melhor conduta de si não se revela como amor irrestrito e demasiado a si mesmo ou ainda como concorrência frente outro sujeito que ameaça a boa conduta da própria vida. Isso seria inviabilizar o conhecimento e acesso à verdade, bem como tornar impraticável a estética do viver como uma condução de si livre do abuso do poder e da escravidão de si imposta pelo desejo de ser melhor que os demais.

A noção de *epiméleia heautoû*, entretanto, sofre com as mudanças socioculturais trazidas pelo período greco-romano no qual a sofisticação burocrática da vida em sociedade é apenas um de seus traços. Foucault (2014) aponta para uma nova forma de cuidado de si aprimorada no decurso dos séculos I e II através das técnicas de si as quais remetem à ação da ocupação de si mesmo através de práticas cotidianas específicas. Sobre esse aspecto, Foucault explana (2014) que o cuidado de si perpassa, por sua vez, sentidos diversos que guardam estreita proximidade: cuidar de si é também almejar pela boa organização da comunidade (corrente pitagórica), realizar uma atividade sem idade restrita (epicuristas), retirar em estado meditativo (estoicos). Assim, participação ativa frente a vida se vincula ao exercício da sabedoria prática, já que: “Esse tema do cuidado de si não constituiu um conselho abstrato, mas uma atividade difundida, uma rede de obrigações e de serviços que o indivíduo deve cumprir em relação à alma.” (FOUCAULT, 2014, p. 274).

A partir dessa linha de raciocínio, essas correntes do pensamento filosófico na Antiguidade redimensionam o cuidado de si como uma atividade a ser realizada por toda a vida: as práticas de si realizadas pelos estoicos e epicuristas, por exemplo, têm um cunho corretivo e almejam evitar desvios de conduta prejudiciais à alma, pois são ruins ao corpo (FOUCAULT, 2002). O viés de formação associado ao cuidado de si, tão fundamental ao platonismo, passa a ser posteriormente amenizado pela técnica advinda de um treinamento, isto é, de exercícios críticos, âmbito em que a possibilidade de escrever e reler as anotações compõe um traço de uma prática facilitadora da ocupação com si mesmo, conforme aponta Foucault (2002). Desse movimento decorre a ampliação da noção grega de ascese, posto que, “Com os pitagóricos, os cínicos e os estoicos, essa palavra começou a ser aplicada à vida moral na medida em que a realização da virtude implica na limitação dos desejos e renúncia.”

(ABBAGNANO, 2002, p. 83). Já que a prática da ascese se aproxima, em sua raiz etimológica, da ideia de treinamento e regras de vida, algumas formas ganham maior destaque, sendo a escrita de si uma técnica ímpar:

Nenhuma técnica, nenhuma habilidade profissional pode ser adquirida sem exercício; não se pode mais aprender a arte de viver, a *technê tou biou*, sem uma *askêsis* que deve ser compreendida como um treino de si por si mesmo: este era um dos princípios tradicionais as quais, muito tempo depois, os pitagóricos, os socráticos, os cínicos deram tanta importância. Parece que, entre todas as formas tomadas por esse treino (e que comportava abstinências, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncio e escuta do outro), a escrita – o fato de escrever para si e para outro – tenha desempenhado um papel considerável por muito tempo. (FOUCAULT, 2017, p. 143).

Na esteira de raciocínio, temos que a cultura de si desenvolvida na Antiguidade ocidental perpassa, portanto, a prática de exercícios diários e a preocupação com a melhor maneira de se enfrentar as dificuldades da vida (preparo para velhice) acarreta a ampliação das formas de relatos – mesmo que esses, à primeira vista, tratem de eventos alusivos às trivialidades cotidianas. Para além da importância da oralidade no método socrático ao qual *Alcebiades I* se encaixa, conforme aponta Foucault (2002), temos, em Marco Aurélio, um exemplo de como as anotações também passam a ocupar certo destaque; fruto desta perspectiva, se segue que “Cuidar de si caminha, doravante, com uma atividade de escrita constante.” (FOUCAULT, 2014, p. 275).

Ademais, tal qual o cuidado de si passou por mudanças no decurso da Antiguidade ocidental, a mesma alteração se aplica à questão do exercício a ele associado. Este dinamismo, no entanto, não se restringe somente àquele período histórico. No tocante aos desafios trazidos pelo uso das tecnologias digitais à ressignificação dos modos de ser, urge a reflexão sobre a apropriação do cuidado de si e seus desdobramentos no sujeito contemporâneo.

3.1 A exigência da visibilidade como desafio às artes de viver

Ao direcionarmos o olhar para o indivíduo integrado ao ciberespaço, portanto, *sujeito aos* cursos da cultura digital, uma nova perspectiva se desenrola ao ampliar os horizontes da subjetividade, haja vista a complexidade dos efeitos do uso das tecnologias digitais nessa esfera. Mesmo que fortemente interessado pelas relações de poder, o sujeito – tema principal da obra de Foucault – pode ser visto tanto pelo espectro das tecnologias do poder (mais especificamente sob a expressão tardia do biopoder) quanto pelas técnicas de si; essas com auxílio de parte do arcabouço teórico trazido por Foucault na década de 1980. As técnicas de

si têm seu alcance voltado para a relação constituída pelo sujeito para consigo como ser que participa ativamente da vida.

No trajeto traçado por Foucault em seus estudos, a reflexão sobre o sujeito inclui sua apreensão como ser que age, portanto, que produz conhecimento, como também que pratica o exercício do poder. Porém, ao fazê-lo, este sujeito (pensado por Foucault como forma), ao se situar em processos de subjetivação, acaba também por ser integrado aos processos de objetivação. Nesse viés, o sujeito que conhece e exerce o poder também é aquele que se vê enquadrado ao saber e ao poder que o classifica e define padrões e regras (objetivação). Assim, reforçamos que, na perspectiva de Foucault, o sujeito está localizado entre os modos de subjetivação e objetivação.

Ao alongarmos a reflexão sobre o sujeito como ser capturado de maneira eficaz pelas tecnologias digitais, aquele acaba por se tornar envolto à complexidade das relações de forças que alcançam os processos da constituição da subjetividade. Ao seguirmos por este panorama, extraímos, a partir dos pontos da explanação fomentada por Foucault sobre o cuidado de si na Antiguidade, um campo distinto e plausível para a reflexão sobre a ressignificação dos modos de ser no contexto digital – posicionando o jeito como o cuidado de si tem sido apreendido por técnicas e interesses próprios da cotidianidade do século XXI. Este movimento teórico pretende, então, partir do viés ético da conduta de si e suas práticas, campo que abrange em especial os modos de subjetivação.

No prisma da cultura de si trazida pelos gregos, ainda na civilização antiga, este ocupar-se consigo se distancia do foco prioritário da injunção do olhar trazida na atualidade sob a forma imposta pelas tecnologias digitais. Pelas razões já abordadas previamente, estas se dão centradas fundamentalmente na exposição constante de si e das relações sociais, posto se beneficiarem da apropriação da exibição do corpo. Agrega-se a isso que, tal qual desenrolado na cultura greco-romana, o cuidado de si não se traduz em culto de si, haja vista que se objetiva aprimorar as artes de viver sem que, para tanto, se reduza à celebração do desempenho produtivo do corpo para fins de consumo.

As tecnologias digitais apresentam e viabilizam distintas maneiras de elaboração da escrita sem que, para tanto, seja preciso restringir seu alcance à mera dimensão da pessoalidade. Como apontado por Lévy (1999), os aplicativos são programas que propiciam ao sujeito usuário a realização de serviços específicos importantes para si e aos demais, sendo que neles há a tendência cada vez maior de personalização das funções (mesmo que o usuário não conheça sobre programação). Ademais, ainda que se constituam como um espaço interacional fomentado pelo ato de escrever – por vezes digitalizado -, a possibilidade de

personalizar é limitada ao feitiço do uso. Essa personalização das funções através da abertura concebida pelos criadores de determinado *software* não ensina, necessariamente, na produção de conteúdos comunicativos que reflitam uma maior compreensão por parte do sujeito acerca da relação que ele tem para si mesmo.

Diferentemente deste contexto alavancado pelos dispositivos digitais que propiciam forças que alcançam os modos de subjetivação, especialmente na forma como o sujeito se comunica e conseqüentemente se torna visível, a cultura greco-romana da Antiguidade, por sua vez, fazia uso distinto dos registros escritos de si. Ao trazer exemplos dos meios empregados para as práticas de escrita de si nesse aludido período, Foucault apresenta que:

Os hypomnêmata, no sentido técnico podiam ser livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais que serviam de lembrete. Sua utilização como livro de vida, guia de conduta, parece ter se tornado comum a todo um público culto. Ali se anotavam citações, fragmentos de obras, exemplos e ações que foram testemunhadas ou cuja narrativa havia sido lida, reflexões ou pensamentos ouvidos ou que vieram à mente. (FOUCAULT, 2017, p. 144).

Ao colocarmos em paralelo esse exemplo e confiarmos nosso foco para o contexto digital, temos, nos computadores, um capital elemento para reflexão crítica. Estes utilizam a memória (um de seus componentes) para ler e gravar por um tempo curto ou prolongado as informações necessárias relativas ao funcionamento de determinada aplicação (LÉVY, 1999). Compreendemos que, perante as limitações do sujeito afeito à cultura digital e explorado constantemente por si dada à necessidade de melhor gestão de seus recursos pessoais, os dispositivos digitais (mesmo ao apresentarem bons suportes de memória) servem apenas como recurso técnico e artificial para a melhoria dos resultados produtivos do sujeito.

Notadamente, os *smartphones* e computadores pessoais atendem à comunicação em massa e troca de informações, entretanto, nessa dinâmica, eles acabam por serem usados como substituto para a memória humana que se mostra por vezes falha e limitada ante as interações sociais cada vez mais exigentes (como no caso do trabalho *home office* ou estudo remoto)²². Ao contrário do propósito central dos hypomnêmata – tal qual extraído da leitura de Foucault –, em um contexto bastante distinto como o relativo à cultura digital, os aludidos dispositivos digitais se diferenciam desses registros antigos, posto que as mídias digitais constituem-se em um campo para a execução de exercícios essencialmente pautados pela

²² Na perspectiva de Byung-Chul Han (2017), dentre os efeitos gerados ao sujeito do desempenho, maior explorador de si mesmo, a síndrome de *burnout* é um dos mais perversos; o esgotamento mental oriundo dos excessos trazidos pela exigência exagerada por alta produtividade é causado pelo próprio sujeito livre em obediência aos interesses e necessidades engendrados não por si, mas pelo capital. (HAN, 2017).

produtividade e consumo (e não necessariamente à prática meditativa ou contemplativa ainda que limitada).

Através desta contraposição radical da escrita nos diferentes contextos (antigo e contemporâneo), temos um exemplo palpável sobre quão impraticável pode ser a apropriação das formas de subjetividade travadas pela civilização antiga ocidental se forçadas forçosamente na atualidade ditada pelas inovações tecnológicas digitais. À luz do pensamento de Foucault, temos que o cuidado de si é uma ação que o sujeito trava quando da busca por constituir uma relação com si mesmo, sendo que a subjetividade resultante pode ser compreendida como uma expressão prática deste movimento intencional ativo empregado por aquele. A emergência desse modo de ser relativo ao cuidado de si é própria da maneira como se dá a atitude relacional do sujeito, portanto, não há que se esperar que o emprego da escrita, por exemplo, inspirado pela estética da existência das correntes filosóficas greco-romanas, se traduza literalmente no contexto digital como um resultado (subjetividade) necessariamente idêntico à civilização ocidental antiga. Tal inviabilidade é explicitada ao aproximarmos mais da importância da prática de si coligada à escrita no período da Antiguidade:

Não se deveria considerar os hypomnêmata como um simples suporte de memória, que se poderia consultar de tempos em tempos, caso se apresentasse uma ocasião. Eles não se destinam a substituir as eventuais falhas de memória. Constituem de preferência um material e um enquadre para exercícios a serem frequentemente executados: ler, reler, meditar, conversar consigo mesmo e com os outros etc. (FOUCAULT, 2017, p. 145).

A perspectiva distinta relativa ao contexto das tecnologias digitais é corroborada por Han (2020) a partir da premissa de que o trabalho desempenhado pelo sujeito não é fomentado por necessidades particulares, mas todo o labor realizado pelo sujeito de desempenho é criado pelo próprio capital. É por isso que “O capital representa uma nova transcendência, uma nova forma de subjetivação. Uma vez mais somos arremessados para fora do plano imanente da vida, no qual a vida se relaciona consigo mesma em vez de se sujeitar a um fim extrínseco.” (HAN, 2020, p. 17). Se na Antiguidade ocidental o cuidado de si se apresentava também como um trabalho do sujeito em relação com si mesmo, no qual a busca pela verdade se traduz em modos de subjetivação, para o contexto das tecnologias digitais fomentadas pelo neoliberalismo a relação do sujeito para consigo é cada vez mais esvaziada de sentido (e voltada para o capital). Sobre esse ponto, ainda que por uma via complementar, Dardot e Laval apontam em direção similar à esboçada por Han quanto à nova subjetivação impulsionada pela tendência neoliberal. Essa, ligada à formação do sujeito empreendedor de si mesmo, apresenta grande proximidade com o sujeito de desempenho

problematizado por Han (2017), posto que as tensões abordadas por ambos revelam-se aplicáveis à condução do comportamento humano:

A governamentalidade empresarial está ligada a uma racionalidade de conjunto que tira força de seu próprio caráter abrangente, já que permite descrever as novas aspirações e as novas condutas dos sujeitos, prescrever os modos de controle e influência que devem ser exercidos sobre eles em seus comportamentos e redefinir as missões e as formas da ação pública. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328)

Tanto Han quanto Dardot e Laval empregam a descrição “sujeito neoliberal” para se referirem ao ser resultante da constituição de modos de subjetivação validados por técnicas eficientes que focam no anseio individual por realização profissional a qualquer custo. Este fator, que abarca o elemento humano, o reduz à condição de projeto a ser constantemente aperfeiçoado, movimento em que emergem o sujeito de desempenho (HAN, 2017) ou ainda esse novo sujeito empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016). Ainda sobre os aspectos de aproximação entre estas perspectivas, a insurgência do sujeito influenciado pelos dispositivos digitais em seus modos de ser perpassa o emprego da técnica da condução da vida pessoal a partir da ideia de gestão de si.

No tocante à gestão da conduta, observamos seus desdobramentos em uma nova construção das relações éticas. Ligada à ditadura da transparência associada à exposição de si pela via da produção de dados pessoais na comunicação digital, segundo Han (2018), a intensificação da comunicação digital interfere na noção mental do sujeito sobre a distância entre aquilo que é público e privado. Como um dos frutos desta alteração da noção de espacialidade, segue-se a diminuição do respeito para consigo e aos demais, já que o esmorecimento dos valores interiores é validado pelo excesso do uso dos dispositivos digitais (HAN, 2018).

Esta influência da ideia de gestão de si através do paradigma da produtividade e desempenho também é pensada por Dardot e Laval (2016) em seu viés ético. No ponto de vista desses autores, a aproximação da esfera pessoal do sujeito em uma integração cada vez maior com os paradigmas empresariais faz com que este ser vivente veja suas potencialidades e particularidades como um capital humano a ser constantemente aperfeiçoado. Observamos que esta busca implica uma conduta ligada tanto à perspectiva de gestão de si quanto à necessidade de adequação ao padrão de relação consigo e com o Estado mediante um código de ética empresarial a ser seguido:

Estabelecendo uma correspondência íntima entre o governo de si e o governo das sociedades, a empresa define uma nova ética, isto é, certa disposição interior, certo ethos que deve ser encarnado com um trabalho de vigilância sobre si mesmo e que

os procedimentos de avaliação se encarregam de reforçar e verificar. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 332)

Nesse ponto, a ascensão da empresa frente os valores interiores (i.e. humanos) amplifica a correlação da forma como o sujeito conduz a si mesmo para com o código de gestão de si com viés empreendedor. Se no contexto da Antiguidade, o cuidado de si, paulatinamente, auxiliou na busca pela redução do domínio do sujeito frente seus desejos e paixões, no panorama da sociedade movida pelo uso intenso das tecnologias digitais, esse intuito de redução do domínio dos desejos se encontra mitigado pelo efeito de sua infraestrutura digital impelido à mente humana (especialmente no tocante à formação de afetos e emoções).

Para Han (2018), a mídia digital é essencialmente uma fonte de anonimato e com isso há a separação gradativa daquele que escreve (comunica) para com o que é escrito (comunicado). A escrita à mão ou realizada de maneira analógica, além de contarem com uma temporalidade distinta (não instantânea), trazem consigo o reforço do interesse pelo nome de quem a elabora: a transmissão desmedida de informação realizada pela comunicação digital faz com que suas mídias sejam propulsoras de afetos cada vez mais ruidosos (HAN, 2018). Este excesso de ruído comunicacional, quando vinculado à transmissão de afetos de maneira desmedida, dificulta o exame de consciência possível através da prática da escrita. É nesse sentido que o autoexame – como praticado na Antiguidade – acaba por se reduzir ao *êthos* da vigilância.

Ademais, à esteira do pensamento de Vaidhyathan (2011), a “*googlelização* de tudo” abarca uma dinâmica que cataloga infindáveis juízos, desejos e opiniões sobre o agir do sujeito, mas complementamos também que esta perpassa a forma como o sujeito enxerga a relação constitutiva de si mesmo, bem como as demais relações de poder que o circunda por todos os lados. Segundo Han (2018), a utilização do *Google Glass*²³, por exemplo, pode traduzir-se como um elemento no qual o sujeito se coisifica, posto que seus olhos, além de servirem à visão, também são criadores de imagens (digitalizadas). A transformação de si impulsionada pelas mídias digitais remete à alteração da constituição do pensamento, da sensação e do comportamento e um dos principais efeitos – para além da afetação das relações éticas – é a reificação do sujeito e a alteração da qualidade da relação de si viabilizada pela comunicação (HAN, 2018).

²³ Consideramos aqui como exemplo de dispositivo utilizado para visualização de conteúdo em diferentes mídias digitais, posto ser voltado para a percepção de elementos coligados à realidade virtual. Segundo Lévy (1999, p. 73), “a ‘realidade virtual’, no sentido mais forte do termo, especifica um tipo particular de simulação interativa, na qual o explorador tem a sensação física de estar imerso na situação definida por um banco de dados.”

Consideramos que Dardot e Laval (2016), ao apontarem o surgimento do sujeito do envolvimento total afetado em sua economia psíquica pela diretriz da gestão da conduta humana, apresentam-se como teóricos que caminham em paralelo àquilo que Han (2020) acredita ser constituinte de um novo sujeito (do desempenho): este como ser influenciado em sua atenção total frente a maximização do potencial humano produtivo a ser explorado livremente por si mesmo. O foco na economia psíquica materializado pelo uso das tecnologias digitais é o resultado deste movimento que não se traduz somente nos modos de subjetivação da atualidade. Este efeito também reflete rumo ao destino ainda mais drástico: à dinâmica em que a ocupação para si mesmo é desconfigurada do viés empregado pela cultura antiga greco-romana ao cuidado de si.

Para Dardot e Laval (2016), a gestão de si concebida através da aproximação do sujeito aos valores e paradigmas empresariais faz com que a vida humana se reduza a um projeto a ser idealizado desde a infância e efetivado em resultados palpáveis na vida profissional. É nesse ponto que se torna possível a abertura da quantificação de si a partir da ampliação da importância das relações de si projetadas ao futuro. Um projeto de vida interligado ao saber oriundo da prática corporativa faz com que a empresa seja alavancada ao status de recinto máximo da formação humana. (DARDOT; LAVAL, 2016). Esta ascense do desempenho, na qual o sujeito em formação se conduz a partir dos valores empresariais, tende a ser alavancada pelas mídias digitais pelas razões supramencionadas, porém, as práticas antigas abordadas por Foucault (como aquelas que remetem ao autoexame a partir de exercícios a serem vivenciados) não se confundem com este pressuposto:

A assimilação das práticas de gestão às práticas antigas é, evidentemente, um procedimento falacioso, que visa dar-lhes um forte valor simbólico no mercado de formação de assalariados. O que é suficiente estabelecer aqui é que a ascense da empresa de si mesmo termina com a identificação do sujeito com a empresa, deve produzir o que chamamos antes de sujeito do envolvimento total, ao contrário dos exercícios da cultura de si mesmo dos quais trata Foucault, cujo objetivo é estabelecer uma distância ética em relação a si mesmo, uma distância em relação ao papel social. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 339).

No cuidado de si, a ação do sujeito ativo, que almeja constituir a si mesmo, propicia a sua transformação em objeto, porém, no contexto digital, as forças que permeiam os modos de subjetivação e sujeição esmorecem a liberdade do sujeito à medida que o cuidado de si se reduz à ideia de culto de si vinculado ao excesso de visibilidade do sujeito e ascense empresarial, esta última tal qual formulada por Dardot e Laval. Mesmo que o sujeito seja estimulado desde a tenra idade a elaborar seu próprio projeto de vida (como no caso do componente curricular escolar “empreendedorismo e projeto de vida”), esse não tem sua

criatividade exaltada em sua plenitude máxima ao ponto de ser o criador de suas próprias regras sem herdar suas práticas relativas à subjetividade.

Ao buscar ampliar a compreensão sobre as práticas de si realizada pelo sujeito, Foucault (2017, p. 269) explana que estas “São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social.” Nesse ponto, encontramos um pressuposto para a transformação da ascese das artes de viver da Antiguidade em ascese do desempenho empresarial: por ser naturalmente imposto pela sociedade, o sujeito que não se percebe plenamente explorado por si acaba por ser alcançado pelas práticas e forças que compõem os processos sutis através dos quais este ser constitui seu próprio eu. Apontamos, finalmente, a dificuldade imposta à ressignificação dos modos de ser no contexto digital, visto que este empecilho reside, em grande parte, na redução dos pontos de resistência do sujeito livre e apropriação do cuidado de si como ocupação/gestão de si mesmo estimulado pelas mídias digitais – o que acaba por enfraquecer modos distintos de constituição do eu através das práticas de liberdade.

Sobre a ampliação da questão da direção da conduta de si e do outro, temos que, para Foucault (2017), as relações de comunicação e econômicas, por exemplo, ambas dotadas de mobilidade e instabilidade decorrentes das formas de resistência, traduzem-se, por sua vez, como relações de poder; estas são possíveis devido ao fato de o sujeito ser livre. A redução da liberdade através da ascese do desempenho empresarial e a exploração constante de si em prol da produtividade constante, quando convertidas e materializadas no uso dos dispositivos digitais influenciados pelos valores da concorrência e competitividade, acabam por condicionar a mobilidade e instabilidade das relações. Nesse aspecto, dois pontos se revelam fundamentais: as inovações tecnológicas aplicáveis à comunicação digital, que prezam cada vez mais pela condição móvel, e as relações econômicas instáveis desempenhadas no ciberespaço, que se mesclam a estas características componentes das relações de poder. É esta dinâmica que contribui significativamente para o auxílio da mitigação da ressignificação dos modos de ser por parte do sujeito que se sente mais livre do que realmente possa ser.

A ponderação de Foucault (2002) sobre a natureza da prática de si serve como elemento que corrobora a falaciosa apropriação da mesma como ocupação de si para alto desempenho e boa gestão do capital humano. Esta deturpação do cuidado de si, impulsionada no contexto digital, por exemplo, se associa ao pleito do apreço pela resiliência supostamente ampliada pelo exercício cotidiano advindo dos preceitos das correntes filosóficas da ética prática antiga:

Na prática de si que vemos desenvolver-se no decurso do período helenístico e romano, ao contrário, há um lado formador que é essencialmente vinculado à preparação do indivíduo, preparação não para determinada forma de profissão ou de atividade social: não se trata como no *Alcibiades*, de formar o indivíduo para tornar-se um bom governante; trata-se, independentemente de qualquer especificação profissional, de formá-lo para que possa suportar, como convém, todos os eventuais acidentes, todos os infortúnios possíveis, todas as desgraças e todos os reveses que possam atingi-lo. Trata-se, conseqüentemente, de montar um mecanismo de segurança, não de inculcar um saber técnico e profissional ligada a determinado tipo de atividade. (FOUCAULT, 2002, p. 85-86).

No contexto digital, diversas técnicas são apresentadas ao sujeito como mecanismos para a superação dos infortúnios através do exercício da resiliência – mesmo que adaptada do estoicismo, por exemplo, aos moldes do discurso do empreendedorismo. O treinamento da inteligência emocional, através de determinadas programações neolinguísticas ou pela via das palestras motivacionais concebidas por gurus ou ligadas ao *coaching*, é exemplo da vinculação da liberdade com a exploração de si mesmo feita pelo sujeito de desempenho (HAN, 2020). Estas técnicas sutis de fortalecimento do sujeito pela promoção da figura do mestre desfigurado na condição de suposto mestre da resiliência também remetem à ascese do desempenho empresarial de si, como apontado por Dardot e Laval (2016). Assinalamos, a partir desta esteira de raciocínio, que *websites* e perfis nos aplicativos Instagram e YouTube, ao explorarem e fragmentarem o cuidado de si da Antiguidade ocidental, acabam por se constituírem também como técnicas falaciosas associadas à prática de si²⁴. A exploração do *êthos* estoico como elemento ligado ao fortalecimento de si perante as adversidades da efetivação do projeto de vida faz com que o papel da autoajuda e do *coaching* ganhe força e validade através das mídias digitais. Passamos, portanto, neste momento, a compreendê-las como ferramentas da ascese empresarial.

Dessa forma, reforçamos alguns pontos sobre como o cuidado de si foi tomado pelo estoicismo naquilo que tange à abrangência de exercícios ligados à boa conduta de si. Como apontado por Marín-Díaz (2015), alguns dos exercícios voltados à alma e atinentes à conduta de si mesmo se traduzem como constitutivos de um modo de ser que visa desenvolver o domínio dos desejos (paixões) para melhor superar a si mesmo. O exame de consciência como prática de si, cara ao estoicismo, necessita de técnicas para seu exercício, como a escrita e a

²⁴ A obra *Diário Estoico: 366 lições sobre sabedoria, perseverança e a arte de viver* (2022), de Ryan Holiday, apresenta-se como um guia prático voltado a compilar a sabedoria do estoicismo e interpretá-la à luz das intempéries do cotidiano do século XXI. Este guia é dividido em três partes (disciplina da percepção, disciplina da ação e disciplina da vontade). Ao exercício destas disciplinas organizadas metodicamente de acordo com os meses do ano, o guia prático realiza a apresentação de alguns fragmentos originais de Marco Aurélio, Sêneca e Epicteto para que estes se deem acompanhados de uma reflexão “atualizada” ao cotidiano contemporâneo. Cada dia específico é seguido por uma lição estoica a qual serve para a potencialização do exercício de uma dada disciplina: todas aquelas com o propósito final da clareza dos estados mentais, alinhamento do propósito das ações com a vontade interior e sabedoria prática para enfrentar as adversidades da atualidade.

leitura na qual os hypomnêmata guardam especial importância (MARÍN-DIAZ, 2015). A ascese antiga está ligada a uma atitude reflexiva na qual a atenção revela-se, por sua vez, atrelada à direção espiritual, por exemplo.

Consideramos que a vigilância, quando associada à ideia de exibição do corpo e constatação atenciosa pela via dos aplicativos que compilam dados acerca da realização de um objetivo profissional, acaba por se distanciar da prática de si antiga ao se aproximar mais de uma caracterização de um culto de si. Isso se deve ao fato do uso das tecnologias digitais servirem, quando feito pelo sujeito do desempenho (HAN) para a gestão de si (DARDOT; LAVAL), mais ao sujeito usuário do que à alteridade. Ponderamos que, através da técnica da autoajuda²⁵, obras literárias com escritos pessoais repletas de notas previamente elaboradas e destinadas ao menor esforço por parte do leitor para reflexão acabam por serem tomadas por este sujeito como um conjunto doutrinal – propósito que se distancia dos hypomnêmata dos gregos. Correlata a este ponto, encontramos, em Foucault (2002), a elaboração de que:

Sêneca, expressamente, dá lições a Lucílio, mas, ao fazê-lo, utiliza seus *hypomnemata*. Tem-se a impressão, a todo instante, que ele se serve de uma espécie de caderno de notas para relembrar as leituras importantes que fez, as ideias que encontrou, as que ele próprio leu. Utiliza-as e utilizando-as para o outro, colocando-as à disposição do outro, reativa-as para si mesmo. (FOUCAULT, 2002, p.322)

Como indicado por Marín-Díaz (2015), nas práticas de si, o emprego da palavra se dá como ferramenta dialógica, ou seja, em seu propósito terapêutico, acabando por viabilizar uma troca na qual serve tanto para si mesmo quanto para o outro. Este movimento não necessariamente é respeitado no ciberespaço, haja vista que os dispositivos digitais voltados para o fundamento da mobilidade acabam por viabilizar uma aceleração prejudicial à atenção, contemplação e meditação. É nesse sentido que o *big data* pode também vir a se constituir como elemento condicionante aos modos de ser, posto que “A própria *pessoa* se positiva em *coisa*, que é quantificável, mensurável e controlável. Nenhuma coisa, porém é livre: todavia é *mais transparente* que uma pessoa.” (HAN, 2020, p. 23). O cuidado de si, vinculado ao

²⁵ Na obra *Diário Estoico*, cada fragmento é acompanhado por um comentário alusivo à praticidade da vida cotidiana do século XXI. Em sua estrutura literária, os trechos filosóficos importantes à composição deste guia prático correspondem a determinado dia e classificado ante dado mês destinado à certa disciplina. Como exemplo, encontramos, no dia 22 de janeiro, o tema “A revisão do dia” alusivo a Sêneca, Cartas Morais, 83.2. Sugere-se, neste trecho do *Diário Estoico*, que o leitor siga com a elaboração de um diário (digital ou redigido à mão) para o fim da realização da meditação sobre os acontecimentos do dia: “Fazendo o esforço de registrar tais pensamentos, você fica menos propenso a esquecê-los. Mais um benefício: você acumulará uma boa quantidade de registros para acompanhar seu progresso também.” (HOLIDAY, 2022, p. 47). Ponderamos que a quantificação dos acontecimentos em um arquivo de computador viabiliza a compilação de dados associados à perspectiva de progresso idealizado na figura de um projeto de vida. Disso decorre uma aproximação da ideia de produtividade fruto da aferição dos resultados e um consequente distanciamento de qualquer finalidade terapêutica voltada ao aprimoramento da alma frente os desafios dos desejos e paixões.

paradigma da gestão de si, acaba por se tornar fundamentalmente uma forma de objetivação na qual a transformação do sujeito encontra-se enfraquecida em suas resistências.

Segundo Han (2020), a psicopolítica aniquila a alma, posto que, ao fomentar a lógica da vigilância constante, aprimoramento das habilidades pessoais e otimização do desempenho, acaba por atingir por inteiro a esfera da economia psíquica do sujeito. Han confere uma importância substancial aos cálculos e prognósticos oriundos do *big data*, sendo esse um elemento que o caracteriza como distinto da biopolítica. Ainda que Han se esforce mais em sugerir que a biopolítica pensada por Foucault não se mostra plenamente atualizada a análise do contexto no qual o sujeito neoliberal está inserido, consideramos ser possível extrair de sua argumentação a sugestão de uma nova forma de governamentalidade, sendo essa fortemente associada às mídias digitais tidas como veículos da difusão dos afetos (momentâneos, por natureza) e da positividade:

Fazer de si uma obra de arte é uma aparência bela e enganosa que o regime neoliberal mantém para explorá-lo por inteiro. Não se apodera do indivíduo de maneira direta. Em vez disso, garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade. Aqui coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração. Esse estreitamento entre liberdade e exploração na forma de exploração de si escapa ao pensamento de Foucault. (HAN, 2020, p. 44).

Han fundamenta sua discordância com Foucault no que tange à razoabilidade da biopolítica para a análise da sociedade movida pela comunicação digital através do dataísmo. Na perspectiva de Han (2020), a biopolítica tem seu foco no controle estatístico da população, preferindo traduzir-se como uma governamentalidade centrada na regulação da vida – o que se remete ao enfoque no elemento corporal, posto o interesse pelas taxas de natalidade e mortalidade, por exemplo. Para Han (2020), a psicopolítica revela-se mais apropriada ao contexto da comunicação digital em massa devido ao seu interesse pelo *big data* que, em sua visão, confere uma compilação estatística mais completa, posto tratar tanto do controle populacional quanto da esfera da psique individual - o que configura o dataísmo.

Discordamos dessa visão de Han que se apresenta em oposição à Foucault, pois consideramos que só é possível conceber e tratar da seara da psicopolítica porque a governamentalidade biopolítica revela-se como um elemento de análise sólido para se pensar a condução da população. A crítica de Han reside em sua aposta no interesse do neoliberalismo pela mente humana em detrimento do corpo. No entanto, esta espécie de dualismo corpo/mente manifesta-se problemática, posto que os valores empresariais impostos ao sujeito através de artifícios sutis como as mídias digitais se beneficiam também da alteração da noção de espaço e tempo através da modificação da percepção visual. A

dependência aditiva ao uso das mídias digitais se deve, em grande parte, ao condicionamento do corpo e não somente à apropriação da mente humana (no tocante aos afetos). Postulamos, portanto, que os dispositivos digitais não só se apropriam da atenção do sujeito, mas, quando o fazem, acabam por tomar para si todo o aparato biológico da visão (como no caso do *Google Glass*, apontado por Han como elemento de coisificação do homem).

A psicopolítica formulada por Han tem seu interesse não no controle estatístico do elemento biológico, mas o concentra no grande volume de dados (*big data*), os quais se revelam carentes de sentido devido à impossibilidade de construção de uma narrativa sobre o sujeito. Uma das decorrências do efeito psicopolítico no comportamento humano está na quantificação do eu através das tecnologias digitais:

O lema do *quantified self* é: *self knowledge through numbers* (“autoconhecimento através de números”). Por mais abrangentes que eles sejam, dados e números não produzem autoconhecimento. Os números não contam nada sobre o eu. Não há uma narrativa. Mas o eu se deve a uma narrativa. Não a contagem, mas a narrativa é que conduz ao encontro de si e ao autoconhecimento. (HAN, 2020, p. 84).

É nesse sentido que a constituição de si através de técnicas relativas à autoajuda mostra-se esvaziada em seu propósito, como no caso da utilização de guias de vida com fragmentos de sabedoria prática antiga. Segundo Han (2020), a otimização do desempenho através de técnicas de gestão das capacidades humanas acarreta a transformação do sujeito em um objeto a ser explorado: a lógica do empreendedorismo de si reduz a vigilância da consciência de si à esfera da exposição maximizada dos hábitos diários, contexto no qual o próprio ser humano se transforma/coisifica em seu panóptico particular.

3.2 O olhar sobre a mediação imposta pela tecnologia digital

A reflexão crítica sobre os desafios trazidos pelo contexto pandêmico atual implica dada exigência por uma constante atenção às multiplicações das formas de se expressar via linguagens midiáticas afeitas à comunicação interacional em rede. Este olhar crítico, que dirige sua atenção às mídias digitais e por elas é direcionado a um posicionamento perante os fatos da vida cotidiana, acarreta um complexo jogo que altera as interpretações tanto formuladas pela mente quanto estimuladas pelo auxílio do corpo.

Neste cenário cultural tomado como necessário ou urgente, dadas as ameaças impostas ao uso da imaginação e dos sentidos agora contagiadas em escala global, uma situação paradoxal se apresenta ao sujeito. Por um lado, há a aparente exaltação do olhar que se

encanta pelos brilhos dos fluxos incessantes imagéticos, mas por outro emerge a exaustão da visão que se cansa frente o desgaste imposto ao sujeito pelas representações do mundo exterior no formato de imagens alavancadas pelas variadas mídias – em especial, a digital. Sob esse prisma dicotômico de exaltação e exaustão da capacidade visual, partimos da premissa de que semelhante contexto social revela-se ainda vinculado à aceleração dos processos de aprendizagem via uso massivo e generalizado de plataformas de comunicação conectadas em rede.

Esta dinâmica intensificada e imposta ao olhar tem, nas mídias digitais, um campo de análise peculiar, haja vista as constantes mudanças que são próprias da condição das plataformas comunicacionais em si. O olho focado em vídeos aleatórios reproduzidos através do YouTube e TikTok, por exemplo, é aquele tensionado pela relação entre imagem e sujeito em um panorama determinado pela modificação na relação entre a imaginação e o sentir. Nesse processo, emerge a consequente hipótese de alteração da fruição estética do sujeito no qual Mario Perniola e Byung-Chul Han apresentam contribuições por meio de pontos de partida que lhe são particulares. Para a convergência crítica sobre a temática advinda desses pensadores, torna-se necessária a pontuação sobre a condição própria das plataformas comunicacionais digitais e o papel marcante desempenhado pelos computadores na interação social.

Recordamos que, segundo o pesquisador Benjamin Loveluck (2018, p. 65), é ainda na década de 1960 que os computadores passam a ser tomados como máquinas que funcionam em prol do indivíduo em âmbito tal que enseja sua condição de artifício criado para comunicar sobre temas diversos relativos ao humano, ponto este capaz de transformar a dinâmica social sem, necessariamente, estar associada à lógica da alienação do indivíduo. De uma matriz genealógica que toma o computador como objeto destinado ao cálculo para além das limitações do sujeito advém - ainda naquele contexto do início da segunda metade do século XX - a percepção de um potencial nestas máquinas de funcionarem como vetores comunicacionais de amplo alcance capazes de libertar o pleno potencial humano. Desse ponto seminal, emerge uma posterior perspectiva digital difundida no século XXI na qual diversos dispositivos como *smartphones*, *tablets* e *notebooks* viabilizam plataformas que abrigam traços da emergência criativa da imaginação do sujeito já sob a forma de elaborações de conteúdos imagéticos.

Notamos, portanto, que a perspectiva digital atual problematiza a subjetividade perante reflexões sobre a existência concreta de situações cotidianas de dominação ou liberação (como no trabalho dependente de máquinas digitais ou a fruição artística via artifícios

computacionais), entretanto, esta magnitude foi gestada ainda nas décadas de 1960 e 1970 pela lógica da autonomia do indivíduo, na qual a compreensão da informação e da comunicação é tida como vetor de modificações sociais e culturais substanciais em que a alteração dos valores humanos, a saber, o convívio, interação e acessibilidade universal foram amplificados²⁶. (BARDINI apud LOVELUCK, 2018, p. 65-66).

Como sublinhado por Loveluck (2018, p. 79), as redes sociais representam uma conceituação ligada aos vínculos dos sujeitos coligados à rede mundial de computadores nos quais as cooperações e interações diversas modificaram o senso de comunidade e sociedade à medida que todas as práticas *on-line* ali realizadas passaram a servir como norteadoras para novas socializações no mundo material. Estas mudanças, intensificadas a partir de meados da década de 1990 e amplamente usadas no contexto pandêmico relativo ao vírus SARS-CoV-2, geraram alterações substanciais em searas como entretenimento e educação na medida em que o uso de mídias, como o YouTube, agora são também empregadas sob a lógica de ferramentas a serviço do ensino e aprendizagem. Insurge assim o questionamento acerca da experiência de aprendizagem ser mais vívida quando realizada por meio de recursos audiovisuais impulsionados pelas telas dos dispositivos digitais. Então, perguntamos se a capacidade de pensar esta problemática através de fluxos imagéticos implica um novo sentir, bem como uma distinta compreensão sobre a Estética advinda das telas brilhantes.

Notadamente, a partir da verificação de um cenário lentamente aprimorado desde a década de 1960 e que culminou na condição de um sujeito fragmentado e padronizado em sua relação com o meio, tem-se o fruto das mudanças de valores impulsionadas por uma elaboração de uma cultura digital gradativa. Emergem as situações-problema vinculadas às práticas de ensino e aprendizagem no âmbito escolar, a reflexão prévia sobre a liberdade ou aprisionamento do olhar em uma condição advinda da mediação dos dispositivos midiáticos para com a experiência sensível.

O filósofo Mario Perniola, ao analisar as manifestações sociais que permeiam a contemporaneidade, indaga sobre o curso dos acontecimentos a partir da supramencionada década e parte da compreensão de que uma nova forma de poder passa a recair sobre o ser posto em relação com os fenômenos: o primado do já sentido em sobreposição ao que se

²⁶ Aferimos que o anúncio da mudança de direção rumo ao Metaverso, em 2021, pela plataforma Facebook clama pelo uso destas máquinas como veículos de uma experiência virtual ainda mais vívida na qual a observação de uma experiência de forma comunicacional remota se dá através das janelas destes dispositivos digitais, mas não por estes são plenamente limitadas: um dos objetivos com o prenúncio do Metaverso é alterar a sensação de presença e mudar a imaginação do todo rumo a um fazer sentir que independe das limitações espaciais e temporais fragmentadas.

poderá vir a sentir, bem como a aurora de uma época estética na qual a sensologia ganha tónus ante a ideologia e a burocracia.

Segundo Perniola (1991), se em tempos anteriores (séculos XIX e primeira metade do XX) a ideologia culminou em carente visão crítica e falsa tomada de consciência do sujeito sobre si mesmo, é na época vigente que se tem a marca de uma dinâmica peculiar que se beneficia de uma dimensão do anônimo e impessoal na qual a socialização dos sentidos coloca as concepções de mundo dos sujeitos acima de qualquer ponderação ou suspeita eventual. Ao problematizar a época que se apropria do sentir, Perniola almeja compreender a socialização do sentir do sujeito em relação com os objetos fenomênicos os quais já se apresentam como dados previamente pela impessoalidade típica de vetores comunicacionais midiáticos. Nesse âmbito, os modos de ser da contemporaneidade parecem estar mais coligados a uma forma de poder emergente que se nutre do sentir e que menor ênfase confere ao agir e ao refletir.

Nessa esteira de raciocínio, Perniola compreende, portanto, que dois quase poderes tomam vez em sobreposição à ideologia e burocracia. Para esse pensador (1991), a sensologia pode ser tomada como a socialização dos sentidos na qual o olhar, tatear e ouvir se dão como presença constante na apreensão dos fatos. À socialização não mais do pensar e do agir, mas do sentir, soma-se a mediacracia, a saber, a antecipação do sentido através de uma mediação que altera a dinâmica do sentir ao conseguir transferir a sensibilidade para aparatos afetados pela impessoalidade (PERNIOLA, 1991). Ou seja, na perspectiva apresentada pelo filósofo, esta época é estética, pois o primado da percepção dos sentidos confere força às formas da sensibilidade, mesmo que essas sirvam como experimentações do mundo esvaziadas de novidade e empolgação: o que se dá, portanto, é o fenômeno apreendido pela sensibilidade sob a ordem do já sentido.

O entusiasmo pelas distintas possibilidades de estímulo à experiência perceptiva através de práticas *on-line* nas variadas atividades laborais – o que se inclui a seara educacional - parece apontar na direção de um papel de protagonismo dos meios de comunicação nas relações sociais. Porém, como alerta Perniola (1991), os meios de comunicação em massa seguem uma condição não exatamente restrita ao comando dos fenômenos em si (acontecimentos e objetos, por exemplo), mas sim a de estar ligada à obediência à sensologia e mediacracia, uma vez que a transferência da sensibilização pela via do já sentido ocorre mediada por artefatos anônimos e impessoais. À luz do pensamento desse autor que problematiza a socialização do sentir ao colocar o pensar e o agir como mitigados em sua relevância na atualidade, o que os agentes criadores das novas tecnologias

ambicionam é a efetiva apropriação não das ações, mas das capacidades perceptivas e sensitivas.

Ora, as imagens reproduzidas no YouTube, por exemplo, capturam os olhares, apresentam-se ao alcance dos dedos e por vezes aguçam o paladar e a audição sob a lógica de uma reprodutibilidade incessante dos conteúdos. Somam-se a isso as promessas do Metaverso de um futuro próximo, no qual as interações humanas não sejam limitadas aos quatro cantos das telas, mas provocativas ao ponto de fazer o sujeito “sentir como se o distante estivesse aqui e agora”. O que este recorte aponta é uma sociedade já ditada pela crise do pensamento e elevação dos sentidos (em especial a visão), o que a influência do pensamento de Perniola denota uma dinâmica de uma sociedade guiada pela Estética de tudo já ter sido apresentada à experiência humana, pois efetivamente posto e consequentemente já sentido. A este panorama emerge outro ponto de tensão: sujeitos que carregam consigo telas dos dispositivos digitais móveis se confundem ao ponto da apresentação do já sentido não mais viabilizar a esfera da interioridade individual? Manusear telas interativas espelhadas ligadas em rede e olhar estes espelhos reduz os sujeitos à condição existencial catóptrica?

Para Perniola (1991), a transferência advinda da mediocracia joga o sentir, tudo o que é tocado e visto para o exterior e, em contraponto nesta dinâmica catóptrica, o sujeito reificado aos moldes da lisura da reflexão especular recebe de volta sentidos reflexos como um espelho que mira outro espelho, sendo, por isso, incapaz de discernir e se apropriar dos elementos positivos e negativos da existência mundana. Os desafios de um prisma pós-moderno destruíram o efeito do espanto, pois tudo obedece aos ditames do já sentido e, portanto, apresentam-se como algo de monótono ao sujeito carente de si e do outro, incapaz de discernir o positivo e o negativo (a redenção e a ameaça). A estetização da realidade social dá vazão a uma época em que o sensível merece ser repetido incessantemente, haja vista a urgência de socializar a esfera afetiva já concebida previamente, restando ao sujeito apenas a assumir. (PERNIOLA, 1991).

Ainda perante o enfoque nas marcas da sociedade contemporânea e seu apreço pela experiência estética, Byung-Chul Han parte de uma construção teórica que comunga com a compreensão de Perniola na qual a reflexão crítica encontra-se em crise. Entretanto, Han (2019) compreende que a Estética da atualidade prioriza a positividade exasperada ao ponto de surgir uma intolerância ao negativo, distinto, avesso ou contrário. A problematização de Han acerca da estética do liso parte da compreensão de que o belo é concebido na sociedade avessa à negatividade como um artifício para a autoafirmação do sujeito à medida que as telas *touchscreen* abolem o estranhamento causado pela alteridade. Assim, o sujeito que evita a

negatividade tende a esvaziar a intencionalidade das relações com o outro e suas imagens, posto que o valor da subjetividade se dá pela lógica de adesão plena às manifestações sociais de fuga ao diferente que impele, por sua vez, em dor e estranhamento.

Depreendemos que a comunicação em massa na perspectiva digital viabiliza a aceleração desta lógica da positividade questionada por Han ao passo que *smartphones*, *tablets* e computadores pessoais, alimentados por dados referentes aos interesses, preferências, embates psicológicos e compleição física, implicam uma tendência que modifica os modos de ver e de sentir. Ante esta sujeição que filtra o contato com os acontecimentos, objetos e sujeitos pelas formas de comunicação ordenadas pelo âmbito digital, Han (2019) concerne que o estímulo ao tato e à visão imposto pelas superfícies lisas das telas dos dispositivos torna estéril qualquer potencial de modificação da realidade oriundo do olhar crítico, haja vista o esvaziamento de momentos que contribuam para a contemplação do real.

Sobre este ponto criado pela visibilidade excessiva, Han (2019) alerta sobre a impossibilidade da experiência real do belo, restando ao ser carente de negatividade esvaziar de sentido ou significação os acontecimentos, haja vista a imposição da previsibilidade, controle e agradabilidade próprios da estética do liso que afetam o olhar treinado ao igual e o tato voltado à confirmação do mesmo. Assim, neste panorama pensado por Han, seria a comunicação realizada com as plataformas digitais o principal elemento de intersecção das capacidades de pensar e agir com o sentir? À reflexão soma-se que a homogeneização do pensar e agir ao alcançar a esfera do sentir pode, potencialmente, modificar a maneira como o sujeito percebe a si mesmo.

Byung-Chul Han (2019) revela-se inclinado a considerar que junto ao desprezo e aversão por tudo aquilo que represente a negatividade surge também uma estética do agradável a si mesmo, pois consumível e capaz de criar contextos de autoafirmação, mesmo que na esfera trazida por um mundo conectado em rede e autoespelhado permanentemente. Para Han (2019), este objetivo pelo endosso de si culmina na substituição da alteridade e numa rede cada vez mais densa na qual a retina digital dos sujeitos observa a interação com o mundo a partir da lógica da redução a uma simples imagem numa tela controlada. Tanto Perniola quanto Han consideram que a Estética se encontra como uma prioridade em meio à crise da Ética, uma vez que as relações sociais estão menos limitadas em seu agir e pensar dado o primado do sentir. Ou seja, ainda que por caminhos diferentes, esses pensadores abandonam o paradigma do dever de uma sociedade disciplinar e partem para uma análise centrada na lógica do poder para refletir acerca dos impactos na experiência sensorial.

Aos desafios de uma Educação afetada por fluxos imagéticos constantes, Han (2019) nos entrega uma pista através do exemplo da releitura da escultura intitulada *Balloon Venus* de Jeff Koons, a qual as superfícies lisas e espelhadas refletem o sujeito que se espera vir para assim se engajar no que é seguro e ali se conectar numa relação com o mundo que é alheia à alteridade. Consideramos, a partir desses elementos expostos, que a estetização da sociedade culminou em novas formas de sentir na qual o reflexo de um mundo espelhado dificulta a naturalidade da reflexão crítica capaz de ultrapassar as limitações do raso e os limites do superficial. A estética do liso e a socialização do sentir culminam em uma relação monótona com o mundo exterior dado o desinteresse por aquilo que é arrebatador e desconfortável ao olhar desatento. Assim, postulamos, a partir dos pontos trazidos por Perniola e Han, que os meios de comunicação, ao mediar a relação com os fatos, acabam por agir também como vetores de antecipação ou precipitação do real, o que implica o enrijecimento do olhar do sujeito: este não prova em si mesmo nada, pois não observa as nuances de sua individualidade esfacelada.

Segundo Han (2017), a adoção dos meios digitais como artifícios de eliminação das distâncias implica a incapacidade de se contemplar o diferente ou a negatividade oriunda da alteridade. Como exemplo, para esse pensador, o *smartphone* esmorece a experiência transformadora do real que, por sua vez, exigiria uma compreensão do espaço e do visível em sentidos diferentes daqueles ligados à dinâmica narcísica advinda do espelhamento digital, haja vista que, no que tange a esse aparato, “Ele abafa toda forma de negatividade. Desse modo se desaprende a pensar de um modo complexo.” (HAN, 2018, p. 45). Assim, a atividade contemplativa fundamental para a elevação do sujeito releva-se impossível em uma sociedade do desempenho em que os olhares se valem de dispositivos tecnológicos para permanecerem míopes ao que é alheio a si mesmo. Este anseio de Han pela vida contemplativa ressoa em Perniola através da defesa de um fazer-se sentir. As dimensões da passividade afetiva e atividade intelectual se reencontram e se complementam, havendo, assim, a quebra deste dualismo em um sujeito que anseia por fazer-se sentir novamente (PERNIOLA, 1991).

Notamos um receio atual em fazer aparecer algo de efetivamente novo na interioridade do sujeito. Como lembrado por Christoph Wulf (2013), a imaginação tem grande parte na condição humana, ela age como um elo entre o exterior e o interior no qual um “fazer aparecer” é exatamente elaborar uma concepção do mundo por meio de imagens mentais. Para Wulf (2013), a intencionalidade oriunda do poder da imaginação viabiliza uma troca impactante entre o olhar do sujeito e a imagem observada. Dessa maneira, defendemos aqui

que resgatar o sentido do olhar é se reapropriar da intencionalidade mitigada pelos criadores das tecnologias digitais.

Ainda assim, temos que a crítica de Han ao sujeito da sociedade do desempenho, que vira seu olhar para longe da negatividade ao evitar qualquer sofrimento vindo da contemplação, encontra em Perniola uma visão alternativa: fazer-se sentir é ao final uma tradução da busca socrática na qual o embate ao já sentido está ligado ao parto de novas ideias, uma maiêutica que celebre o renascimento constante do sujeito que evita o alheamento de si. A redescoberta do olhar demonstra-se frente o contexto digital como um amplo desafio necessário, pois se almeja livre em seu potencial imaginativo, e que deseja, mesmo com as imagens nos dispositivos digitais, um momento de contemplação efetiva. Entretanto, na seara educacional, esta vontade guarda uma possibilidade renovada através da figura do professor: esse, ao valorizar o poder da imaginação, ao não se render à aceleração tecnológica digital, bem como ao promover a coragem voltada à percepção também da alteridade, acaba por criar a possibilidade de recuperar o fazer aparecer intencional. Um fazer-se sentir que não tema o negativo e que feche os olhos para a alienação de si representaria uma dinâmica na qual o sujeito em formação se assume por inteiro e vivencia, com auxílio da Estética, a sensibilidade do arrebatamento.

No entanto, para este chamado que acreditamos repousar sob o sujeito contemporâneo, Haroche (2008) alerta que, ante a relação entre indivíduo e sociedade impactada pela globalização, emergem efeitos que tocam a noção de pessoa ao ponto de esta ser compreendida na contemporaneidade em sua dimensão contingente, superficial e fadada ao desengajamento. Ainda de acordo com a pensadora, o que está em jogo nesse ponto é a transformação do sujeito em sua capacidade de sentir, estabelecer laços permanentes e experimentar seus sentimentos – os traços de fluidez e impermanência da sociedade líquida, na visão de Haroche, conferem ao sujeito hipermoderno uma afetação tanto na maneira como se dá o sentir em relação à privação do tempo quanto na forma como este experimenta seus sentimentos. É nesse aspecto que, segundo Haroche (2008, p. 123), “a fluidez destituída intrinsecamente de limites acarreta modificações nas estruturas e pode pôr em questão a possibilidade de estruturação e mesmo de existência do eu”.

A condição do sujeito hipermoderno, nesse viés lembrado por Haroche, refere-se a uma forte vinculação das novas maneiras de ser e estar para com as mutáveis formas de sentir (o que inclui a ausência e recalque) em um panorama social fadado ao movimento constante, efemeridade, fragilidade dos laços e curta duração de projetos. No âmbito educacional, a escola, caso pretenda realizar-se como instituição capaz de modificar o sujeito em formação,

deveria apresentar-se como lugar de engajamento e experimentação de uma nova relação com o tempo na qual o estímulo às sensações constantes e fluxos imagéticos contínuos não são tão plenos e eficazes ao ponto de esmorecer a própria capacidade do sujeito de sentir e expressar o que sente. É por isso que, “Nos dias de hoje, faz-se necessário abordar o estudo dos sentimentos pelo viés da relação com o tempo e buscar pensar duas dimensões presentes na ritualização dos sentimentos: a ausência de duração e a ausência de sentido” (HAROCHE, 2008, p. 131).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação almejou realizar uma reflexão crítica acerca do papel desempenhado pelas novas tecnologias digitais naquilo que tange à esfera da constituição de novos modos de ser e estar dos sujeitos contemporâneos. Para este intuito de cunho ensaístico, propusemos estabelecer uma relação dialógica situada em torno do referencial teórico trazido por Michel Foucault, vez que a centralidade da indagação filosófica sobre como nos transformarmos em quem somos perpassa um deslocamento de ênfase no sujeito. Esta entorse da análise coloca em paralelo a ponderação sobre a direção das condutas com aquela relativa às formas das relações travadas pelo sujeito para consigo e os demais. Esta bifurcação intuída por Foucault converge, quando feita de maneira análoga com autores próximos a sua matriz filosófica, na busca pela compreensão dos meios e processos pelos quais o sujeito engendra a si mesmo no contexto social e histórico da cultura digital.

O sujeito envolto às forças culturais atreladas a este panorama é constantemente provocado a empregar ou mesmo resgatar o papel relativo à relação estabelecida consigo e com as próprias ferramentas digitais – neste caso, compreendidas nesta dissertação como extensões de si por alcançarem elementos biológicos e psíquicos. Dessa lacuna insurge a encruzilhada na qual o sujeito, envolto à cultura digital, se encontra. Essa, por sua vez, abrange a compreensão sobre sua capacidade de conferir um resgate, a partir da relação estabelecida consigo, da forma como os modos de ser são engendrados. A imposição ao uso dos dispositivos digitais com um papel de comunicação e produção, por ser feita nos moldes das relações de poder, alcança o sujeito e se potencializa como mecanismos contínuos e voltados à regulação - o que auxilia na composição de uma sociedade normalizadora, por exemplo.

Assinalamos que esta problemática se associa ao questionamento sobre o alcance real impelido pelo emprego das novas tecnologias digitais na formação do sujeito. Vimos que a reflexão sobre esse ponto remete aos valores utilizados para a propagação dos novos modos de ser na cultura digital. Consideramos que o valor filosófico da liberdade se vincula aos atributos da mobilidade e flexibilidade constitutivos das novas tecnologias digitais. Ao se atrelar à liberdade de comunicação e à transmissão de saberes por via de fluxos imagéticos amplamente flexíveis e imprevisíveis, a tendência comportamental neoliberal vigente na aurora do século XXI se materializa de maneira massiva através do emprego dos aparatos digitais conectados *on-line*. Esses se apresentam beneficiados em sua infraestrutura e dinâmica ao redor dos preceitos da livre comunicação e da mobilidade ilimitada condizente ao

sujeito que percorre espaços interativos cada vez mais instáveis, haja vista o impacto do ciberespaço na realidade hodierna.

Ponderamos que o decurso histórico do liberalismo no século XX se desenrola em proximidade com o surgimento das novas tecnologias digitais, cenário em que esta aludida dinâmica influencia tanto a governamentalidade quanto os modos de subjetivação vivenciados no contexto digital. Consideramos que tal panorama social implica, ao pensarmos a partir de Foucault, modos de subjetivação que se traduzem em processos aos quais tornar-se quem se pretende ser ou ainda se transformar em alguém que se admira acaba por se restringir a processos de coisificação do ser humano. Os modos de subjetivação desenvolvidos no âmbito das tecnologias digitais abrangem uma objetivação do sujeito que ultrapassa a condição de incorporação de uma normatização ou de regras e padrões comportamentais. O sujeito é, portanto, um objeto da relação de poder que o alcança e do saber que o enquadra, mas, principalmente, tende a se reduzir em coisa, posto sua condição atual de panóptico digital de si mesmo, tal qual sugerido por Han.

Nesse sentido, apontamos que a subjetividade é afetada à medida que a absorção do sujeito neste processo de subjetivação/objetivação se apresenta mediante um espectro de superficialidade. Ao nos valermos de uma metáfora aplicável ao lema do sujeito usuário navegador da internet, temos que o sujeito apegado à superfície lisa das telas dos dispositivos digitais não se vê como perdido em sua navegação pelo “oceano” da comunicação digital: ao absorver livremente o impacto da onda informacional não percebe plenamente que sua mente se vê capturada e compelida por máquinas (dispositivos digitais) interessadas no pensar, sentir e agir humanos.

Ademais, ao refletirmos em conjunto com os preceitos de Foucault e Han, acreditamos que tanto as relações de poder atinentes à biopolítica quanto à psicopolítica, respectivamente, têm como foco a conduta dos sujeitos. O controle estatístico ou ainda a sua sofisticação atual na figura do *big data* tomam por inteiro a população vista como sujeito e, já no âmbito da cultura digital, a assumem como um grande conjunto de usuários de suportes tecnológicos apropriadores tanto dos elementos corpóreos quanto mentais. As novas tecnologias digitais, tomadas como ferramentas de uma tecnologia de poder interessada na condução da vida, auxiliam na realização da administração calculável dos corpos e mentes (tanto da população quanto do sujeito observado isoladamente). É nesse sentido que entendemos a possibilidade como um elo no qual as tecnologias de poder e o cuidado de si convergem na figura do sujeito. No tocante à Educação, compreendemos que as técnicas do *coaching* desafiam o papel desempenhado pelos educadores e educandos à medida que metodologias ativas (como

a cultura *maker*) e a disciplina curricular “projeto de vida” esvaziam o propósito do processo formativo. Nesses processos, os sujeitos em formação são provocados a se lançarem no imediatismo da produtividade - em seus olhares e atenção – rumo a uma realidade projetada (do ciberespaço) e pautada por um tempo futuro.

Postulamos aqui que um desdobramento real deste movimento é a afetação da capacidade imaginativa. Se essa não for resgatada pela busca do propósito da formação humana no espaço escolar, por exemplo, temos o desenrolar da redução da curiosidade criadora de modos de ser distintos. Esta tendência converter-se-ia em atitude de dependência mental e passividade corporal frente a informação recebida pelas mídias digitais. Consideramos que o sujeito ativo e transformador de si é aquele que é compelido pela exploração arrebatadora ligada à contemplação a qual, por sua vez, se vincula ao apreço pela alteridade em conjunto com a liberdade.

É nesse sentido que pensar o sujeito e a formação à luz da sabedoria oriunda da cultura antiga greco-romana ocasiona, não necessariamente, uma alternativa para a transformação dos modos de ser voltados à produtividade e ao emprego da resiliência às intempéries daquilo que não podemos controlar. Ao pensarmos a partir de Foucault, o sujeito que se ocupa com si mesmo (interessado pelo cuidado de si da sabedoria prática Antiga) é aquele que, no contexto digital, a nosso ver, almeja escapar ao falseamento da noção de espaço e tempo trazidos pelos computadores e *smartphones*.

Ainda sobre o cuidado de si, temos que as práticas de si que envolvem o treinamento da mente quando reduzidas à promoção da produtividade e concorrência – tal qual apontado por Han e ainda por Dardot e Laval - acabam por prejudicar até mesmo a forma como a escrita de si se apresenta ao sujeito como ligadas às práticas de liberdade. Ponderamos que escrever através dos suportes digitais se apresenta em plataformas como Instagram e Twitter como um ato realizado em ciclos curtos, assim como em um espaço e tempo ilimitados (próprios, aliás, da tendência comportamental neoliberal interessada pela flexibilidade e mobilidade).

À esteira do raciocínio de Dardot e Laval, e em compasso com a reflexão de Aubert e Haroche, esta dinâmica implica uma atualização da escrita de si, por exemplo, envolta ao fortalecimento de padrões repetitivos e autocentrados de um sujeito hipermoderno empresário de si mesmo – o que gera o culto de si associado à injunção da visibilidade. No entanto, a escrita de si, quando realizada livre dos ditames da produtividade constante, permite, ainda que através do meio digital, a concessão do interesse pela alteridade, o que gera um apreço e resgate da relevância da relação estabelecida consigo e, conseqüentemente, com o outro.

Por fim, sugerimos ao sujeito empreendedor de si – pensado por Dardot e Laval em diálogo com o viés trazido por Foucault - a metáfora a qual sua figura é vista como um navegador perdido que conduz sua vida sem rumo em uma embarcação vazia. É necessário retomar a busca pelo propósito da formação humana (em especial nos processos formativos escolares ao qual o protagonismo não reside unicamente no uso dos dispositivos digitais) para, assim, resgatarmos o sujeito contemporâneo em sua capacidade de pensar, agir e sentir: acreditamos ser esse o meio pelo qual a navegação pelo ciberespaço se dará em compasso com a estética da arte de viver.

Nos moldes do contexto digital movido pelos paradigmas apontados, atribuir aos dispositivos digitais toda a capacidade criativa de novos modos de ser é propiciar a transformação do sujeito em produto. Neste panorama do protagonismo artificial das máquinas, o elemento humano criador passa a ser meramente uma criatura. Em uma lógica de tendência comportamental movida pelos interesses do capital, quanto mais o sujeito produz conteúdo informacional e expõe seus afetos nas telas *on-line*, mais se vê reduzido à condição de objeto produzido. Pelo trajeto da coragem de guiar a vida não mais em torno do protagonismo do elemento artificial das máquinas, mas sim pela via da retomada do elemento humano, é que emerge uma nova possibilidade ao sujeito: o resgate do potencial imaginativo livre e da atitude crítica – estas movidas pelo apreço conjunto da estética e da ética na conduta de si.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine. (orgs.). **Tirantias da visibilidade**. São Paulo: Editora Fap/Unifesp, 2013.
- BARROS, José D'Assunção. **Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946**. Atribui à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19403.htm. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de avaliação. **Documento de área. Área 38: Interdisciplinar**. Brasília, DF: MEC, 2019.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CACHOPO, João Pedro. **A torção dos sentidos: pandemia e remediação digital**. São Paulo: Elefante, 2021.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed. ver. e amp. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHRISTENSEN, C. M.; HORN; M. B.; STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva?** Uma introdução à teoria dos híbridos. Boston: Christensen Institute, 2013. Disponível em: https://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.
- CRARY, Jonathan. **Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução: Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, vol. IV**: Estratégia, poder-saber. Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, vol. V**: Ética, sexualidade, política. Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, vol. IX**: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Tradução: Abner Chiquieri. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FURTADO, Rita Márcia Magalhães; GALLO, Sílvia. Sobre a formação e o formar: desafios contemporâneos à universidade. *In*: GALLO, Sílvia et al. (orgs.). **O pensar filosófico, a cultura e a formação humana**: homenagem a Ildeu Moreira Coêlho. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2020. p. 309-323.

GATES, Bill. **A empresa na velocidade do pensamento**. Tradução: Pedro Maia Soares e Gabriel Tranjan Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GIBSON, William. **Neuromancer**. Tradução: Fábio Fernandes. 5. ed. São Paulo: Aleph, 2016.

GITLIN, Todd. **Mídias sem limite**. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. 2. ed. amp. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução: Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. **A salvação do belo**. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução: Maurício Liesen. 7. ed. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade Paliativa**: a dor hoje. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

HAROCHE, Claudine. **A condição sensível**: formas e maneiras de sentir no Ocidente. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

HOLIDAY, Ryan. **Diário Estoico**: 366 lições sobre sabedoria, perseverança e a arte de viver. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidades**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Leandro Holanda Fernandes de; MOURA, Flávia Ribeiro de. O professor no ensino híbrido. In: BACICH, L.; TANZI, A.; TREVISANI, F. de M. (orgs.). **Ensino híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 91-104.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, liberdades e controle**: uma genealogia política da internet. Tradução: Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. **Autoajuda, educação e práticas de si**: genealogia de uma antropotécnica. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MEIRELLES, Fernando S. **Pesquisa Anual do Uso de TI nas Empresas, FGVcia**: Centro de TI Aplicada. 33. ed. São Paulo: FGV, 2022. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/fgvcia_pes_ti_2022_-_relatorio.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo**: antigo e moderno. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, pra onde vai? 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PERNIOLA, Mario. **Do sentir**. Tradução: Antônio Guerreiro. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

PILETTI, Claudino. **A filosofia e o processo educativo**: pensar a educação e educar o pensamento. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PRENSKY, Marc. **Digital natives, Digital immigrants**. On the Horizon (MCB University Press, v.9, n.5, Oct. 2001. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico**: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

VAIDHYANATHAN, Siva. **A googlelização de tudo**: (e por que devemos nos preocupar): a ameaça do controle total da informação por meio da maior e mais bem-sucedida empresa do mundo virtual. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Cultrix, 2011.

VIRILIO, Paul. **O Espaço Crítico**. Tradução: Paulo Roberto Pires. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

VIRILIO, Paul. **Estética da desapareição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

WULF, Christoph. **Homo Pictor**: imaginação, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado. São Paulo: Hedra, 2013.